



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

194ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 19 e 20 de outubro de 2011

BRASÍLIA – DF

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

194ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

Data: 19 e 20 de outubro de 2011

1 Aos dezenove dias do mês de outubro de dois mil e onze teve início a Centésima Nonagésima
2 Quarta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência
3 do Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da
4 Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais – FENAVAPE, Carlos Eduardo Ferrari.
5 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do CNAS:
6 Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS e Representante Titular da Associação
7 para Valorização e Promoção de Excepcionais – FENAVAPE; Conselheiro Renato Francisco dos
8 Santos Paula, MDS; Conselheira Brenda Pereira Silva, MDS; Conselheira Eutália Barbosa
9 Rodrigues, FONSEAS; Maria do Socorro Fernandes Tabosa, MDS; Conselheira Anna Cláudia
10 Romano Pontes, MDS; Conselheiro José Geraldo França Diniz, MPOG; Conselheira Fátima
11 Aparecida Rampim, MPS; Conselheira Cinara Dias Custódio, MEC; Conselheira Célia Mota de
12 Carvalho, FONSEAS; Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, CONGEMAS; Conselheiro Pedro Ost,
13 UBEE; Conselheiro Antônio Celso Pasquini, União Social Camiliana; Conselheiro Renato Saidel
14 Coelho, Associação da Igreja Metodista; Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Federação Espírita
15 Brasileira; Conselheira Leila Pizzato, Associação Antônio Vieira; Conselheira Maria do Carmo
16 Tourinho Ribeiro, Associação Brasileira de Autismo; Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de
17 Araujo, FENEIS; Conselheiro José Araujo da Silva, Pastoral da Pessoa Idosa; Conselheiro Samuel
18 Rodrigues, Movimento Nacional de População de Rua; Conselheira Maria da Conceição Pires dos
19 Santos, FENAPAES; Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite, FENAPSI; Conselheira Maria
20 Aparecida do Amaral Godói de Faria, CNTSS/CUT; Conselheira Ana Carolina Barros Pinheiro
21 Carrenho, OAB; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes, CTB; e, Conselheira Márcia
22 Mansur Seedallah, Conselho Federal de Psicologia. **Visitantes:** Cristiane Hidaka, ASCOM/MDS;
23 Léa Lúcia Cecílio Braga, SNAS/MDS; Marlene Merisse, CFESS; Neiva Silvana Hack, Pastoral
24 Pessoa Idosa, Ação Social do Paranoá; Maria da Conceição Ferreira Barbosa de Melo, CEAS/PE;
25 Maria de Fátima Meneses da Silva, CEAS/PE; Arlindo de Arruda e Silva Filho, FNTSUAS; Marta
26 Luiza Damasco de Sá, GM/MDS; Mirella Oliveira, CAS/DF; Maria Joaquina de Jesus, CEAS/GO;
27 e, Ana Beatriz Almeida, CAS/DF. **ABERTURA.** Aos dezenove dias do mês de outubro de dois mil
28 e onze, o Presidente deu início à Centésima Nonagésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho
29 Nacional de Assistência Social, solicitando à Secretária-Executiva a verificação de quorum:
30 Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheiro Renato Francisco de Santos Paula, Conselheira
31 Eutália Barbosa Rodrigues, Conselheiro Jose Geraldo França Diniz, Conselheira Fátima Rampim,
32 Conselheira Cinara Dias Custódio, Conselheira Célia Mota de Carvalho, Conselheiro Sergio
33 Wanderly Silva, Conselheiro Pedro Ost, Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Conselheiro Carlos
34 Eduardo Ferrari, Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria e Conselheiro Carlos

35 Rogério de Carvalho Nunes. Conselheiros Suplentes: Conselheira Maria do Socorro Fernandes
36 Tabosa, Conselheiro Renato Saidel Coelho, Conselheira Leila Pizzato, Conselheira Maria
37 Auxiliadora Bezerra de Araújo, Conselheiro José Araújo da Silva, Conselheira Maria da Conceição
38 Pires dos Santos, Conselheira Ana Carolina Carrenho e Conselheira Márcia Mansur. A seguir, o
39 Presidente passou para o **Item Aprovação da ata da 193ª Reunião Ordinária do CNAS e da**
40 **pauta.** Indagando se havia alguma observação a ser feita, o Presidente considerou a ata aprovada
41 pelo Pleno. **Pauta: Dia 18/10/2011 – Manhã:** 9h às 12h: Reunião da Comissão de
42 Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social: Discutir estratégias para superação das
43 questões referentes ao funcionamento e atuação dos Conselhos de Assistência Social apontadas no
44 CENSO SUAS e outros. **Tarde:** 14h às 18h: Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento
45 da Assistência Social: Análise do Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do FNAS –
46 exercício 2011 – 3º trimestre e outros; Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social:
47 Regularizar os procedimentos internos referentes aos recursos contra as decisões de
48 indeferimento de inscrição apresentados ao CNAS e outros; Reunião conjunta da Comissão de
49 Política da Assistência Social e Comissão de Política do CONANDA: Acolhimento de Crianças e
50 Adolescentes e Toque de Recolher, e outros. **Dia 19/10/2011 – Manhã:** 8h30 às 10h: Reunião da
51 Presidência Ampliada; 10h às 10h45min: Aprovação da ata da 193ª Reunião Ordinária do CNAS e
52 da pauta. 10h45min às 12h: Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT e de
53 Conselheiros, inclusive sobre a participação nas Conferências de Assistência Social. **Tarde:** 14h às
54 15h: Impactos sociais das grandes obras: o caso da “Operação Xingu”; 15h às 16h: Apresentação de
55 relato sobre o tema “Depoimento sem dano: oitiva de crianças e adolescentes em situação de
56 violência” (Projeto de Lei nº 035/2007), pelo Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de
57 Serviço Social Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/2; 16h às 18h: Relato da
58 Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. **Dia 20/10/2011 –**
59 **Manhã:** 09h às 10h30min: Relato da Presidência Ampliada; 10h30min às 12h: Relato da Comissão
60 de Política da Assistência Social. **Tarde -** 14h às 15h: Relato da Comissão de Financiamento da
61 Assistência Social; 15h às 16h30min: Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de
62 Assistência Social; 16h30 às 18h: Relato da Comissão de Normas da Assistência Social. Indicou
63 que na pauta havia um pedido da mudança do relato da Comissão Organizadora para o dia seguinte,
64 trazendo um relato de Comissão para essa data. A seguir, solicitou a aprovação do Pleno para a
65 pauta, para poder dar prosseguimento e acomodar a alteração dos relatos, o que foi acatado.
66 Registrou os cumprimentos pelas datas comemoradas no mês de outubro: servidores públicos, dia
67 28, dia internacional contra a exploração da mulher, instituído pela ONU, dia 25; economistas
68 domésticos, dia 21; dia internacional contra a pobreza, dia 17; professores, dia 15; terapeutas
69 ocupacionais, dia 13; dia das crianças, dia 12; e dia do idoso, dia 1º, pedindo uma salva de palmas,
70 informando, também no dia 17 de outubro, o aniversário da Secretária-Executiva, Sra. Maria das
71 Mercês. **Item Informes da Presidência e da Secretaria-Executiva. I. Informes Gerais.**
72 **Ausências justificadas:** *Conselheira Célia Mota, dia 17 de outubro de 2011, na 10ª Reunião da*
73 *Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, em razão de*
74 *compromissos agendados anteriormente; Conselheira Brenda Ferreira da Silva, dia 18 de outubro*
75 *de 2011, na 194ª Reunião Ordinária do CNAS, por motivos institucionais; Conselheiro José*
76 *Ferreira Crus, dias 19 e 20 de outubro, na 194ª Reunião Ordinária do CNAS, por representação do*
77 *CNAS na Conferência Estadual do Ceará; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, dias 18, 19 e*
78 *20 de outubro de 2011, na 194ª Reunião Ordinária do CNAS, por representação do CNAS na*
79 *Conferência Estadual do Pará; Conselheira Isis Ferreira, dias 18, 19 e 20, na 194ª Reunião*
80 *Ordinária do CNAS, ocasionada por uma demanda de trabalho internacional, em Montevideu;*

81 *Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, dias 18, 19 e 20 de outubro de 2011, na 194ª Reunião*
82 *Ordinária do CNAS e no grupo de trabalho, GT que discute as alíneas 'c' e 'd' do artigo II da*
83 *LOAS, por participação na Conferência Estadual de Minas Gerais; Presidente do CNAS, Carlos*
84 *Eduardo Ferrari, no dia 20 de outubro de 2011, na 194ª Reunião Ordinária do CNAS, por*
85 *representação do CNAS na Conferência Estadual de Minas Gerais; Conselheira Jane Clemente,*
86 *dias 20 e 21 de outubro de 2011, na 194ª Reunião Ordinária do CNAS, e no GT que discute as*
87 *alíneas 'c' e 'd' do artigo II da LOAS, por coordenação de mesa na Conferência Estadual de Minas*
88 *Gerais. II. E-mails enviados aos Conselheiros. II.I Convocações: Convocação para o Conselheiro*
89 *José Ferreira Crus representar o CNAS na Conferência Estadual de Assistência Social de*
90 *Pernambuco, dias 02, 03 e 04 de outubro de 2011, em Recife-PE; Convocação para o Conselheiro*
91 *José Ferreira da Crus representar o CNAS na Conferência Estadual de Assistência Social do*
92 *Espírito Santo, nos dias 04, 05 e 06 de outubro, em Vitória-ES; Convocação para o Conselheiro*
93 *Frederico Jorge de Souza Leite representar o CNAS na Conferência Estadual de Assistência Social*
94 *do Amazonas, nos dias 05, 06 e 07 de outubro de 2011, em Manaus-AM; Convocação para a*
95 *Conselheira Simone Aparecida Albuquerque representar o CNAS na Conferência Estadual de*
96 *Assistência Social de São Paulo, nos dias 05, 06 e 07 de outubro de 2011, em São Paulo- SP;*
97 *Convocação para o Conselheiro Renato Saidel representar o CNAS na Conferência Estadual de*
98 *Assistência Social de Roraima, nos dias 06 e 07 de outubro de 2011, em Boa Vista-RR;*
99 *Convocação para o Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula representar o CNAS na*
100 *Conferência Estadual de Assistência Social do Piauí nos dias 05, 06 e 07 de outubro, em Teresina-*
101 *PI; Convocação para o Conselheiro José Araújo da Silva representar o CNAS na Conferência*
102 *Estadual de Assistência Social do Amapá, nos dias 05 e 06 de outubro de 2011, em Macapá-AP;*
103 *Convocação para o Conselheiro Renato Saidel representar o CNAS na Conferência Estadual de*
104 *Assistência Social do Paraná, nos dias 10 e 11 de outubro de 2011, em Curitiba-PR; Convocação*
105 *para o Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula representar o CNAS na Conferência*
106 *Estadual de Assistência Social do Distrito Federal, nos dias 11, 12, 13 e 14 de outubro de 2011, em*
107 *Brasília-DF; Convocação para a Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues representar o CNAS na*
108 *Conferência Estadual de Assistência Social de Alagoas, nos dias 17 e 18 de outubro de 2011, em*
109 *Maceió-AL; Convocação para o Conselheiro Antonio Celso Pasquini representar o CNAS na*
110 *Conferência Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Norte, no dia 17 de outubro de 2011,*
111 *em Natal-RN; Convocação para a Conselheira Márcia Mansur representar o CNAS na*
112 *Conferência Estadual de Assistência Social de Sergipe, no dia 17 de outubro de 2011, em*
113 *Aracaju/SE; Convocação para o Conselheiro Wagner Carneiro representar o CNAS na*
114 *Conferência Estadual de Assistência Social do Pará, no dia 18 de outubro de 2011, em Belém-PA;*
115 *Convocação para o Conselheiro José Crus para representar o CNAS na Conferência Estadual de*
116 *Assistência Social do Ceará, nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2011, em Fortaleza-CE;*
117 *Convocação para os Conselheiros Renato Francisco dos Santos Paula, Frederico de Souza Leite,*
118 *Renato Saidel Coelho, José Araújo da Silva, Marisa Rodrigues da Silva, Jose Ferreira Crus e Célia*
119 *Mota de Carvalho participarem da 10ª Reunião da Comissão Organizadora da VIII Conferência*
120 *Nacional de Assistência Social, no dia 17 de outubro de 2011, das 9h às 18h, no CNAS;*
121 *Convocação para os Conselheiros Samuel Rodrigues, Jane Clemente, Leila Pizzato, Renato Saidel*
122 *Coelho, Simone Aparecida Albuquerque, Sergio Wanderly Silva, Maria do Socorro Fernandes e*
123 *Eutália Barbosa Rodrigues, integrantes do GT que discute as alíneas 'c' e 'd' do artigo II da*
124 *LOAS, participarem da reunião nos dias 17 e 21 de outubro de 2011, das 9h às 18h, no CNAS,*
125 *conforme cronograma abaixo: Dia 17 de outubro: avaliação dos documentos e da relatoria do GT*
126 *para construção da proposta de resolução da alínea 'd', inciso I, artigo II da LOAS; Dia 21 de*

127 outubro: elaboração da proposta de resolução da alínea 'c', inciso I, artigo II da LOAS.
128 Convocação para os Conselheiros Nacionais, Titulares e Suplentes participarem da 194ª reunião
129 ordinária do CNAS, nos dias 18, 19 e 20 de outubro, das 9h às 18h, em Brasília-DF; Convocação
130 para o Conselheiro Renato Saidel representar o CNAS na 108ª reunião ordinária da CIT, no dia 07
131 de outubro de 2011, em Brasília-DF; II.II. Boletins e informativos MDS. Informativo SUAS nº 37 -
132 15 a 30 de setembro de 2011; Boletim Semanal MDS nº303 – 23 a 29 de setembro de 2011; Boletim
133 Semanal nº304 – 30 de setembro a 06 de outubro de 2011; Informativo SUAS nº38 – 1º a 15 de
134 outubro de 2011, com destaque para o Censo SUAS 2011; Notícia da ASCOM/MDS sobre as
135 Conferências Estaduais de Assistência Social e do Distrito Federal; Boletim semanal nº305 – 7 a
136 13 de outubro de 2011; boletim semanal nº306 – 14 a 21 de outubro de 2011; Informativo SUAS
137 nº39, de 18 a 30 de outubro de 2011. II.III. Publicações de resoluções do CNAS e portarias:
138 Resolução CNAS nº26 de 16 de setembro de 2011 – DOU 19/09/2011, que aprova os critérios para
139 expansão 2011 do cofinanciamento federal, nos serviços de proteção social básica, apresentados
140 pela SNAS; Resolução CNAS nº27, de 19 de setembro de 2011, que caracteriza as ações de
141 assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social e altera os incisos
142 II e III do artigo II da Resolução CNAS nº16, de 05 de maio de 2010, que define os parâmetros
143 nacionais para a inscrição das entidades e organizações de Assistência Social, bem como dos
144 serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social
145 dos municípios do DF. II.IV. Outros informes. Documentos diversos. Informativo sobre a alteração
146 de data da reunião da Comissão Intersetorial - SINASE pra a Conselheira Jane Clemente; Pauta
147 da 108ª reunião da CIT para o Conselheiro Renato Saidel Coelho; Informes sobre o Censo Rede
148 Privada 2011 para conhecimento e ampla divulgação; Informativo Censo SUAS 2011; Convite
149 para o Conselheiro Carlos Rogério Nunes participar, como facilitador, do Colóquio com a
150 temática: “controle social”, no dia 20 de outubro em Belém-PA, recebido da Coordenação de
151 Formação e Gestão do Trabalho; relatório de participação na Conferência Estadual de Assistência
152 Social do Acre encaminhado pela Conselheira Jane Clemente; Minuta do documento ‘perguntas e
153 respostas sobre a estrutura e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social’; apresentação e
154 documentos diversos a ser utilizados pelos Conselheiros representantes do CNAS nas Conferências
155 Estaduais e do DF; cópia da apresentação da Secretária Nacional de Assistência Social, Dr.ª
156 Denise Colin, sobre o levantamento nacional de crianças e adolescentes em serviço de
157 acolhimento; notícia da agência ‘Câmara aprova bolsa verde de R\$ 300 para famílias em extrema
158 pobreza’; apresentação do Plano de Combate à Miséria pela Secretária Nacional de Assistência
159 Social, Denise Colin; Calendário de reuniões e Regimento Interno do CNAS para o Conselheiro
160 Igo Martini; Notícia acessibilidade para pessoas com deficiência; Posição do CNAS sobre a
161 transferência de renda como um direito socioassistencial; informes sobre o novo prazo para
162 solicitação de senha pelas entidades – Censo Rede Privada 2011, para ampla divulgação; edital
163 concurso nacional de boas práticas de gestão 2012; informativo referente ao censo da rede privada
164 2011 para ampla divulgação; ata e degravação da 193ª Reunião Ordinária do CNAS; documento
165 elaborado por este Conselho com questões sobre o funcionamento e atuação dos Conselhos –
166 perguntas e respostas, que se encontra disponível na página eletrônica do CNAS; relatório da
167 participação do CNAS nas Conferências das capitais Porto Velho, Macapá e Manaus, e Estadual
168 Tocantins, encaminhado pela Conselheira Marisa Rodrigues da Silva; Relatório da participação
169 nas Conferências Estaduais de Rondônia e Amapá encaminhado pelo Conselheiro José Araújo da
170 Silva. III. Participação do CNAS. A Conselheira Eutália Barbosa participou do evento promovido
171 pelo CMAS de Curitiba-PR para os servidores, entidades socioassistenciais e conselheiros
172 municipais, cujo tema de sua palestra foi a tipificação nacional de serviços socioassistenciais e a

173 *resolução nº16/2010 desse Conselho; a Secretária-Executiva do CNAS, Maria das Mercês Avelino*
174 *de Carvalho participou da II reunião sobre as Conferências Nacionais previstas para 2011/2012*
175 *no Palácio do Planalto, dia 21 de setembro de 2011; o Presidente do CNAS, Carlos Eduardo*
176 *Ferrari, participou da 14ª reunião da Comissão Organizadora da 14ª Conferência Nacional de*
177 *Saúde, no dia 27 de setembro de 2011; a Conselheira Jane Clemente, participou da reunião da*
178 *Comissão Intersetorial SINASE no dia 28 de setembro de 2011; o presidente do CNAS, Carlos*
179 *Eduardo Ferrari, participou de audiência pública que aconteceu dia 29 de setembro de 2011 na*
180 *Câmara dos Deputados, em Brasília-DF com o tema: Discussão sobre a prática dos castigos*
181 *corporais ou de tratamentos degradantes empregados na educação de crianças e adolescentes no*
182 *nosso país. IV. Participação nas Conferências. O Conselheiro José Araújo da Silva representou o*
183 *CNAS na Conferência Estadual de Rondônia nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2011; a*
184 *Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues representou o CNAS na Conferência Estadual do Rio*
185 *Grande do Sul nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2011; a Conselheira Marisa Rodrigues,*
186 *representou o CNAS na Conferência Estadual de Tocantins nos dias 28, 29 e 30 de setembro de*
187 *2011; o presidente Carlos Eduardo Ferrari representou o CNAS na Conferência Estadual do*
188 *Maranhão nos dias 28 e 29 de setembro de 2011; o Conselheiro José Ferreira Crus representou o*
189 *CNAS na Conferência Estadual de Pernambuco nos dias 02, 03 e 04 de outubro de 2011; o*
190 *Conselheiro José Crus representou o CNAS na Conferência Estadual do Espírito Santo nos dias 04,*
191 *05 e 06 de outubro de 2011. O Conselheiro Samuel Rodrigues participou da referida Conferência;*
192 *o Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite representou o CNAS na Conferência Estadual do*
193 *Amazonas nos dias 05, 06 e 07 de outubro de 2011; o presidente Carlos Eduardo Ferrari*
194 *participou da Conferência Estadual de SP nos dias 05, 06 e 07 de outubro de 2011; a Conselheira*
195 *Simone Aparecida Albuquerque representou o CNAS na Conferência Estadual de São Paulo nos*
196 *dias 05, 06 e 07 de outubro; o Conselheiro Renato Saidel representou o CNAS na Conferência*
197 *Estadual de Roraima dias 06 e 07 de outubro de 2011; o Conselheiro Renato de Paula representou*
198 *o CNAS na Conferência Estadual do Piauí nos dias 05, 06 e 07 de outubro de 2011; o Conselheiro*
199 *Renato Saidel representou o CNAS na Conferência Estadual do Paraná nos dias 10 e 11 de*
200 *outubro de 2011; o Conselheiro Renato de Paula representou O CNAS na Conferência Estadual de*
201 *Santa Catarina, nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 2011; a Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues*
202 *representou O CNAS na Conferência Estadual de Alagoas, nos dias 16, 17 e 18 de outubro de*
203 *2011; o Conselheiro Antonio Celso Pasquini representou o CNAS na Conferência Estadual do Rio*
204 *Grande do Norte, no dia 17 de outubro de 2011; a Conselheira Márcia Mansur representou o*
205 *CNAS na Conferência Estadual de Sergipe, no dia 17 de outubro de 2011; o Conselheiro Wagner*
206 *Carneiro representou o CNAS na Conferência Estadual do Pará, no dia 18 de outubro de 2011; o*
207 *Conselheiro José Ferreira Crus representou o CNAS na Conferência Estadual do Ceará, nos dias*
208 *19, 20 e 21 de outubro de 2011. V. Comunicado. A Secretaria Municipal de Assistência Social,*
209 *através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Votuporanga-SP*
210 *enviou convite para participação no evento referente à ‘Semana de combate à violência contra o*
211 *idoso – dia nacional e internacional do idoso’, no dia 26 de setembro de 2011; o Presidente do*
212 *CNAS justificou ausência na reunião da Comissão Organizadora da 14ª Conferência Nacional de*
213 *Saúde no dia 26 de setembro de 2011, tendo em vista compromissos institucionais na cidade de SP;*
214 *a senhora Ângela Fátima Sólido, presidente da ABEP, encaminhou e-mail informando que o VIII*
215 *encontro nacional da ABEP, realizado em Goiânia nos dias 07 a 10 de setembro, ocorreu a eleição*
216 *e posse da nova diretoria da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia, biênio 2011/2013; o*
217 *presidente do CNAS Carlos Eduardo Ferrari, agradeceu o convite recebido do MDS para a*
218 *cerimônia de lançamento do pacto norte – Brasil sem Miséria, que aconteceu no dia 28 de*

219 setembro, no Teatro Amazonas, Manaus – AM; o presidente do CNAS, Carlos Eduardo Ferrari e o
220 Vice Presidente, Renato Francisco dos Santos Paula, justificaram ausência na reunião da
221 Comissão Organizadora da CONSOCIAL, no dia 18 de outubro, tendo em vista que a data coincide
222 com a da 194ª Reunião Ordinária do CNAS; a senhora Ervilha Lemos Silva, presidente do CMAS –
223 Aquidauana – MS, encaminhou e-mail informando que Aquidauana – Município do estado do Mato
224 Grosso do Sul já tem implantado o SUAS de acordo com a NOB/SUAS; informativo sobre o prêmio
225 ODM Brasil – inscrição de projetos; o presidente do CNAS agradeceu e informou impossibilidade
226 de comparecimento ao deputado Chicão Gorski, presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária
227 e Cooperativismo, o convite para audiência pública a ser realizada no dia 20 de outubro; no dia 13
228 de outubro de 2011 aconteceu em Brasília o Fórum Interconselhos: devolutiva e participação
229 social no monitoramento do PPA; o MDS indicou o nome do presidente do CNAS para
230 participação na I Conferência Mundial sobre determinantes sociais da saúde, no período de 19 a
231 20 de outubro, no Rio de Janeiro. Foi encaminhada justificativa e agradecimento à Secretaria
232 Nacional, tendo em vista a agenda de reuniões do CNAS e as Conferências Estaduais; o presidente
233 do CMAS de Manaus, senhor Sildomar Abtibol, encaminhou a esse Conselho ofício agradecendo a
234 palestra com tema ‘Consolidar o SUAS e valorizar os seus trabalhadores’ ministrada pela
235 Conselheira Marisa Rodrigues da Silva na abertura da VIII Conferência Municipal de Assistência
236 Social do Município de Manaus. VI. Audiências realizadas. Procedimentos adotados pelo CNAS em
237 28/09/2011 – Solicitante: Conselheiro Municipal de Assistência Social de Unai – Assunto:
238 realização das Conferências; resoluções CIT; dúvidas sobre a publicação da ata; resolução CNAS
239 nº16/2010 e Censo SUAS; participantes: Claudia de Oliveira; Lucidalva Barreto; Severina Alda
240 Aguiar; Maria Auxiliadora Pereira; Fernanda C. Silva Padovan e Giovana Rocha Veloso.
241 Procedimentos: Foram tiradas todas as dúvidas das participantes quanto a realização das
242 conferências (manual orientador); resolução CNAS nº16/2010; e censo SUAS e entregue alguns
243 materiais, como as cartilhas 1 e 2 do CNAS. VII. Site. Notícia: posição do CNAS em relação à
244 renda como direito socioassistencial; atualização da agenda das Conferências Estaduais e do DF;
245 padronização da pasta das comissões temáticas; criação do link para dispor: documentos,
246 informações e apresentações em cada pasta das comissões temáticas; exclusões de pastas com
247 assuntos repetitivos; desativação da pasta das consultas públicas; atualização da agenda CNAS
248 2011; Criação de um link no menu ‘acesso rápido’ com nome de ‘perguntas frequentes’, onde
249 foram disponibilizadas informações sobre: o que são as Conferências; inscrição de entidades nos
250 Conselhos de Assistência Social; funcionamento e estrutura dos Conselhos de Assistência Social; o
251 que muda com a lei nº 12.101/2009; inclusão do documento: perguntas e respostas sobre o
252 funcionamento e estrutura dos conselhos de assistência social, VIII. Aniversariante de outubro:
253 Maria do Carmo Ribeiro, 21 de outubro. CNAS. Outubro de 2011. Carlos Eduardo Ferrari. Maria
254 das Mercês Avelino de Carvalho”. **Item Relato da CIT.** O Conselheiro Renato Saidel relatou a
255 realização da 180ª reunião da CIT no dia 07 de outubro, com os seguintes assuntos: deliberações
256 do CNAS quanto à partilha de recursos; módulo de acompanhamento dos CRAS e CREAS;
257 apresentação da SAGI a respeito do IGD/SUAS, balanço do Censo SUAS e orientação para a rede
258 SUAS; dificuldades para conseguir as senhas para os municípios. Destacou os seguintes
259 problemas, que gostaria de trazer para a Secretaria-Executiva do CNAS: falta de atualização do
260 CAD/SUAS, por parte dos Conselhos Municipais e Estaduais; desatualização do e-mail da pessoa
261 física da secretária e do presidente do Conselho; registro no sistema de mais de uma pessoa com o
262 mesmo cargo e com a mesma vigência de mandato; orientação sobre o fato de a senha ser pessoal
263 e que será enviada no e-mail pessoal; orientar para olhar as caixas de spam, com a realização de
264 uma oficina pela SAGI para esse procedimento. Informou que as diretrizes para a política nacional

265 *de capacitação deveria passar pela Comissão de Política, caso isso já não tivesse acontecido, para*
266 *que o conselho avaliasse e viesse para sua resolução, Pactuação de prazos e procedimentos para o*
267 *financiamento para construção de CRAS e CREAS e verificamos os itens 8.2, 8.3, 8.4, 8.5 da*
268 *NOB/SUAS; e, apresentação dos resultados da câmara técnica sobre regionalização, feita na forma*
269 *escrita”. O Presidente agradeceu a presença da Secretária Nacional, Sra. Denise Colin para*
270 *apresentar o **Item Relato da SNAS/MDS**, informando a realização de uma teleconferência para*
271 *sanear as dificuldades relatadas pelo Conselheiro Renato Saidel , inclusive para preenchimento do*
272 *Censo SUAS pelas entidades não governamentais, ampliando e tendo blocos para cada um dos*
273 *módulos a serem preenchidos pelo gestor, a realizar-se no dia 24 de outubro, às 10h, com fala de*
274 *abertura pelo Presidente do CNAS. Informou que todas as orientações a serem repassadas por e-*
275 *mail, para todos os Conselhos Municipais, em parceria com o Conselho Nacional. Indicou que o*
276 *Conselho havia aprovado a expansão de serviços socioassistenciais e equipes volantes, pela*
277 *Resolução Nº 26, de 16 de setembro, já estando no processo de adesão dos municípios e deixando*
278 *uma relação para conhecimento, discorrendo sobre sua implantação. A Secretária Nacional falou*
279 *sobre a possibilidade de disponibilização orçamentária de recursos, agradecendo ao MP por essa*
280 *oportunidade, e sobre os projetos apresentados para aplicação de R\$12 milhões, aproveitando-se*
281 *uma Resolução do CNAS nº 32/2010, que definia todos os critérios para cofinanciamento de*
282 *construção dos equipamentos públicos de CRAS e CREAS. Discorreu sobre os projetos do Plano*
283 *Brasil Sem Miséria, assim como a participação efetiva do CNAS sobre a política nacional e estadual*
284 *de capacitação, com a Secretaria Nacional tendo desencadeado uma discussão regional sobre a*
285 *questão, com cada setor desenhando seu próprio plano, mas trabalhando em conjunto. Relatou a*
286 *situação atual do programa BPC na escola, que estava em processo de aceite, identificando o*
287 *número de alunos fora da escola e as suas causas, falando sobre o saneamento desses problemas*
288 *para o retorno do aluno à escola e para o término do trabalho infantil. Explanou sobre o atendimento*
289 *a nove tipos de público prioritário, falando sobre o plano de ação para identificar esses segmentos e*
290 *seu acesso a um conjunto de programas do governo federal, ademais das parcerias para esse*
291 *trabalho. A Secretária Nacional discorreu sobre o envio das informações para a base de dados do*
292 *MDS, com a SENAC e a SAGI fazendo a compatibilização com as bases de dados de cada uma*
293 *dessas áreas, e passando os dados para os setores competentes, esclarecendo os procedimentos a*
294 *serem utilizados. O Conselheiro Clodoaldo referiu-se ao trabalho infantil citado, indagando onde se*
295 *poderia localizar esses dados no trabalho apresentado. O Conselheiro Wanderly indicou que o*
296 *CONGEMAS também estava se posicionando, junto com o MDS, com a divulgação do material*
297 *recebido, tanto no site como por mala direta para todos os presidentes do Colegiado. Discorreu*
298 *sobre o BPC na escola e os problemas existentes, ponderando que trazer a família para a escola*
299 *demandava tempo, manifestando-se preocupado com as condições existentes e solicitando as*
300 *informações para entender esse fluxo. O Conselheiro Pedro Ost ponderando que as equipes volantes*
301 *não poderiam ser integradas aos quadros e que não seria feito concurso, questionou como seria a*
302 *continuidade desse serviço, considerando a falta de financiamento. Aparteando, o Conselheiro*
303 *Wanderly discorreu sobre a falta de cofinanciamento pelos estados, com a União atendendo sua*
304 *parte e a do município. Informou que teriam que aguardar até o dia 27, à tarde, para saber se o*
305 *governo do estado assumiria ou não sua parte dele, impossibilitando a sua realização, considerando,*
306 *ainda, a lei de responsabilidade fiscal. A Secretária Nacional esclareceu como era feita a*
307 *identificação do trabalho infantil, e como as piores formas eram combatidas, com os dados*
308 *existentes não alcançando a totalidade de crianças nessa situação, discorrendo como atacariam esse*
309 *problema, mas não conseguindo desenhar uma estratégia mais adequada com relação ao trabalho*
310 *doméstico. Em relação ao BPC na escola relatou que havia um trabalho da Secretaria junto ao MEC*

311 para participar dessas qualificações e orientações, com as escolas recebendo recursos para adequar
312 sua utilização até 2014. Ressaltou que a idéia era se trabalhar esses dados e devolver ao município,
313 sabendo se o mesmo já estaria indicado ou receberia algum benefício. Dirigindo-se ao Conselheiro
314 Pedro Ost, esclareceu que as equipes volantes não eram temporárias, mas vinculadas ao CRAS,
315 tendo continuidade na sua atividade. Destacou os problemas existentes com a ausência de
316 cofinanciamento dos estados para equipamentos e equipes, o que teria que ser inserido no pacto de
317 aprimoramento, citando, também, o limite da lei de responsabilidade fiscal, devendo se discutir esse
318 tema de uma forma mais ampliada, existindo um movimento de que as áreas de Educação, Saúde e
319 Assistência Social sejam reconhecidas pela lei de responsabilidade fiscal como serviços essenciais,
320 não podendo sofrer resolução de continuidade, e, aumentando a demanda, fossem retiradas do
321 percentual de gasto com o pessoal. Destacou outro processo de discussão, com a presença do
322 Conselheiro José Geraldo, sobre a exposição da regulamentação que o MDS havia elaborado para o
323 repasse do IGD para estados e municípios, relatando as discussões realizadas e os procedimentos a
324 serem realizados ainda em 2011. A Conselheira Célia indicou que o Fórum poderia se comprometer
325 a trazer um estudo atualizado sobre o cofinanciamento estadual, para que pudessem falar com mais
326 segurança sobre a questão. Destacou, com relação à Resolução 16, que teriam que identificar até o
327 prazo final de aceite e a identificação das razões de não aceite dos municípios, questionando se seria
328 apenas a ausência do cofinanciamento estadual que ocasionaria essas dificuldades. O Conselheiro
329 Wanderly indicou que essa fala existia em vários espaços, mas que não era especificamente o
330 FONSEAS que havia dito não ao cofinanciamento, o que seria feito por muitos estados. A
331 Secretária Nacional destacou a importância da fala da Conselheira Célia, sendo fundamental esse
332 levantamento. Ressaltou que estavam sentados com o FONSEAS e todos os estados, podendo
333 fechar um pacto de aprimoramento da gestão que tinha um conjunto de prioridades elencadas,
334 dentre eles o cofinanciamento de serviços e também o reordenamento dos serviços de proteção
335 social básica, que ainda era prestado diretamente por alguns estados. Esclareceu que a ideia do
336 pacto assinado pela Presidente da República com o conjunto de governo, era muito mais no sentido
337 de mobilização e de alerta, com o Conselheiro Wanderly sugerindo incluir a presidência do
338 Colegiado nesses encontros. A Secretária Nacional ponderou que os Secretários de Assistência
339 seriam sempre convidados, assim como o Colegiado, com os encontros regionais e nacional do
340 CONGEMAS sendo um bom espaço de discussão, podendo se reproduzir esse formato para os
341 estados interessados. O Presidente agradeceu a presença da Secretária Nacional, que se colocou à
342 disposição, sugerindo a montagem de uma oficina para discutir a política nacional. **Item Informes**
343 **de Conselheiros.** A Conselheira Márcia relatou sua participação na Conferência Estadual em
344 Sergipe, dias 17, 18 e 19, relatando ter participado apenas no primeiro dia em vista da realização da
345 Plenária, questionando se essa informação era legítima, haja vista a ausência de outros Conselheiros
346 participando em eventos. Discorreu sobre a importância da abertura, o público presente e a
347 aprovação do cofinanciamento do estado para a Assistência Social. Informou a presença do
348 coordenador do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, Sr. Arlindo, da Federação Nacional
349 dos Psicólogos, indicando que sempre haveria a participação de um membro na Plenária, como
350 ouvinte, reivindicando maior espaço inclusive na Conferência Nacional, trazendo alguns ofícios
351 direcionados ao CNAS. O Conselheiro José Geraldo informou que no dia 10 de outubro havia sido
352 entrevistado como Conselheiro do CNAS por um estudante do Rio Grande do Sul que estava
353 fazendo um trabalho sobre a participação dos Conselheiros governamentais na internacionalização
354 das decisões do Conselho. O Presidente relatou sua participação nas Conferências do Mato Grosso,
355 Mato Grosso do Sul, Maranhão e São Paulo, relatando o equilíbrio de representatividade existente;
356 a presença de uma pessoa autista na mesa de abertura da Conferência do Maranhão, com uma fala

357 muito interessante, onde havia falado na mesa de abertura; o grande esforço realizado pelo Mato
358 Grosso, informando como havia transcorrido o evento, a grande participação dos usuários e os
359 debates pautados; Mato Grosso do Sul, destacou a questão do indígena e das fronteiras, além da boa
360 acessibilidade; São Paulo havia saído da capital e ido para Águas de Lindóia, aumentando a
361 participação dos Conselheiros. Ressaltou a boa acessibilidade existente e a pequena cobertura da
362 imprensa, o que era preciso efetivar. Relatou os problemas existentes em Santa Catarina, quase não
363 se realizando a Conferência por falta de recursos, com uma presença bem atuante e tendo traduzido
364 muito bem o papel do controle social. O Presidente destacou o carinho para com o Conselheiro
365 Nacional, o que deveria ser registrado, com essa instância sendo muito reconhecida e valorizada
366 pelos Conselheiros na base. Convidou os presentes para participar do IV Congresso Internacional
367 das AVAPE's, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, com a
368 confirmação de mais de 30 países, discutindo sustentabilidade no âmbito das organizações não
369 governamentais. Que o evento aconteceria em paralelo com a Rehabilitation International, maior
370 evento de pessoas com deficiência do mundo, a se realizar no mesmo espaço, Hotel Cesar Park, em
371 São Paulo, de 7 a 9 de novembro. O Conselheiro Renato Saidel informou sua participação na
372 Conferência Estadual de Roraima, proferindo a conferência magna, e destacando a participação dos
373 estudantes no serviço social. Relatou a boa organização da Conferência no Paraná, com alto nível
374 de discussão e a maturidade do pessoal na elaboração das propostas, na discussão e na construção
375 dessa política pública. A seguir, chamou a atenção do CNAS para as pessoas em situação de rua,
376 relatando o movimento contrário à criação de um serviço de abrigo institucional para essas
377 pessoas na Rua Cardeal Arco Verde, no Bairro de Pinheiros, São Paulo, de classe alta. Indicou a
378 participação de um promotor que estava abrindo inquérito civil público para que as pessoas se
379 explicassem pela questão da segregação social. questionando se encaminhariam um ofício para lhe
380 dar mais subsídios, além de chamar o Conselho Municipal de São Paulo, para que também se
381 posicionasse. O Presidente indagou se os relatos de conferências poderiam ficar para novembro,
382 fazendo-se apenas os informes emergenciais. O Conselheiro Clodoaldo relatou ter acontecido no dia
383 anterior uma reunião do Fórum Nacional de Assistência Social, acompanhando as ações
384 governamentais e do CNAS, indicando a presença da Sra. Neiva, do Paraná, que estava
385 acompanhando a reunião. Informou que no dia anterior o Senado havia aprovado o PRONATEC,
386 dando aos alunos e trabalhadores bolsas de estudos e a oportunidade de financiar cursos técnicos de
387 qualificação por meio do FIES, discorrendo sobre seus objetivos. A Conselheira Maria Auxiliadora
388 referiu-se à questão da acessibilidade nos eventos do Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraná, São
389 Paulo, sendo que nos locais onde a política era mais atuante esse quesito era bem atendido. O
390 Conselheiro Wanderly informou o lançamento do edital do CONGEMAS do concurso de Boas
391 Práticas, sugestão do SUAS/CONGEMAS 2012, em fortaleza, dias 21 a 23 de março de 2012,
392 agradecendo ao CNAS pela divulgação, estando em articulação com o MDS nos encontros
393 regionais, e contando com a presença do Presidente. O Sr. Arlindo, do Fórum dos Trabalhadores do
394 SUAS, agradeceu as palavras do Presidente sobre a Conferência do Mato Grosso. Relatou que o
395 Fórum dos Trabalhadores do SUAS estaria acontecendo nas vésperas da Plenária do CNAS, para
396 que a mesa coordenadora pudesse trazer os informes. Informou que havia protocolado
397 aproximadamente dez ofícios solicitando algumas posições do Conselho junto ao Fórum, sugerindo
398 que submetessem ao Pleno para uma deliberação favorável, indicando que um membro da mesa
399 diretora estaria presente na plenária do Conselho Nacional. **ENCERRAMENTO.** O Presidente
400 encerrou a reunião para o almoço, convidando a todos a retornarem às 14h. **ABERTURA.**
401 Reiniciando a reunião, o Presidente em exercício solicitou a conferência do quorum pela Secretária-
402 Executiva: Conselheiros Titulares: Conselheiro Renato Francisco de Santos Paula, Conselheira

403 Eutália Barbosa Rodrigues, Conselheiro José Geraldo França Diniz, Conselheira Célia Mota de
404 Carvalho, Conselheiro Sergio Wanderly Silva, Conselheiro Pedro Ost, Conselheiro Clodoaldo de
405 Lima Leite, Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria, Conselheiro Carlos Rogério
406 de Carvalho Nunes, Conselheira Fátima Rampim. Conselheiros Suplentes: Conselheira Brenda
407 Ferreira da Silva, Conselheiro Renato Saidel Coelho, Conselheira Leila Pizzato, Conselheira Maria
408 Auxiliadora Bezerra de Araújo, Conselheiro Jose Araújo da Silva, Conselheira Maria da Conceição
409 Pires dos Santos e Conselheira Márcia Mansur. A seguir, o Presidente em exercício passou para
410 **Item Impactos sociais das grandes obras: o caso da “Operação Xingu”**, passando a palavra para
411 a representante da Secretaria-Executiva do MDS, Sra. Kátia Cristina, para falar sobre o tema. A Sra.
412 Kátia Cristina que falou sobre a questão da cidadania Xingu, com o plano de desenvolvimento
413 sustentável do Xingu, construído em 2010, regulamentado por decreto e com um comitê gestor.
414 Destacou a proposta da Ministra do MDS, Sra. Tereza Campello, fazendo um mutirão até 5 de
415 outubro, para detectarem a demanda da região e priorizar os temas mais urgentes, agindo nos
416 municípios que estavam na área de influência da usina hidrelétrica de Belo Monte. Esclareceu que
417 esse mutirão era para garantir a presença do poder público nesses municípios, discorrendo sobre a
418 situação dos mesmos. A Sra. Kátia Cristina discorreu sobre as ações realizadas e as parcerias
419 políticas, conciliando a presença do governo federal, estadual e municipais, formando uma equipe
420 com esses organismos. Falou sobre a visita dessa equipe aos municípios, tratando das questões mais
421 relevantes e a atuação de cada um, realizando reuniões com essas entidades e com a sociedade civil,
422 elencando as demandas mais importantes da região e o custo de vida, extremamente alto. Relatou
423 que após essa pesquisa, haviam começado a atacar os problemas existentes, indicando que após uma
424 avaliação geral, detectaram que a, a região enfrentava problemas que remontavam desde a abertura
425 da transamazônica e que, nesse momento, tinham a oportunidade de sanar ou piorar esses problemas
426 com a questão de Belo Monte, indicando a existência de movimentos sociais extremamente
427 organizados, facilitando a realização das ações planejadas. Discorreu sobre as ações realizadas
428 propiciando o avanço dos movimentos sociais na região, atendendo as regiões indígenas e a garantia
429 de oportunidade de emprego, melhorando a qualificação profissional. Indicou a existência de
430 CREAS na região, equipes volantes, ademais da questão de aumento do PAA, para as famílias de
431 agricultores, povos indígenas e comunidades tradicionais, proposta para 2012, além de outros
432 projetos a serem realizados em parceria com outros organismos. Relatou o aumento de famílias com
433 perfil para receber o Programa Bolsa Família dentro do programa, mas sabendo que as famílias não
434 tinham condições e se não fossem capacitadas para entrar no programa, estariam em condição de
435 vulnerabilidade social enorme, existindo a intenção de se aumentar esse teto por um período,
436 principalmente nas regiões de grandes empreendimentos. Concluindo sua apresentação, a Sra. Kátia
437 Cristina colocou-se à disposição para quaisquer perguntas, deixando seus contatos. A Conselheira
438 Leila destacou a importância de se conhecer as diferentes realidades do país, questionando como a
439 Assistência Social chegaria a esses lugares se não fosse por ações como a que o MDS estava
440 fazendo, indagando qual era o volume desse fluxo migratório e como os organismos participantes
441 haviam se posicionado com relação às atividades realizadas para poderem programas outras
442 atividades na região, exemplificando com a carteirinha do SUS. O Conselheiro Clodoaldo indagou
443 de quem havia partido a iniciativa para que o tema chegasse ao CNAS, destacando que não tinham
444 conhecimento da dimensão dessas realidades e se existia a expectativa de irem aos demais
445 conselhos de natureza nacional e o que esperavam dos mesmos, inclusive da sociedade civil.
446 Questionou a situação atual e o porquê de não terem sido feitas ações preventivas, evitando a grave
447 situação que havia sido apresentada. O Conselheiro Pedro Ost, parabenizando a apresentação,
448 observou que o Conselheiro Clodoaldo já havia trazido parte de seu questionamento, ressaltando

449 que o mutirão havia trazido um grave problema, com a situação existente não sendo somente devido
450 à construção da usina, mas de uma situação anterior. A Conselheira Maria Auxiliadora concordou
451 com as colocações dos Conselheiros Clodoaldo e Pedro Ost, relatando os problemas existentes na
452 região, ademais da falta de recursos, questionando como oferecer um atendimento aos indígenas e
453 não mexer com a sua cultura. A Sra. Kátia Cristina falou sobre o fluxo migratório intenso, resultado
454 da abertura da transamazônica, indicando a diversidade existente, de pessoas de todas as regiões.
455 Com relação ao comprometimento do governo estadual, indicou a presença da Conselheira Eutália,
456 esclarecendo a existência de oposição política, o que dificultava um pouco as ações, indicando a
457 formação do comitê gestor e tentando passar sobre as questões partidárias. Informou que estavam
458 em um processo inicial, com o comitê gestor tendo sua primeira reunião em junho de 2011 e
459 relatando as outras que se realizariam e os aportes recebidos para ações ainda nesse exercício,
460 informando os provenientes da sociedade civil. Esclareceu que ademais das reuniões do comitê
461 gestor, a equipe se reunia mensalmente, destacando a questão da saúde. Que havia sido criado um
462 grupo de trabalho tripartite que envolvia todas as esferas municipais, secretários de saúde dos
463 municípios, do estado e o Ministério da Saúde, o qual havia construído um plano emergencial a
464 longo prazo para a saúde, com recursos para sua efetivação. Repetindo a pergunta, o Conselheiro
465 Clodoaldo inquiriu como havia se dado o processo da sociedade civil para compor esse colegiado,
466 com a Sra. Kátia Cristina informando ter sido aberto um edital coordenado pela Secretaria-Geral da
467 presidência da república com as organizações se inscrevendo e sendo selecionadas. Falou sobre a
468 realidade existente, com Belo Monte sendo o primeiro caso em que trabalhavam, pensando no
469 impacto social que esse empreendimento geraria, discorrendo sobre a criação do PDRS Xingu, o
470 período de inatividade de sete meses que talvez tivesse prejudicado e a intensificação das ações na
471 região. Informou a previsão de população na região até 2016, sendo de 150 mil habitantes em
472 Altamira, fora o aumento populacional das outras cidades, defendendo a grande oportunidade em
473 Belo Monte de agir diferentemente dos outros lugares, visto que estavam realizando essas ações
474 para tentar minimizar o grande impacto da obra. Falou sobre as dificuldades encontradas com a
475 transamazônica, enfrentadas com a construção do plano de desenvolvimento sustentável da BR-163,
476 sendo uma região que carecia mesmo de presença de estado. Falou sobre a questão cultural e a
477 preocupação em colocar pessoas que falassem a mesma língua dos indígenas para informar o
478 objetivo de construção da usina, sendo que dentro do PBA de Belo Monte existiam treze
479 condicionantes que eram somente indígenas e sua implementação estava sendo acompanhada pela
480 FUNAI, indicando os procedimentos tomados para isso. A Conselheira Eutália cumprimentou pelo
481 trabalho que vinham realizando, esclarecendo a razão desse tema vir ao CNAS, que tardiamente se
482 apropriava dessa situação tão importante. Destacou a participação dos três entes federados nesse
483 processo, com o governo federal tendo uma presença muito forte na construção do plano de
484 desenvolvimento regional sustentável da região do Xingu, o qual havia sido uma antecipação em
485 comparação com outros planos. Falou sobre o debate realizado em Belo Monte e do qual o CNAS
486 deveria se apropriar e conhecer o que estava colocado no plano de desenvolvimento. Observou que
487 o CONANDA havia sido chamado e discutido com a sociedade civil sobre exploração sexual e
488 abuso infantil e com o CNAS ainda não entrando em cena, estando em débito para se aproximar
489 desse debate. Concluindo, a Conselheira Eutália ressaltou ser papel do Conselho Nacional vigiar
490 essas ações para que os impactos fossem minimizados, considerando que inevitavelmente, um
491 grande projeto também impactava negativamente na vida daquelas comunidades e na dinâmica do
492 município. O Presidente agradeceu a presença da Sra. Kátia Cristina, concordando com a
493 Conselheira Eutália de que o CNAS precisava tomar conhecimento dessa situação, ficando com as
494 informações repassadas para traçar estratégias e dizer como poderia participar. A Sra. Kátia Cristina

495 respondeu ao Conselheiro Clodoaldo que ainda não haviam ido a nenhum outro Conselho fazer essa
496 apresentação, informando sobre as discussões pontuais, sendo muito importante ouvir a todos,
497 principalmente a sociedade civil. O Conselheiro Clodoaldo, agradecendo a apresentação, sugeriu
498 que outros conselhos envolvidos, ademais do CNAS, pensassem nos próximos passos, considerando
499 que estavam atrasados e a sociedade já havia começado a sofrer um impacto antes mesmo de a obra
500 começar. O Presidente em exercício observou que talvez a Comissão de Política pudessem tratar
501 dessa discussão e trazer para o Pleno, para decidir os próximos passos. A seguir, passou para o **Item**
502 **Apresentação de relato sobre o tema “Depoimento sem dano: oitiva de crianças e adolescentes**
503 **em situação de violência” (Projeto de Lei nº 035/2007), pelo Conselho Federal de Psicologia e**
504 **Conselho Federal de Serviço Social Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/2,**
505 com convite para o Conselho Federal de Serviço Social e para o Conselho Federal de Psicologia,
506 bastante à frente desse assunto, com a presença das Sras. Marlene Merisse e Iolete, que fariam o
507 relato desse tema. A Conselheira Márcia informou ter trazido publicações do CFP, sobre a temática,
508 que havia proibido os psicólogos de fazer inquirição nesses casos, os quais fizeram uma nota
509 técnica que poderia ajudar no debate. A Sra. Marlene informou que a Conselheira Elivan, do CFSS
510 faria a apresentação, mas por um problema ocorrido não poderia estar presente, mas que faria a
511 apresentação em seu lugar e as ponderações feitas no Conselho Federal de Serviço Social. Relatou
512 que essa discussão havia surgido a partir de duas preocupações: uma, com relação ao significado do
513 depoimento sem dano, e que não faziam esse debate em termos do Conselho Nacional, tendo
514 interface com esse debate; e, duas, a necessidade desse debate acontecer, por se discutir atualmente
515 o papel do CREAS, nessa rede do depoimento sem dano, inclusive com uma proposta de preparação
516 de salas para serem utilizadas para depoimento sem dano. Dando prosseguimento, a Sra. Iolete
517 passou a falar sobre a questão do depoimento das crianças e adolescentes em situação de violência e
518 sobre o projeto do depoimento sem dano, apresentando um breve histórico sobre essa temática,
519 sempre fazendo as discussões em parceria com o CFESS. Relatou os procedimentos utilizados
520 anteriormente e os questionamentos sobre a ética dos mesmos, com os conselhos sempre chamando
521 a atenção para a necessidade de se fazer um debate mais amplo da questão. Indicou que esse tema
522 nunca havia sido discutido de fato no CONANDA, nenhum um evento participativo com a
523 sociedade civil, ou que integrasse todas as políticas envolvidas, com os Conselhos de Psicologia e
524 Serviço Social sempre questionando a interpretação apontada, baseada em estudos internacionais. A
525 Sra. Iolete manifestou que entendiam que deveriam ser ouvidos em vários momentos e processos de
526 atendimento, com essa escuta devendo ser acolhedora, cuidadosa e protetora, e não uma escuta que
527 vulnerabilizasse a criança, relatando algumas experiências com envolvimento da família. Que a
528 responsabilidade deveria ser da justiça, a qual deveria encontrar meios de produzir provas, podendo
529 existir a necessidade de ouvir a criança, mas havendo abuso nessa medida, com os conselhos
530 procurando medidas que as protegessem. Ponderou que não conseguiriam instituir essa proteção se
531 não pensassem no funcionamento da rede, sendo preciso acompanhar desde o primeiro atendimento
532 dado a essa criança ou adolescente, e todo o fluxo que acontecia durante essa rede. Relatou uma
533 única audiência pública no Senado e com dois eventos internacionais, com fala somente para os
534 convidados estrangeiros, com os nacionais não podendo se manifestar, especialmente os Conselhos,
535 discorrendo sobre os objetivos perseguidos, sendo que tomar depoimento não era função nem de
536 psicólogo e nem de assistentes sociais, mas sim de proteger a criança. Informou que haviam sido
537 realizados muitos debates, seminários e oficinas nacionais, de discussão e aprofundamento de
538 reflexão sobre o tema, eventos que haviam resultado nas duas publicações distribuídas, falando
539 sobre as mesmas. A seguir, passou a apresentar alguns slides que foram apresentados na oficina
540 nacional, pela professora Clotilde Rossete Ferreira, tentando mostrar a complexidade desse

541 processo de escuta de crianças e adolescentes, o que significava essa escuta e como a criança era
542 tratada, sendo importante a sua participação. Destacou a importância de que os profissionais que
543 atendessem a criança, tivessem a responsabilidade de aprender a conversar com a mesma, ouvindo
544 para garantir o fortalecimento dos aspectos que beneficiariam os interesses da própria criança e do
545 adolescente. Relatou como essa conversa deveria ser mantida, evitando traumas e superando o
546 sofrimento, sendo que no projeto do depoimento sem dano era muito bom por que se ouvia a
547 criança uma única vez e se resolvia o problema, exigindo habilidades do interlocutor para poder
548 acompanhar as diferentes formas de linguagem e de narrativa da criança. A Sra. Iolete reiterou que
549 toda a discussão sobre o processo de depoimento sem dano vinha sendo colocada somente na
550 questão de julgamento, com a intenção de produzir prova e garantir o contraditório para quem
551 estava sendo acusado. Concluindo, a Sra. Iolete observou que entendiam que essa questão do
552 atendimento deveria ser repensada como um todo, como a Assistência Social se inseria no processo,
553 como a proteção básica ou especial estava colocada nessa rede e como a saúde se articulava com o
554 texto, discorrendo sobre os danos que esses procedimentos causavam na criança. Prosseguindo, a
555 Sra. Marlene falou sobre os procedimentos utilizados nessa questão, com um material apresentado
556 em um seminário nacional promovido pelo CFESS, surgindo a oportunidade de estudar o que estava
557 acontecendo e chegando a um posicionamento contrário, dizendo que inquirição de crianças, sob
558 qualquer forma, não era prerrogativa para profissional de Assistência Social, surgindo a Resolução
559 nº 554, de 2009, constante no site do CFESS. Prosseguindo, a Sra. Marlene indicou quatro questões
560 que envolviam esse assunto, falando sobre os mesmos estando na Câmara Federal o projeto de lei
561 035, de 2007, que tratava de testemunhas e inquirição para obtenção de provas, envolvendo crianças
562 vítimas e testemunhas de crimes, o qual após aprovado, previa uma mudança no ECA, incluindo a
563 modalidade de obtenção de provas, além de outras alterações na legislação. Destacou que essa
564 forma de obter depoimento com o único objetivo de conseguir provas, violava o plano nacional de
565 enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes, posicionando-se contra esses
566 procedimentos. Indicou que a escuta, para os profissionais, teria que ser qualificada do ponto de
567 vista da acolhida e do atendimento dessa criança e adolescente, destacando que a família também
568 deveria ser cuidada e acompanhada pelo CREAS, discorrendo sobre essa questão e relatando alguns
569 projetos piloto que estava sendo acontecendo em algumas cidades de São Paulo, e que ainda não
570 haviam sido discutidos, sendo importante a discussão sobre a defesa da criança e do adolescente
571 com aqueles que tinham a responsabilidade de implantação de um sistema de garantia de direitos
572 que envolvesse tanto a questão do judiciário como sua proteção. Aparteando, a Sra. Iolete informou
573 que a Secretaria de Direitos Humanos, com o apoio da Microsoft e da WCF, haviam implantado
574 salas de depoimento nos estados, sendo doze estados com esse espaço. Indicou que esse debate
575 estava pautado na próxima reunião no CONANDA, órgão que ainda não havia tratado desse
576 assunto, apesar de ter financiado alguns eventos internacionais para trazer experiências
577 internacionais para serem copiadas aqui no Brasil. Destacou ser uma questão séria, que merecia
578 posicionamento do CNAS e da própria sociedade civil no âmbito da Assistência Social. A Sra.
579 Marlene relatou que em SP havia acontecido um seminário promovido pela Associação dos
580 Psicólogos e Assistentes Sociais do Tribunal de Justiça do estado, com uma importante discussão.
581 Que dessa reunião havia saído a criação de uma comissão para levar o assunto para a Secretaria
582 Nacional de Direitos Humanos, que havia ficado de fazer algumas interfaces com o CONANDA,
583 mas que não tinha visto nesse diálogo a interlocução com o CNAS. A Conselheira Márcia
584 concordou com essas colocações, indicando que o CONANDA ainda não havia discutido o assunto,
585 mas o apoiava, vendo como avanço tirar o assunto da mão do Juiz e colocar nas mãos de psicólogos
586 e assistentes sociais, mas tendo que debater de uma forma mais ampla. Indicou o livro *‘Inquirição*

587 *de criança vítima de violência sexual: proteção ou violação de direitos?'*, falando sobre sua autora.
588 Sra. Regina. Falou sobre as palavras da Sra. Maria sobre a Associação dos Psicólogos e Assistentes
589 Sociais do Tribunal de Justiça, que estava com um grupo de especialistas da área fazendo pareceres
590 para embasar um pouco mais a discussão, com uma publicação sobre o assunto, com o CNAS
591 podendo solicitar oficialmente essa publicação e pareceres que a Associação estava lançando. O
592 Presidente colocou em discussão, com o Conselheiro Renato Saidel observou que a preocupação
593 seria encontrar parceiros para enfrentar essa situação e ampliar o espaço de debate, concordando
594 com o posicionamento do Conselho Federal de Psicologia e o Conselho Federal de Assistentes
595 Sociais. Sugeriu que enviassem ofício conscientizando e convidando para um seminário no próximo
596 ano para se discutir essa questão, convidando o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional
597 da magistratura pública e o Conselho Nacional do Ministério Público. Ponderou que talvez até o
598 seminário pudessem adotar posições para reverter essa situação, destacando que a metodologia
599 utilizada não era adequada e traria um grande trauma para a criança. O Conselheiro Pedro Ost
600 parabenizando pela relevância do tema, manifestou preocupação com a atuação dos principais
601 atores, que deveriam estar defendendo e caminhando em conjunto, devendo se tomar conhecimento
602 do posicionamento das grandes instituições, considerando que aqueles que começavam a patrocinar
603 eventos, tinham posicionamentos contrários. Que o CNAS tinha que ver como unir forças com o
604 CONANDA, Conselho Federal de Psicologia e demais órgãos, considerando o posicionamento
605 divergente dos magistrados. Indagou como estavam fazendo esse debate com os Conselhos
606 Municipais de Direitos da Criança, que ajudariam com os Conselhos Estaduais, com os Direitos
607 Humanos, considerando ser um debate muito forte e podendo ser muito importantes nessa
608 discussão, principalmente para a criança. O Conselheiro Clodoaldo destacou que essa situação era
609 resultante de uma sociedade doente, observando que o ECA completava 21 anos e discorrendo
610 sobre a falta de estrutura de Conselhos Tutelares, com essa situação merecendo um debate mais
611 amplo. Encontrava que o CNAS tinha que ouvir o outro lado para saber o que estava acontecendo,
612 para se ter todos os elementos e se preservar a criança brasileira o que, na constituição, era colocado
613 como prioridade. Ponderou que o CNAS não podia se precipitar, tendo que ouvir as organizações e
614 as famílias brasileiras. A Sra. Maria Dolores, falando em nome da Conselheira Maria da Conceição,
615 destacou a importância de se posicionarem, relatando algumas experiências e sendo o mais
616 importante proteger o direito da criança e do adolescente, e não deixá-la ser usada em depoimentos
617 públicos que ferissem seu futuro. Considerando a importância desse assunto, sugeriu a criação de
618 um grupo de trabalho para debater essa questão. O Conselheiro Frederico parabenizou a
619 apresentação das representantes do Conselho Federal de Psicologia e o de Assistência Social, com a
620 Sra. Iolete trazendo à tona a discussão que estava acompanhando no CFESS. Observou que o
621 CNAS não tinha o papel de julgar, mas de ver dentro do Conselho de Assistência Social e seus
622 parceiros, e cobrar um posicionamento também de outros órgãos de controle social, por ser um
623 conselho político. Falou sobre a situação, tendo que se decidir qual seu posicionamento enquanto
624 Conselho Nacional de Assistência. E como orientaria os estados e municípios sobre a questão.
625 Ressaltou a proximidade da Conferência e o que fariam se o assunto viesse à tona nesse evento,
626 destacando a urgência na construção de um posicionamento, visto que esse tema reverberava na
627 ponta. Ponderou que se quisessem melhorar a qualidade da política de Assistência Social, tinham
628 que tomar posicionamentos, mas que não podiam julgar, sendo seu papel escutar ou outro lado. A
629 Conselheira Eutália ressaltando seu papel nas políticas sociais, concordou integralmente com o
630 Conselheiro Frederico, observando que esse debate nos Conselhos Federal de Serviço Social e de
631 Psicologia, havia sido quase que conjunto. Que embora houvessem surgido opiniões contrárias,
632 havia saído uma posição quase unânime de que esse era um procedimento alheio a qualquer

633 compreensão sobre o processo de trabalho desses trabalhadores e do que era proteger o direito da
634 criança e adolescente. Após discorrer sobre a questão, ponderou que não existia o outro lado, mas
635 sim o de defender direitos humanos, de compreender o papel dessas políticas e desses profissionais
636 que tinham a responsabilidade de atender com ética esses usuários. Que a política de Assistência
637 Social tinha a responsabilidade nesse processo de proteção de crianças e adolescentes, destacando a
638 importância dos seus documentos nesses procedimentos. Ponderou sobre o fato de tais
639 procedimentos violarem os direitos das crianças e adolescentes, colocando a necessidade de
640 posicionamento do CNAS, ademais da necessidade de preparo desses profissionais. Ponderou que o
641 CONANDA parecia ter uma posição contrária, mas que o CNAS deveria se debruçar no assunto e
642 tirar um posicionamento, destacando existir um projeto de lei que poderia ser aprovado e que
643 violava o direito de crianças e adolescentes de serem atendidos e protegidos pelas políticas públicas
644 desse país. O Presidente falou sobre o posicionamento que muitas vezes tinha que tomar devido às
645 funções que exercia, não concordando com a metodologia aplicada. Falando sobre a situação,
646 ponderou que havia que ouvir os dois lados, com o CONANDA sendo um conselho histórico que
647 não tinha vergonha de pertencer aos dois lados e fazer o debate, comprometendo-se, como
648 Presidente do CNAS, e caso fosse vontade do Pleno, em tirar um posicionamento sobre a questão.
649 O Conselheiro Clodoaldo lamentou que tivesse sido mal interpretado, ponderando que se não
650 existisse o outro lado, não estariam debatendo essa questão. Ressaltou que a vinda dessa proposta
651 era que para esse conselho tivesse um posicionamento efetivo sobre essa questão e, para isso, seria
652 preciso conhecer os argumentos de ambos os lados, sendo esse seu posicionamento. Destacou sua
653 luta pelos direitos da criança e do adolescente, como muitos dos presentes, devendo se entender a
654 profundidade dessa questão para poder se posicionar e não serem cobrados futuramente. O
655 Conselheiro Renato de Paula discorreu sobre a complexidade dessa questão, tendo entendido das
656 colocações do Presidente e do Conselheiro Clodoaldo a necessidade de um debate mais amplo,
657 destacando a infelicidade do uso do termo ‘outro lado’, assim como a fala dos Conselheiros
658 Frederico e Eutália colocaram que não existia outro lado. Ponderou que independente das posições
659 que poderiam ser apresentadas nesse Conselho, o qual tinha uma opinião fechada com relação à
660 defesa de direitos, referência para qualquer debate ser feito no CNAS, lamentando que houvesse
661 algum Conselheiro que se posicionasse contra a defesa dos direitos das crianças; Falando sobre a
662 legislação existente e colocada pelas Sras. Iolete e Marlene, observou que era a partir da mesma que
663 fariam seu debate, preservando o caráter político e ético da defesa de direitos da criança e do
664 adolescente. O Conselheiro Renato de Paula ressaltou que como psicólogo, a fala do Conselheiro
665 Clodoaldo sobre a possibilidade de que o debate pudesse ser feito de uma maneira corporativa lhe
666 havia incomodado, com as duas representantes trazendo na sua argumentação o conhecimento de
667 seus lugares e que nesse assunto estavam à frente. Aparteando, o Conselheiro Clodoaldo lembrou
668 também ser psicólogo, ao que o Conselheiro Renato de Paula ponderou que as falas colocadas não
669 traziam posicionamento antagônico, sendo favorável aos dois encaminhamentos: a necessidade de
670 ampliar o debate e ouvir outras posições e pessoas de outros lugares, mas tendo a clareza de que o
671 CNAS já tinha um posicionamento firme na defesa e garantia dos direitos das crianças e
672 adolescentes. Como encaminhamento, sugeriu uma parceria mais profunda com o CONANDA e
673 encaminhar o assunto para uma comissão, considerando a pressão existente para que os CREAS
674 assumissem o assunto, com a SNAS soltando uma orientação sobre essa questão. Concluindo,
675 destacou que isso poderia ser feito independente de ouvir ou não outras partes. A Conselheira
676 Márcia concordando com o Conselheiro Renato de Paula, complementou, informando que os juízes
677 estavam derrubando as resoluções dos dois Conselhos, o que era muito grave. Como
678 encaminhamento, sugeriu a criação de um GT, que discutiria e traria embasamentos para esse

679 projeto, não chamando o outro lado e colocando à disposição o material sobre o tema, escrito por
680 profissionais. A Conselheira Eutália ressaltou que o assunto seria pautado, mas que era preciso tirar
681 uma metodologia para isso, visto ser o primeiro contato para alguns Conselheiros e que o CNAS
682 pautava oficialmente a questão. Concordava que poderiam reunir as normas, inclusive o texto do
683 projeto de lei, para que esse Conselho se debruçasse na construção de um GT ou alguma das
684 comissões do CNAS, para que pudessem trazer um parecer para ser trabalhado pelos Conselheiros.
685 O Conselheiro Clodoaldo reiterou a fala da Conselheira Eutália, dizendo ao Conselheiro Renato de
686 Paula conhecer o papel do Conselho de Psicologia e sua responsabilidade, assim como sobre os
687 estudos trazidos e não os havia questionando, esclarecendo a situação e enfatizando a necessidade
688 de o CNAS ter um posicionamento efetivo. Observou que deveriam saber se a legislação no
689 Congresso seria aprovada para que se antecipassem a essa aprovação, com a concordância do
690 Conselheiro Frederico. A Sra. Iolete falou sobre a situação, observando que os documentos e os
691 posicionamentos existentes eram importantes ao longo do tempo, indicando que o CNAS e a
692 sociedade civil tinham que se apropriar desses subsídios, com o primeiro PL sendo tramitado sem
693 nenhuma discussão. Falou sobre as orientações que os CREAS solicitavam aos Conselhos de
694 psicologia para atuar em julgamentos, sendo preciso se posicionar e pensar em formas de
695 enfrentamento a essa situação, por não ser tarefa profissional de psicólogo tomar depoimento,
696 discorrendo sobre a necessidade de se pensar tanto em termos de atendimento como na regulação
697 legal das mudanças necessárias. Concluindo, a Sra. Iolete destacou a necessidade de o CNAS se
698 posicionar e encaminhar a criação de um GT, chamar outros profissionais e discutir principalmente
699 a participação do CREA, colocando o Conselho Federal de Psicologia à disposição. A Sra. Marlene
700 ressaltou não ser uma luta corporativa, tendo, também, violação das resoluções publicadas,
701 concordando com a criação de um GT pelo Conselho Nacional para que todos os Conselheiros
702 tomassem conhecimento do material existente, pensando-se em uma forma de ampliar esse debate.
703 Concluindo, a Sra. Marlene ponderou entender que o CONANDA também tinha essa
704 responsabilidade, com os dois Conselhos tendo que dialogar, buscando consenso nas determinações.
705 O Presidente, agradecendo a apresentação, propôs que a Presidência, em conjunto com a Secretaria-
706 Executiva, se informasse como estava esse material no Congresso e procurar o CONANDA, na
707 figura de sua presidente, a Ministra Maria do Rosário, e da sua Vice, a Sra. Miriam, para construir
708 uma agenda para ampliar esse debate, não vendo possibilidade de criação de um GT ainda esse ano.
709 O Conselheiro Frederico sugeriu que a Comissão de Política desse início a essa discussão para
710 trazer para o Pleno, com o Presidente encontrando um ótimo encaminhamento. Após um intervalo
711 de cinco minutos, o Presidente passou para o **Item Relato da Presidência Ampliada**. Informou ter
712 sido encaminhado por e-mail aos Conselheiros os dois anexos, com a Conselheira Eutália
713 procedendo à leitura: *“Memória da reunião da presidência ampliada de outubro de 2011. 19 de*
714 *outubro de 2011, das 8h30 às 10h, CNAS, Brasília-DF. Conselheiros presentes: Carlos Eduardo*
715 *Ferrari, Renato Francisco dos Santos Paula, Eutália Barbosa Rodrigues, Frederico Jorge de Souza*
716 *Leite, José Geraldo França Diniz, Carlos Rogério Nunes. Apoio da Secretaria Executiva: Maria*
717 *das Mercês Avelino de Carvalho, Silvani Souza. Ausência justificada: Antonio Celso Pasquini. 1.*
718 *Proposta de pauta da 195ª reunião ordinária 22, 23 e 24 de novembro de 2011. 21/11/11. 9h às*
719 *12h: Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social. 14h Às 18h:*
720 *Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; Reunião da Comissão*
721 *de Normas da Assistência Social; Reunião da Comissão de Política da Assistência Social.*
722 *23/11/2011. 8h30 às 9h30: reunião da Presidência Ampliada. 9h30 às 9h45: aprovação da ata da*
723 *194ª reunião ordinária do CNAS e da pauta. 9h45 às 10h45: informes da Presidência/Secretaria*
724 *Executiva, MDS, CIT e de conselheiros, inclusive sobre a participação nas Conferências de*

725 *Assistência Social. 10h45 às 11h: informe sobre o PL nº 7672/2010, que estabelece o direito da*
726 *criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais, ou de*
727 *tratamento cruel ou degradante. 11h às 12h: participação do CNAS no fórum social mundial a ser*
728 *realizado em janeiro de 2012 em Porto Alegre/RS. 14h às 16h: relato do GT eu discuti as alíneas*
729 *'c' e 'd' do inciso I do artigo II da LOAS. 16h às 18h: relato da comissão organizadora da VIII*
730 *conferência nacional de assistência social. 24/11/11: 9h às 10h: apresentação do Plano Brasil*
731 *Acessível pela Secretaria Nacional de Assistência Social e pela Secretaria Nacional de Promoção*
732 *dos Direitos da Pessoa com Deficiência. 10h às 11h: apresentação da Secretaria de Orçamento*
733 *Federal sobre educação fiscal. 11h às 12h: relato da presidência ampliada. 14h às 15h relato da*
734 *Comissão de Financiamento da Assistência Social. 15h às 16h: relato da Comissão de*
735 *Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social. 16h às 17h: relato da Comissão de Política*
736 *da Assistência Social. 17h às 18h: relato da Comissão de Normas da Assistência Social. 2.*
737 *Solicitação de lista de entidades certificadas no CNAS. 2.1. Procuradoria Federal dos Direitos do*
738 *Cidadão. A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Integrante ao Ministério Público*
739 *Federal informou por meio de ofício nº 1357/2011, datado de quatro de outubro de 2011, que*
740 *elegeu como tema prioritário de atuação aos direitos da Pessoa Idosa. Por isso, com o objetivo de*
741 *identificar as entidades que prestam atendimento às pessoas idosas, na modalidade e localização,*
742 *solicita ao CNAS informações sobre a existência de banco de dados contendo o respectivo*
743 *levantamento para subsidiar a atuação daquela procuradoria. A Secretaria-Executiva do CNAS*
744 *emitiu relatório em 07/10/2011, contendo a relação de entidades certificadas pelo CNAS, com*
745 *validade ainda em vigência, a fim de atender da mencionada procuradoria, e leva ao conhecimento*
746 *da presidência ampliada. Encaminhamento da presidência ampliada. 2.1.1. A presidência*
747 *ampliada tomou conhecimento do pedido e referendou o atendimento da demanda. 2.2. Revisto*
748 *Logos 3. A diretoria executiva de responsabilidade social da editora Logos3 informa que será*
749 *publicada uma edição especial da revista em comemoração aos 21 anos do estatuto da criança e do*
750 *adolescente. ressalta que um dos objetivos da revista é instrumentalizar gestores, operadores*
751 *sociais e toda a sociedade sobre a situação da infância e adolescente brasileira com seus desafios e*
752 *perspectivas, bem como as experiências exitosas em favor deles. Para tanto, solicita ao CNAS uma*
753 *lista de entidades com dados completos para envio dos exemplares gratuitamente, folder anexo,*
754 *para conhecimento dos conselheiros. Encaminhamento da presidência ampliada. 2.2.1. A*
755 *presidência ampliada tomou conhecimento do pedido e referendou o atendimento da demanda. 3.*
756 *Convites. 3.1. O comitê executivo da 14ª conferência nacional de saúde solicita ao CNAS a*
757 *indicação de um representante para participar da conferência que será realizada em Brasília, de*
758 *30 de novembro a 4 de dezembro de 2011, e terá como tema “todos usam o SUS! SUS na*
759 *seguridade social, política pública, patrimônio do povo brasileiro” e como eixo “acesso e*
760 *acolhimento de qualidade: um desafio para o SUS”. O CNAS questionou o comitê executivo da*
761 *conferência nacional de saúde sobre a destinação do convite, e nos foi informado que ele é*
762 *direcionado ao Presidente Carlos Eduardo Ferrari, que também é membro da Comissão*
763 *Organizadora. 3.2. O ministério da saúde solicita a indicação de um representante do CNAS para*
764 *participar do seminário nacional “gestão participativa e o controle social no SUS”, a ser realizado*
765 *de 26 a 28 de outubro de 2011, em Brasília. Encaminhamento da presidência ampliada. 3.2.1 a*
766 *presidência ampliada indicou a conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa. 3.3. O conselho*
767 *nacional de saúde solicita a indicação de um representante do CNAS para participar do Seminário*
768 *internacional: inclusão dos cidadãos nas políticas públicas de saúde, na condição de palestrante*
769 *na mesa quatro: o controle social na seguridade social no Brasil, no dia 8 de novembro de 2011,*
770 *das 14h às 17h30, em Brasília. Encaminhamento da presidência ampliada. 3.3.1. O vice-presidente*

771 Renato de Paula representará o CNAS no referido seminário. 3.4 a associação brasileira de
772 autismo – ABRA, foi convidada para participar da 14ª conferência nacional de saúde, com duas
773 vagas, sendo que para uma indicou a conselheira Maria do Carmo Tourinho. A conselheira enviou
774 e-mail ao presidente do CNAS manifestando interesse em participar da conferência e informando
775 que a ABRA não tem como viabilizar passagens e hospedagem. Encaminhamento da presidência
776 ampliada. 3.4.1. A presidência ampliada entendeu que o convite estava direcionado a ABRA, não
777 cabendo, portanto, ao CNAS o custeio de despesas para a conselheira participar do evento. 3.5. A
778 comissão organizadora da 4ª conferência nacional de segurança alimentar e nutricional convida a
779 secretaria executiva do CNAS para participar da Conferência do CONSEA, a ser realizada no
780 período de sete a onze de novembro de 2011, em Salvador/BA. Os custos com transporte e
781 hospedagem serão de responsabilidade do convidado da instituição. Encaminhamento da
782 presidência ampliada: 3.5.1. Foi aprovada a participação da secretaria executiva na conferência
783 do CONSEA. 3.6. Oficina de trabalho sobre levantamento nacional das crianças e adolescentes em
784 serviços de acolhimento a se realizada dia 21 de outubro de 2011, das 9h às 18h, no auditório do
785 bloco A, em Brasília. O MDS, em parceria com a fundação Oswaldo Cruz, realizou no período de
786 2009 e 2010, o levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviços de acolhimento, que
787 identificou e caracterizou a rede de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes
788 existentes no país, bem como das crianças e adolescentes neles atendidos. A partir da análise
789 preliminar dos dados do referido levantamento, este ministério irá realizar uma oficina de trabalho
790 com o objetivo de apresentar e debater seus principais resultados e discutir ações articuladas que
791 possam ser implementadas para a qualificação da atenção a crianças e adolescentes acolhidos e de
792 suas famílias. Encaminhamento da presidência ampliada. 3.6.1. o conselheiro Frederico Jorge de
793 Souza Leite representará o CNAS, caso seja possível mudar a passagem de retorno para a noite do
794 dia 21 de outubro de 2011. 3.7. O conselho estadual de assistência social de Goiás solicita um
795 técnico ou conselheiro do CNAS para ministrar palestra sobre o tema “relação conselho e fundo”,
796 nos dias sete e oito de novembro de 2011, em uma capacitação direcionada ao CEAS/GO, ao fundo
797 estadual de assistência social e à superintendência executiva da secretaria de estado de cidadania
798 e trabalho. Encaminhamentos. 7.7.1. A presidência ampliada indicou a conselheira Eutália
799 Barbosa Rodrigues. 3.7.2. A conselheira solicitará ao fundo nacional de assistência social a
800 indicação de um técnico para também contribuir na referida capacitação. 3.8. o conselho
801 municipal de assistência social de Chapecó/SC, convida o CNAS para ministrar capacitação para
802 os conselheiros e para as entidades inscritas naquele CMAS, em um das seguintes datas: 24 e 15 de
803 novembro ou sete e oito de novembro ou 17 e 18 de novembro. Encaminhamentos: a presidência
804 ampliada definiu critério para participação do CNAS em capacitações municipais ou regionais.
805 Fica estabelecido que o CNAS indicará representante para as referidas capacitações somente
806 quando o conselho estadual de assistência social for também parceiro no evento. 3.9. A união dos
807 conselhos municipais de assistência social, que representa 34 municípios da região metropolitana
808 de Belo Horizonte, solicita um palestrante para discorrer sobre a resolução CNA 27/2011, em
809 reunião a se realizar no dia 30 de novembro de 2011, às 14h, na cidade de belo horizonte.
810 Encaminhamento: 3.9.1 A presidência ampliada indica o coordenador do GT que discutiu os
811 parâmetros de caracterização de entidades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos,
812 Wagner Carneiro de Santana, e considera fundamental que o conselho estadual de assistência
813 social de Minas Gerais seja comparte do CNAS na referida reunião. 3.10. O comitê nacional de
814 enfrentamento ao tráfico de pessoas convida o CNAS para o II encontro nacional da rede de trafico
815 de pessoas, a ser realizado de nove a 10 de novembro de 2011, em Recife. Encaminhamento:
816 3.10.1. O convite será submetido à plenária para aprovação. 4. Informes. 4.1. Nota referente a

817 adoção de providências para revisão do item 9.6 do acórdão nº 2.809/2009, plenário, TCU.
818 Conforme relatado pela comissão de normas na reunião ordinária de setembro de 2011, aquela
819 comissão elaborou um manifesto/memorando à consultoria jurídica, que foi aprovado pela
820 plenária, ressaltando que a decisão do TCU constante do acórdão 2.809/2009, confirmado pelo
821 acórdão 1002/2011, padece de questionamento judicial, em decorrência do mesmo, em seu subitem
822 9.6, apresentar erro e infringir diversos textos legais. Diante disso, o CNAS requereu à
823 CONJUT/MDS, a adoção de procedimentos necessários no sentido de proceder à reforma, pelas
824 vias judiciais, do questionado subitem 9.6. A consultoria jurídica do MDS emitiu nota, em 10 de
825 outubro de 2011, no item oito, informou ser necessário o encaminhamento do embate ao
826 departamento de assuntos extrajudiciais da consultoria geral da união, que detém competência
827 para planejar, supervisionar, coordenar, orientar e atuar na representação extrajudicial da união
828 perante o tribunal de contas da união. Ainda de acordo com o documento, copia dos processos,
829 assim como da referida nota, serão encaminhados ao DEAEEX/CGU para adoção de providências
830 cabíveis, e os processos ficaram arquivados na CONJUR/MDS para facilitar eventual diligência.
831 4.2. Divulgação do GT de serviço social na educação do estado da Bahia. A coordenadora do
832 grupo de trabalho de serviço social na educação da universidade federal do recôncavo da Bahia –
833 UFRB, Marcela Silva, solicita ao CNAS colaboração na divulgação das ações do GT, como o
834 objetivo de realizar trocas para a efetivação da inserção dos profissionais de serviço social nas
835 escolas e nas universidades públicas, como meio de proteção social e como ponto fundamental
836 para efetivação da política de assistência social, folder anexo. Carlos Eduardo Ferrari, Presidente
837 do CNAS.” O Conselheiro Pedro Ost observou que a proposta de pauta era da 195ª e não da 196ª
838 RO do CNAS. A Conselheira Maria Auxiliadora lembrou a inclusão nessa pauta de um convite para
839 o CONADE, indagando se o mesmo não havia assumido esse compromisso. O Presidente
840 esclareceu serem duas ações, uma era o debate com o CONADE, na Comissão de Política e outro
841 relacionado à questão da pessoa com deficiência que viria para o Pleno, com o lançamento do plano
842 Brasil Acessível, com a presidente Dilma tendo adiado esse lançamento, sendo pautado para o mês
843 de novembro. O Conselheiro Clodoaldo indicou a correção da Conselheira Cinara de “aprovação da
844 ata da 194ª reunião do CNAS”. Após essas colocações, o Presidente considerou aprovado o
845 conteúdo da Pauta e o Item 2, sobre solicitações de informações sobre entidades certificadas no
846 Conselho. Com relação ao item 2.2. sobre a Revista Logos, após algumas colocações sobre o uso de
847 informações do CNAS, foi sugerido pesquisar a editora e se o CNAS tinha essa prerrogativa de
848 passar essa mala direta como órgão nacional. Após informado que a editora era da Universidade
849 Estadual do Rio de Janeiro, foi aprovado pelo Pleno. Item 3. Convites. 2.2. Informou que a
850 aprovação do nome da Conselheira Maria do Socorro, a quem seria submetida essa aprovação. 3.3.
851 Aprovação do Pleno ao convite aceito pelo Conselheiro Renato de Paula. 3.4. Pedido da ABRA.
852 3.5. Informou a solicitação para participação da Secretaria-Executiva, que avaliaria o convite. 3.6.
853 Aprovação do nome do Conselheiro Frederico. 3.7. GO, aprovação do nome da Conselheira Eutália.
854 3.8. Chapecó. Maria Aparecida Godoi, que esclareceu que o convite de um município ao CNAS não
855 significaria desconsiderar o Conselho Estadual e que deveria ser considerado. O Presidente
856 ponderou sobre o grande número de convites que teriam se aceitassem de todos os municípios,
857 questionando qual a estratégia a seguir. O Conselheiro Renato Saidel ponderou que os Conselhos
858 Estaduais ainda precisavam de acúmulo maior, indicando, também, que nos itens ‘3.8.2.’ e ‘3.9’
859 traziam duas situações idênticas com duas posturas diferentes do CNAS, tendo que tomar cuidado,
860 com o Conselheiro Clodoaldo endossando as falas dos Conselheiros Maria do Socorro e Renato
861 Saidel. O Conselheiro Sérgio Wanderly discordou, com uma fala na Comissão de Conselhos sobre o
862 fortalecimento do Conselho Estadual, não podendo favorecer um ou outro, com a Conselheira Leila

863 concordando com os Conselheiros Sérgio Wanderly e Renato Saidel, tendo o mesmo
864 encaminhamento e indo para os dois, inclusive o Conselho de Chapecó, considerando o
865 encaminhamento da Presidência Ampliada. A Conselheira Eutália destacou a riqueza do debate
866 sobre a necessidade de o CNAS construir estratégias de fortalecimento da esfera estadual, não
867 governo, sendo referência para os Conselhos Municipais, visto sua impossibilidade de atender todas
868 as solicitações de conselhos municipais que chegariam para o Conselho Nacional. Observou que na
869 reunião da Comissão de Conselhos, trariam uma série de apontamentos para estratégias para essa
870 questão do fortalecimento da esfera estadual. Eu queria fazer outra observação, já tentando
871 encaminhar e fazer uma proposta. Indicou o tema que a união dos de MG estava chamando o CNAS
872 para tratar, indicando, também, a realização de uma capacitação nacional de conselheiros
873 municipais, com o órgão gestor municipal precisando exercer o seu papel por ser, dentro da esfera
874 estadual, responsável para garantir o processo de capacitação dos atores e sujeitos da política de
875 Assistência Social. Defendia a ida a Belo Horizonte, considerando as tratativas do tema pelo CNAS
876 e manter o encaminhamento para remeter à Santa Catarina, e talvez até ao órgão gestor do estado de
877 SC para apoiar e assessorar o evento em Chapecó. O Conselheiro Clodoaldo manifestou
878 preocupação com o engessamento da a participação do CNAS, tendo um papel de controle social e
879 tendo que fortalecer a instância estadual, mas sendo necessário estabelecer um determinado número
880 de visitas nas instâncias municipais. A Conselheira Leila concordou com a Conselheira Eutália,
881 observando o tema tratado, mas tendo que fortalecer os Conselhos Estaduais, e com o Conselheiro
882 Clodoaldo observando que não poderiam engessar, tendo que se ter um critério. O Conselheiro
883 Renato Saidel indicou o critério no item 3.8.2 e as outras colocações, com o Presidente observando
884 que o texto deveria ser reescrito. O Conselheiro Renato Saidel ponderou desconhecer qualquer tipo
885 de capacitação sobre tipificação de forma aprofundada, não podendo transferir essa
886 responsabilidade para outro órgão que não havia participado das discussões e acompanhado o
887 processo e que tentaria interpretar aquilo que o CNAS estava dizendo, tendo que se tomar cuidado e
888 respeitar as decisões dessa primária. Que entendia que poderiam falar especificamente sobre a
889 temática, tipificação dos serviços. A Conselheira Maria Aparecida falou sobre a situação, com o
890 CNAS, mesmo tendo Conselho Estadual, não podendo o colocar como mediador e criar uma
891 distância entre Conselho Municipal e Nacional. Considerou a importância de o Conselho Municipal
892 fazer um debate de dois dias, podendo se usar o argumento da realização da Conferência Nacional,
893 podendo comparecer no próximo ano, mas acatando a decisão da maioria. A Conselheira Célia
894 observou ser favorável a que o CNAS, considerando que o documento havia sido elaborado nesse
895 espaço, deveria estar presente em BH, destacando a unidade que havia entre todos os conselhos,
896 tanto o Nacional, como estaduais e municipais. A Conselheira Fátima encontrava que os Conselhos
897 Estaduais tinham condições de falar sobre esse assunto, tendo acontecido em 2009 uma capacitação
898 com a participação de Conselheiros Estaduais e Municipais. Encontrava que a situação de Chapecó
899 deveria ser mantida como estava e a de BH o tema era do CNAS, mantendo-se sua participação. O
900 Conselheiro José Geraldo esclareceu que havia sido discutido na Presidência Ampliada não o
901 distanciamento do CNAS dos Conselhos Municipais, mas sim a necessidade da estratégia de
902 fortalecimento, com a participação do Conselho Estadual junto com o Conselho Nacional. A
903 Conselheira Eutália ponderou que o relato não havia traduzido a discussão ocorrida, com o CNAS
904 não conseguindo instituir uma regra para participação em todos os Conselhos Municipais, com os
905 casos sendo avaliados, registrando que isso não havia sido discutido. Propôs o encaminhamento:
906 que tratassem de um critério especificamente para esses dois casos, com esse debate da participação
907 com os Conselhos Municipais e Estaduais, se desse na Comissão de Conselhos como vinha sendo
908 feito, com a construção de estratégia para que avançassem cada vez mais no processo de

909 fortalecimento das instâncias de controle social. Aparteando, o Conselheiro José Geraldo observou
910 acreditar que não era discussão de critérios, estando mais para conjuntura, atender a quem e por
911 quê. O Presidente solicitou que ficasse degravado que por mais que qualquer técnico genial
912 estivesse presente à reunião, talvez não conseguisse traduzir a riqueza dos debates, registrando que
913 a Secretaria-Executiva havia traduzido o relato, não se atendo ponto e observando ter ocorrido uma
914 falha, com a colocação novamente no o item 3.9. Como encaminhamento, propôs que solicitassem o
915 apoio dos Conselhos Estadual e Municipal para que pudessem comparecer. Considerando que a
916 Resolução 27 acabava de sair e se os 34 conselhos estavam chamando era por que realmente tinham
917 uma demanda, sugeriu que trabalhassem nessa perspectiva nos itens 3.8 e 3.9, indagando se estavam
918 de acordo. A Conselheira Eutália mantinha sua proposta, com a Conselheira Maria aparecida
919 sugerindo que retirassem desse documento o item 3.8.1, colocando “*tendo em vista que estamos às*
920 *vésperas de uma conferência, sugerimos que a capacitação seja feita através do conselho*
921 *estadual...*”, com o Presidente complementando “*Tendo em vista que estamos às vésperas de uma*
922 *conferência e tendo em vista a importância da articulação do Conselho Municipal com o*
923 *Estadual.*” A Conselheira Eutália sugeriu que retirassem o item 3.8.2, com o Conselheiro Sérgio
924 Wanderly ponderando que poderiam otimizar a questão. Concluindo, o Presidente colocou a
925 presença do CNAS em Belo Horizonte e não em Chapecó, reescrevendo o texto e transformando em
926 apenas um item. Item 3.10. Evento em Recife, indicando que poderiam sugerir a presença de
927 algum Conselheiro que estivesse disponível nessa data ou agradecer o convite. **Item 4. Informes.** O
928 Conselheiro Renato Saidel observou que como a demanda havia saído da Comissão de Normas, que
929 o parecer da CONJUR lhe fosse encaminhado, para poder fechar o processo. **ENCERRAMENTO.**
930 O Presidente desejou uma boa reunião a todos, informando que não estaria presente no dia seguinte.
931 O Conselheiro Renato Saidel solicitou que os membros da Sociedade Civil se dirigissem para o
932 CFP para poder fechar a indicação dos delegados para o dia seguinte. **ABERTURA.** Aos vinte dias
933 do mês de outubro de dois mil e onze, foi reiniciada a Centésima Octogésima Quarta Reunião
934 Ordinária do Conselho nacional de Assistência Social, com o Presidente em exercício solicitando à
935 Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros Titulares e na titularidade: Renato
936 Francisco de Santos de Paula, José Geraldo França, Fátima Rampin, Fátima Carvalho, Sérgio
937 Wanderly Silva, Pedro Ost, Antonio Celso Pasquini, Samuel Rodrigues, Maria Aparecida Godói e
938 José Araújo da Silva. Conselheiros Suplentes: Maria Socorro Tabosa, Reverendo Renato Saidel
939 Coelho, Leila Pizzato e Maria da Conceição Pires dos Santos. **Item. Relato da Comissão**
940 **Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social.** A seguir, o Conselheiro
941 Renato Saidel passou à leitura da “*Memória da Comissão Organizadora da VIII Conferência*
942 *Nacional de Assistência Social, data 17 e 18 de outubro de 2011, local CNAS Brasília, DF.*
943 *Conselheiros presentes, Carlos Eduardo Ferrari, Frederico Jorge de Souza Leite, José Cruz,*
944 *Renato Francisco de Santos Paula, Renato Saidel Coelho, Maria Aparecida Godói, ausência*
945 *justificada, Célia Mota de Carvalho, Marisa Rodrigues da Silva. Convidada: Beatriz de Paiva,*
946 *Secretaria-Executiva do CNAS, Maria das Mercês Carvalho, Secretária-Executiva, Christiane*
947 *Menezes, Jamile Calado, Liliane Neves, Maria Auxiliadora, Mirele Dantas e Rosiele Bonfim.*
948 *Delegados nacionais. A VIII Conferência Nacional de Assistência Social terá 88 delegados, 44 do*
949 *governo e 44 da sociedade civil. Os delegados governamentais serão das seguinte áreas:*
950 *FONSEAS, CONGEMAS, gestão do suas, proteção social básica e especial, benefícios*
951 *assistenciais, rede privada, fundo, gabinete da SNAS, gabinete da ministra do MDS, Secretaria-*
952 *Executiva do MDS, Secretaria Nacional de Avaliação de Informação, SAGI, Secretaria de Renda e*
953 *Cidadania, Secretaria de Segurança Alimentar, SESAM, Secretaria Extraordinária para Superação*
954 *da Extrema Pobreza, SESEP. Segundo proposta da Sociedade Civil, os delegados da Sociedade*

955 Civil serão divididos entre os três segmentos, levando-se em conta que o temário da VIII
956 Conferência Nacional de Assistência Social é: 14 delegados dos representantes dos usuários, 14
957 delegados do segmento de entidades, 16 delegados representando os trabalhadores conforme lista
958 anexa, dois, convidados, a lista proposta de convidados não sofreu alteração das conferências
959 anteriores, sendo atualizada conforme conjuntura atual passaram a ser convidados os
960 colaboradores externos nos GTs e, sobretudo nos eventos de debate dos trabalhadores do SUAS.
961 Encaminhamentos: Acatando a sugestão da Secretaria Geral da República, será permitido acesso
962 de pesquisadores da área de Assistência Social à VIII Conferência Nacional de Assistência Social
963 sem ônus para o CNAS, nem na quantidade total de convidados. Os Conselheiros do CNAS deverão
964 indicar à Comissão Organizadora os nomes, endereço, e-mail e telefone dos convidados até a
965 realização da próxima reunião da Comissão, que acontecerá nos dias 9, 10 e 11 de novembro.
966 Três, observadores. A inscrição para participação na VIII Conferência Nacional de Assistência
967 Social enquanto observador será definida pela relatoria, com 200 vagas distribuídas nas cinco
968 regiões do país, cada uma terá inicialmente 40 vagas. A relatoria apresentará calendário com os
969 prazos para preenchimento conforme região geográfica e ainda os prazos para redistribuições das
970 vagas, será disponibilizada na página do CNAS uma nota política fazendo menção ao papel do
971 observador, ressaltando a importância da participação e o seu compromisso. Encaminhamentos:
972 Definir calendário de preenchimento das vagas por região e para redistribuição em caso de não
973 preenchimento. Divulgar calendário para toda a mala direta do CNAS, bem como boletim informa
974 SUAS do MDS. Programação da Conferência: à partir do desenho da programação, e tendo em
975 vista as definições do termo de referencia, a comissão apresenta nova proposta de programação
976 com as considerações da plenária de setembro anexa. Estandes: a plenária definiu critérios para
977 estandes na VIII Conferência Nacional de Assistência Social, sendo que haverá estande para uso
978 dos conselhos de política e defesa de direitos, diante disso decidimos convidar os 8 conselhos que
979 tem relação direta com a política de Assistência Social, tais como Conselho Nacional de Saúde,
980 Conselho dos Direitos de Crianças e Adolescentes, Conselho Nacional de Direitos do Idoso,
981 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com
982 Deficiência, Conselho Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Promoção da Igualdade
983 Racial, Conselho Nacional da Segurança Alimentar. Encaminhamentos, enviar convites aos
984 conselhos informando as condições de participação e após adesão será realizada reunião da
985 presidência com os mesmos, para estabelecer critérios de participação e uso do espaço, tendo em
986 vista os objetivos do estande, repassar informações. Materiais expostos: que o espaço possibilite
987 interação. Convidar o fórum nacional de assistência social e de trabalhadores para discussão e
988 definição de critérios para uso de estande. Ao CNAS caberá monitoramento de atendimento dos
989 critérios estabelecidos. Seis, oficinas. A Comissão Organizadora fez revisão das questões
990 apontadas pela plenária em setembro e apresenta relação das oficinas com seus expositores,
991 debatedores e coordenadores. Encaminhamento, encaminhar o convite aos coordenadores da
992 oficina. Sete, programação cultural. A colaboradora Quênia Augusta Figueiredo justificou
993 ausência na reunião, mas a comissão foi informada que o grupo de mobilização está na fase de
994 produção das peças que serão desenvolvidas ao longo da conferência e aguarda aprovação pela
995 plenária para dar continuidade aos trabalhos. Informes gerais, patrocinadores da VIII Conferência
996 Nacional de Assistência Social, a Secretaria-Executiva do MDS encaminhou, do CNAS,
997 encaminhou ofício ao MDS solicitando captação de patrocínio, que ficará à cargo da Secretaria-
998 Executiva do MDS e os contatos estão sendo realizados pelo Secretário-Executivo. Materiais para
999 pastas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Estarão disponíveis publicações da
1000 LOAS, CNAS 2004, NOB SUAS 2005, NOB RH 2006, já se encontram em depósito no MDS.

1001 *Informes dos convites, comitê de comunicação. Foi encaminhado aos Conselheiros e Conselhos de*
1002 *Assistência Social o informativo SUAS 38, com publicação do CNAS sobre a defesa e*
1003 *reconhecimento de transferência de renda como direito socioassistencial. Houve reunião de*
1004 *comunicação com a ASCOM para definir estratégias para serem utilizadas quanto à chegada e*
1005 *retorno das delegações. Considerando que se trata de uma orientação direcionada ao CEAS e CAS*
1006 *DF, propõe-se o seguinte encaminhamento, o CNAS deverá enviar ofício 8.3.1.1, ao CEAS e CAS*
1007 *DF orientando às delegações para chegarem no dia de início da Conferência, 7 de dezembro, pela*
1008 *manha, e retornem 1 dia após o término da Conferência, ou seja, dia 11 de dezembro para*
1009 *participarem ativamente da plenária final da Conferência. 8.3.2, Comitê Editorial, houve reunião*
1010 *com a ASCOM e SAGI para tratar de detalhes da formação do caderno de textos, que tratará da*
1011 *CDU, classificação universal, a previsão é que o boneco do livro esteja pronto na próxima sexta*
1012 *feira, sua publicação está condicionada à empresa que operacionalizará o termo de referencia da*
1013 *VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Também está sendo trabalhado com ASCOM e*
1014 *SAGI a aplicação da marca da conferência nas outras peças, crachás, pastas e papelerias em*
1015 *geral. O Comitê apresentará relatório com o processo do livro, bem como outras atividades*
1016 *relacionadas à editoração da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, 8.3.3, o Comitê de*
1017 *Acessibilidade, no dia 12 de setembro foi realizada visita ao Centro de Convenções pelo comitê de*
1018 *acessibilidade, que fez algumas considerações, as questões apresentadas devem ser solucionadas,*
1019 *tais como instalação de bebedouros adaptados, piso tátil para o 1º andar, cadeiras destinadas a*
1020 *obesos nos auditórios, tanto no principal quanto no auditório planalto, banheiro adaptado na sala*
1021 *de imprensa, identificação em braile nos lugares utilizados na VIII Conferência Nacional de*
1022 *Assistência Social, pleno funcionamento do palco principal no Auditório Máster. Importante*
1023 *destacar que o Centro de Convenções se encontra em reformas, visando a garantia de*
1024 *acessibilidade. Na reunião da Comissão Organizadora será pautado critério para utilização da*
1025 *sala do CNAS. 8.3.4, credenciamento da relatoria. O sistema foi homologado e estará à disposição*
1026 *para CEAS e CAS DF 25 de outubro, serão informados pela Secretaria Executiva, informe sobre*
1027 *tramitação do termo de referencia. Encontra-se na consultoria do MDS e foram manejados*
1028 *recursos internos do DGSUAS e ação 8249 para o processo licitatório, para realização da VIII*
1029 *Conferência Nacional de Assistência Social. Outros assuntos, o jornal em questão da Presidência*
1030 *da República fez encarte sobre as conferências nacionais a serem realizadas em 2011, se coloca à*
1031 *disposição para produzir uma edição especial sobre a VIII Conferência Nacional de Assistência*
1032 *Social. Encaminhamentos, 9.1.1, a ASCOM deverá solicitar à CECOM, da Presidente da República*
1033 *a produção de edição especial sobre a VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Pauta para*
1034 *novembro, 9, 10 e 11, reunião da Comissão Organizadora e relatoria com os convidados para*
1035 *discutir balanço crítico, oficinas, retorno dos convites de expositores, Conferência Nacional,*
1036 *retorno dos convites, 10.4, programação cultural, apresentação da proposta final, 10.5,*
1037 *patrocinadores da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, retornos, regimento interno,*
1038 *10.7 balanço crítico, retorno dos estados e DF sobre relatórios das conferências, ponto 9, retorno*
1039 *das inscrições para uso de estandes e outros, 10.2, informes gerais, comitê de comunicação,*
1040 *editorial, acessibilidade, comitê executivo, tramitação do termo. A reunião terá início no dia 9, dias*
1041 *10 e 11, convidados para novembro: Valdete Martins, Beatriz Paiva, Maria Lanzeti, Maria Rocha,*
1042 *Quênia Augusta, Ronaldo Camargo, ASCOM MDS, professores que apresentarão balanço crítico,*
1043 *Edval Bernardino Campos e Carmelita Iasbec, Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS,*
1044 *coordenador da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. Convidados: 1. Entidades e*
1045 *órgãos com assento no CNAS a serem indicados pelos conselheiros natos, 26, dois secretários*
1046 *estaduais: 27, vagas, conselheiros municipais das capitais: 26, secretários-executivos dos CEAS e*

1047 CAS DF, 27, presidente do colegiado, 26, presidentes regionais de CONGEMAS, 5, fóruns de
1048 assistência social, o CNAS está fazendo levantamento dos fóruns, colocamos 27, mas pode ser que
1049 altere com o número de fóruns existentes, vamos trabalhar o número que existe. Coordenação
1050 colegiada do fórum cinco, AGU 1, Casa Civil 1, Ministérios e Secretarias 24, Agricultura e
1051 Abastecimento 1, MCT 1, Cultura 1, Defesa 1, Fazenda, Integração, Justiça, Cidades, Relações
1052 Exteriores, Esporte, MTE, Transportes, Turismo, Assuntos Estratégicos, CPIR, Política para
1053 Mulheres, Relações Institucionais, todos 1 vaga, Secretaria-Geral da Presidência, 3, Secretaria
1054 Nacional da Juventude, 1, Tribunal de Contas da União, 1, Controladoria Geral, 3, Defensoria
1055 Pública, 1, Ministério Público, 1, Comissão de Seguridade e Família da Câmara, 1, Comissão de
1056 Assuntos Sociais, 1, Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social 3, Patrocinadores da
1057 Conferência, 10, Conselhos Nacionais, Cidades, todos com 1, Direitos da Pessoa Humana,
1058 Desenvolvimento Social, Economia Solidária, Juventude, Educação, Política Criminal e
1059 Penitenciária, Política Sobre Drogas, Previdência, Promoção da Igualdade Racial, Saúde,
1060 Segurança Alimentar e Nutricional, Segurança Pública, Turismo, Esporte, Meio Ambiente, Direitos
1061 da Crianças e Adolescentes, Pessoa com Deficiência, Idoso, Mulher, todos conselhos. Entidades da
1062 categoria de trabalho: Associação Brasileira de Terapeutas Ocupacionais, 1, ABA 1, Conselho
1063 Federal de Psicologia 1, Administração 1, Conselho de Contabilidade 1, Conselho de Fisioterapia
1064 1, OAB 1 Vaga, Conselho Federal de Economistas Domésticos, uma vaga, União Brasileira de
1065 Musicoterapia, 1 vaga. As cinco entidades de categorias de trabalhadores do SUAS que fazem
1066 parte da coordenação do fórum dos trabalhadores virão como delegados nacionais do segmento
1067 dos trabalhadores, colaboradores do CNAS, processo de debate e discussão do SUAS, são 21
1068 vagas, Maísa Silva, Sandra Morim, Vânia Neri, Lenaura Lobato, Claudia Lobato, Verônica
1069 Ximenes, Ivã Morone, Jucileide, Maria Elizabete Bonfim, Flávia Cristina, Emanuel Meireles, Edna
1070 Alves, Domingos Sálvio, Fernando Brandão, Marta Maria. Organismos Internacionais, UNESCO,
1071 PNUD, OMS, OPAS, OIT, BID, FAL, UNICEF, Nações Unidas para Igualdade de Gênero, total
1072 288 vagas. Programação preliminar, 7 de dezembro: manhã: chegada, acolhida dos participantes,
1073 14 a 15h, discussão do regimento, coordenação José Geraldo e Leila Pizzato. Até 18h, balanço
1074 crítico das Conferências 2011, Gestão e Controle Social, Carmenita Iasbec da PUC, Bernardino
1075 Campos, Universidade Federal do Pará, UFPA, Denise Colin, Secretária Nacional, Carlos
1076 Ferrari, Presidente do CNAS. Coordenação: Renato Paulo e José Araujo, jantar 18h. 19 às 20h:
1077 solenidade. Tereza Campelo, ministra do MDS, Carlos Ferrari, CNAS, Renato de Paula, Vice-
1078 Presidente, Denise Colin, Secretária de Assistência Social. 20 a 21h: Conferência Magna,
1079 “Consolidar o SUAS e valorizar seus trabalhadores, desafio para superação da extrema pobreza
1080 no Brasil”. Tem uma ementa aqui é uma anotação, tratar do fortalecimento do controle social.
1081 Panelista, Tereza campelo. Coordenação Carlos Eduardo. Dia 8, quinta, até 14h: credenciamento,
1082 8h30min: acolhida dos participantes, 11h30min, painel estratégias para estruturação da gestão do
1083 trabalho no SUAS. Panelistas, Berenice Couto, Jucimere Silveira, Raquel Raicheles PUC São
1084 Paulo. Representante do Fórum Nacional de Trabalhadores de Assistência Social, tem um critério
1085 que seja trabalhador da Assistência Social. Coordenação, José Cruz e Frederico leite. Das
1086 12h30min às 14h: almoço, até 16h, GTs e até 16h30min: lanche, continuação dos grupos, 18h
1087 jantar, 22h oficina simultânea. Sexta feira, 8h30min, acolhida dos novos participantes, painel,
1088 reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais, panelistas Márcia Lopes, Aldaíza
1089 Esposito, PUC, representante do Fórum, critério, que seja entidade de Assistência Social.
1090 Coordenação Renato Saidel e Célia Mota. Debate, 13h30min almoço, grupos de trabalho, das 16h
1091 às 16h30min lanche, até 18h, continuação dos grupos de trabalho, 18h, jantar, 19h, ato político,
1092 comemoração pelos 18 anos da LOAS, homenagem in memoriam ao Conselheiro Antônio Kbaça,

1093 *posição política dos participantes sobre temas da atualidade. Anotação, posição sobre as formas*
1094 *de contratação dos trabalhadores do SUAS, cumprimento da LOAS, não assuntos paralelos,*
1095 *repasses, tramitação de congresso, FONACEAS. Lançamento de livros, premiação do concurso da*
1096 *logomarca. Show com Pereira da Viola. 10 de dezembro, sábado, acolhida aos participantes,*
1097 *8h30min, plenária final. 14h, almoço e programação cultural, até 18h plenária final, mesa de*
1098 *encerramento da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, composição Tereza Campelo,*
1099 *Carlos Ferrari, CNAS, Renato de Paula, Vice-Presidente, Denise Colin, SNAS. Retorno das*
1100 *delegações. Oficinas da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, expositores, debatedores.*
1101 *1 gestão de trabalho no SUAS, José Cruz, coordenação da gestão do trabalho, representantes do*
1102 *IPEA, implicação do artigo 6º, lei de responsabilidade fiscal, Carlos Rogério Nunes, CNAS. Dois,*
1103 *trabalhadores do SUAS, reconhecimento e organização, professora Alba Pinho, UFC, professora*
1104 *Lúcia Cortes, Universidade de Ponta Grossa, UEPG, Egli Muniz, Bauru, São Paulo, Frederico*
1105 *Leite, FENAPS, coordenadora Márcia Mansur. O CRAS e serviços referenciados no território.*
1106 *Professora Dirce Coga, PUC, Aidê Cansado, diretora do Departamento de Proteção Social Básica,*
1107 *CNAS MDS, Joali Soares, Fórum Estadual de Trabalhadores de São Paulo. Coordenadora Maria*
1108 *do Socorro Tabosa. 4, paradigmas na relação públicoprivada na Assistência Social, trabalho em*
1109 *rede, entidades de assessoramento, e vínculo SUAS, professora Rosângela Paes, Carolina Stuari,*
1110 *DRSP, Leila Pizzato, coordenador Pedro Ost, CNAS. CREAS municipal e regional, desafios para*
1111 *implementação da proteção especializada no SUAS, Telma Maranhão Gomes, diretora do*
1112 *Departamento de Proteção Social Especial, DPSE, Ana Paula Mota, UFRS, representante do*
1113 *FONSEAS, coordenadora, Eutália Barbosa, CNAS. SUAS e o planejamento na perspectiva da NOB*
1114 *SUAS 2011, Jaime Adriano, DGSUAS, professora Neire Bruno, PUC São Paulo, Flávia de Castro*
1115 *consultora MDS, representante do FONSEAS no CNAS. Depois vamos explicar porque não chegou*
1116 *a nomeação do suplente, já sabemos, mas não chegou oficialmente, fortalecimento as assistência*
1117 *social como qualificação do SUAS, Luis Otávio Farias, Departamento de Gestão do SUAS,*
1118 *DGSUAS, Paulo Januzi, Secretário Nacional da SAGI, Carlos Alberto Maciel, UFPA,*
1119 *coordenadora Branda Silva do CNAS, a integração de serviços e benefícios, palestrante Fátima,*
1120 *Rosilene Rocha, analista de políticas públicas de Belo Horizonte, Thiago Falcão, SENARC, Leia*
1121 *Lúcia Braga, benefícios assistenciais, Ana Claudia Pontes, coordenadora, CNAS. Protagonismo do*
1122 *usuário, participação no SUAS, Leonora Schetini, UFMG, Carlos Ferrari, Associação para*
1123 *Valorização das Pessoas com Deficiência, AVAPE, Samuel Rodrigues, Movimento de População de*
1124 *Rua, MMPR, Coordenação Maria Pires dos Santos. SUAS e Intersetorialidade das Políticas*
1125 *Públicas, professora Carla Bronzo, Fundação João Pinheiro, Rômulo Paes, Secretário Executivo*
1126 *do MDS, professora Rosa Stein, UnB, coordenadora, Marisa Rodrigues, CNAS. O desafio da*
1127 *transversalidade na assistência social. Ministra Maria do Rosário, SDH, Denise Dias Barros,*
1128 *professora Maria Rizzoti, Londrina, coordenador, Wagner Carneiro de Santana, CNAS, A*
1129 *Assistência Social e a Universalização da Seguridade Social, Renato Francisco dos Santos Paula,*
1130 *Assessor da CNAS, MDS, Armando Denegri, Movimento de Saúde dos Povos, Maria Aparecida*
1131 *Godói, Confederação dos Trabalhadores, CNTSS, Coordenador, Sérgio Wanderly. O Papel da*
1132 *Política de Assistência Social no Plano Brasil Acessível. Maria José de Freitas, diretora do*
1133 *Departamento de Benefícios Assistenciais, Antonio José Ferreira, Secretário Nacional de Defesa*
1134 *das Pessoas com Deficiências, SDH, Deputado Eduardo Barbosa, FENAPAE, Coordenadora*
1135 *Maria Auxiliadora de Araujo, CNAS, Cofinanciamento do SUAS, Orçamento dos Entes Federados*
1136 *e Gestão dos Fundos, Wilson De Castro, José Dirceu, SPO, Antonio Henrique, diretor do FNAS,*
1137 *coordenador, José Geraldo Diniz. O SUAS e o Plano Brasil Sem Miséria, Tradução de Grandes*
1138 *Compromissos, Simone Albuquerque, Diretora do SUAS, MDS, Ana Fonseca, Secretaria*

1139 *Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza, Maia Takagi, Secretária para Segurança*
1140 *Alimentar, Coordenadora, Cinara Custódio CNAS. Benefícios Socioassistenciais na Perspectiva*
1141 *dos Direitos, BPC, Programa Bolsa Família e Eventuais, Palestrantes, Luciana Jacu, Assessora da*
1142 *Ministra do MDS, Representante do CONGEMAS, Professora Potiara Amazoneida Pereira, UnB,*
1143 *Maria, Osaneida e Silva, UFMA, Fátima Rampim, Coordenadora, CNAS. Os Conselhos de*
1144 *Assistência Social, Mobilização e Conselhos. Adriano Domingues, CNAS São Paulo, Fátima Bem*
1145 *Te Vi, CNAS Recife e CEAS, Antonio Pasquini, CNAS. Debatedora, Márcia Biondi. Clodoaldo*
1146 *Lima Coordenador, CNAS, A Proteção Socioassistencial no Contexto de Desastre Ambiental,*
1147 *Enfrentamento de Calamidades e Emergências. Samira Costa, UFES, assessora parlamentar Maria*
1148 *Emilia de Souza, Blumenau. Representante do FONSEAS, debatedora, professora Joaquina Barata,*
1149 *UFPA, coordenador Renato Saidel Coelho. Coordenando. Plano de Enfrentamento ao Crack e*
1150 *outras Drogas, Representantes da Secretaria Nacional Anti-Drogas, SENADS, professora Helena*
1151 *Tavares PUC Rio De Janeiro E Assistente Social Da Secretaria Do Rio De Janeiro. Maria*
1152 *Hermínia, Comissão Intersetorial de Saúde Mental, Maria do Carmo Tourinho. SUAS e Questão de*
1153 *Fronteiras, Tânia Garib, Secretária Estadual do Mato Grosso do Sul. Elias de Souza, Faculdade de*
1154 *Foz Do Iguaçu, Juçara Mendes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Coordenador José*
1155 *Araujo da Silva, CNAS. O Papel das Frentes Parlamentares na Consolidação do SUAS, Deputado*
1156 *Estadual André Quintão, Assembléia de Minas Gerais, Deputado Estadual Iulo Oiticica,*
1157 *Assembléia da Bahia, Vereador Ricardo Camargo, Frente Parlamentar da Assistência Social de*
1158 *Florianópolis, Coordenadora Jane Clemente. Assegurando Direitos no SUAS, Papel da Ouvidoria,*
1159 *Ministério Público, Marcos Fauler, promotor Mário Saches, Ministério Público Rio Grande do*
1160 *Norte, Rejane Maria, coordenadora Ana Carolina. SUAS e Acolhimento, Gisele Tavares, Simone*
1161 *Gonçalo, FIOCRUS, Mirian José dos Santos, Vice-Presidente do CONANDA, coordenadora Célia*
1162 *Mota, CNAS. SUAS e a Questão de Gênero, professora Gabriele PUC São Paulo, Marlene Meirice,*
1163 *Conselho Federal de Assistência Social, Margarete Cutrin Vieira, Universidade Federal do*
1164 *Maranhão, Coordenadora Graciele Delgado, CNAS'. O Presidente em exercício passou à discussão*
1165 *do Ponto 1, delegados nacionais. O Conselheiro Samuel solicitou correção do Fundo Nacional da*
1166 *Assistência Social. A Sra. Marlene Meiriz observou que no item 1 deveria constar convidados para*
1167 *delegados, sendo que no item 20, convidados, estava relacionada a categoria de trabalhadores do*
1168 *SUAS, com a observação que as 5 entidades de categoria, que faziam parte do Fórum Nacional,*
1169 *viriam como delegados, mas não aparecem no item 1. O Presidente em exercício indicou como*
1170 *estava a divisão dos Conselheiros, com a Ministra solicitando o acesso à lista para opinar, mas que*
1171 *todas as áreas do SUAS, no governo, estariam representadas. Observou que o Presidente havia*
1172 *informado que haveria reunião da Sociedade Civil, que faria discussão acerca das outras 44 vagas*
1173 *de delegados, consultando ao segmento se gostaria de expor qual havia sido a discussão. Como*
1174 *encaminhamento, o Conselheiro Carlos Rogério sugeriu que continuasse na pauta, colocando em*
1175 *destaque , com o Conselheiro Renato Saidel esclareceu que a Sociedade Civil havia pego a lista de*
1176 *delegados da Conferência passada e cada segmento havia se reunido e acertado esse número, com o*
1177 *critério sendo respeitado, podendo apresentar esses nomes, O Conselheiro Carlos Rogério indicou*
1178 *que no item 20, na observação, houve reunião dos trabalhadores, com cada conselheiro, de 16*
1179 *delegados de trabalhadores, indicando 2, sobrando 4 entidades, que por consenso ficariam com o*
1180 *Fórum, à exceção da coordenação, FENAS, SEFEAS, sociólogos e pedagogos. O Conselheiro José*
1181 *Araújo indicou que os usuários haviam se reunido e definido as entidades delegadas nacionais:*
1182 *Usuários: ONCD, ABDEV, FNPR, Fórum Nacional de População de Rua, Movimento Nacional. de*
1183 *Catadores de Materiais Recicláveis; LGBT, Pastoral da Criança, Fórum Nacional dos Aposentados,*
1184 *FARBRA, Fórum Nacional de Saúde Mental, Pestalozzi, Central Única, CUFA, FAPADAS.*

1185 Federação das APADAS, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e APABE. A Conselheira
1186 Maria aparecida apresentou a lista: ABRATO, Associação Brasileira de Terapeutas Ocupacionais,
1187 FEIPEBI, Fórum de Entidades da Psicologia, CUT, Federação Nacional dos Médicos, FENAM,
1188 CSPB, Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil,
1189 CGTB, NCST, Federação Nacional da Assistência Social, Assistente Social, FENAS, CEFÉAS,
1190 Conselho Federal de Serviço Social, Associação dos Pedagogos, Federação Nacional de Sociólogos.
1191 O Conselheiro Renato Saidel indicou os nomes das entidades: Fé e Alegria Nacional, Associação de
1192 Entidades Evangélicas, São Camilo, Lar Fabiano de Cristo, Rede Evangélica, Fundação ABRINC,
1193 Visão Mundial, CNBB, Federação Brasileira das ACMS, CARITAS Nacional e ANEC. O
1194 Presidente em exercício destacou a lista com os 44 nomes da Sociedade Civil, observando que nas
1195 Conferências anteriores as Comissões Organizadoras tinham mais tempo para discutir e trazer para
1196 o Pleno. Relatou como eram os processos anteriores, com a última Conferência inovando com o
1197 tema sobre o usuário, questão a ser fortalecida. Indicou a proposta apresentada, ratificada pelo
1198 Pleno, de que as 44 vagas da sociedade civil fossem divididas em 4 segmentos, estranhando que a
1199 sociedade civil dividisse por 3, diminuindo a representação do usuário, MS com a autonomia do
1200 segmento estando preservada. Prosseguindo, manifestou sua estranheza aos trabalhadores, tendo
1201 nos delegados nacionais duas associações de ensino de psicologia e não tendo a associação de
1202 ensino do serviço social, considerando as duas categorias estarem à frente do processo, psicólogos e
1203 assistente social, com a FENAS e CEFÉAS não sendo entidades que congregassem assistente
1204 social, mas não estão afetas ao ensino. Como encaminhamento, lembrou a necessidade de passar os
1205 contatos atuais para a Secretaria-Executiva, facilitando o envio de convites e outros documentos. A
1206 Sra. Conceição parabenizou pela oportunidade de coordenar uma mesa com a participação da
1207 pessoa com deficiência intelectual e múltipla, fundamental para dar visibilidade, sendo esse o
1208 SUAS que todos queriam, dando protagonismo a quem precisava da Assistência Social. A
1209 Conselheira Maria Aparecida sugeriu reunir a bancada no intervalo do almoço para conversar sobre
1210 a inclusão de uma entidade de Assistência Social, consultando a Conselheira Márcia e dando um
1211 retorno ao Pleno, sendo acatado esse encaminhamento. Item 2. Convidados. O Conselheiro Renato
1212 Saidel ponderou que parte da discussão que havia participado durante a reunião da Comissão
1213 Organizadora, parecia haver sido alterada, entendendo que os trabalhadores, entidades e usuários
1214 teriam 7 vagas cada segmento. Ressaltou que quando haviam recebido os convidados, pelo
1215 segmento de entidades e usuários, os colaboradores entravam com 21, sem alteração dos Fóruns
1216 estaduais, 27, com o conselheiro Sérgio Wanderly esclarecendo que eram 6 por conta do
1217 FONSEAS. O Presidente em exercício concordou com o Conselheiro Renato Saidel, visto que ao
1218 recortar estava faltando 3 segmentos com vagas de convidados, esclarecendo que após o
1219 remanejamento a ser realizado, sendo importante que a Comissão alterasse com, os arranjos que
1220 havia citado. Observou que como tinham mais indicações que quantidade, teriam que refazer o
1221 número de Fóruns e tirar 5 do CONGEMAS. A Sra. Maria Aparecida informou que tinham outra
1222 lista já alterada, sendo 4 entidades do SUAS. O Presidente em exercício solicitou que essa relação
1223 fosse repassada para a Secretaria-Executiva, que por sua vez passaria para a Comissão
1224 Organizadora. O Presidente em exercício informou que estavam inovando e criando e incorporando
1225 uma categoria de participantes nas Conferências, sugestão da Secretaria da Presidência da
1226 República, de que todas as Conferências Nacionais viabilizassem o acesso de pesquisadores que
1227 estudavam as áreas contempladas, com seu acesso sendo c junto com observadores e imprensa,
1228 além dos colaboradores do SUAS. Prosseguindo, indicou os itens 3 e 4, com o Conselheiro Pedro
1229 Ost sugerindo corrigir Conselho Nacional de Direito da Criança e do Adolescente, não
1230 adolescência. O Conselheiro Sérgio Wanderly questionou se haveria mais participantes na abertura

1231 e encerramento, com o Presidente em exercício ponderando que possivelmente estariam colocados.
1232 Informou que na solenidade de abertura, muito provavelmente a Presidente estaria presente, mas
1233 que os nomes seriam definidos mais próximos do evento, com o Presidente da Frente Parlamentar
1234 compondo a mesa, assim como as demais autoridades e representantes do CONGEMAS,
1235 FONSEAS e FONACEAS. Destacou o cuidado da Comissão com a composição da mesa, para não
1236 faltar nenhuma das autoridades, o que causaria constrangimento para o CNAS. O Conselheiro
1237 Sérgio Wanderly destacou a questão do cerimonial, com a presença da Presidente, com o
1238 Conselheiro Pasquini indicando que na programação o almoço ia até as 15h, jantar 18h, e mesa de
1239 abertura que sempre atrasava e que se a Presidente permanecesse no evento, a Conferência Magna
1240 iria até 21 e depois outro coquetel, só para discussão. O Presidente em exercício esclareceu que o
1241 horário tinha flexibilidade, mas que os itens almoço, jantar, lanche, constavam no termo de
1242 referencia, tendo que ser executados pela empresa. Item 5. sugeriu que se convidassem mais
1243 conselhos do que os oito conselhos, para o caso de um não utilizar o espaço, com o Presidente
1244 esclarecendo que seriam mais de oito, mas que essa proposta era interessante. A Sra. Célia observou
1245 que o CONGEMAS e o FONSEAS deveriam ter estandes, com o Conselheiro Sérgio Wanderly
1246 sugerindo que fosse apenas um espaço para os dois. O Presidente em exercício esclareceu que havia
1247 muitos pedidos e que a Comissão discutiria os critérios, tanto de substituição como atendimento de
1248 pedidos externos. Item 6. Oficinas. Esclareceu, para registro, que a Comissão faria checklist, na 3,
1249 com a professora Dirce Coga sendo da Universidade Cruzeiro do Sul, de São Paulo e na oficina 6,
1250 era preciso confirmar a vinculação da professora Neire Bruno. O Conselheiro Sérgio Wanderly
1251 informou ter problemas de saúde e só poder trabalhar durante o dia, com o Presidente atendendo
1252 essa solicitação.. Item 7. Programação cultural. Item 8. Informes gerais. Item 9. Outros assuntos.
1253 Com relação ao Item 8.2., o Conselheiro Renato Saidel sugeriu material sobre tipificação e se
1254 possível caracterização das entidades de defesa de direito, encaminhado cópias, das resoluções,
1255 principalmente a nova, com o Presidente em exercício informando que os mesmos já estavam
1256 disponíveis no MDS, mas o Conselheiro José Cruz havia informado que algumas publicações
1257 estavam em produção. A Conselheira Leila relatou que os dois Conselheiros indicados para
1258 contribuir na LOAS comentada não haviam sido chamados, com o Presidente em exercício
1259 informando que não teriam tempo de fazer esse trabalho, tendo LOAS atualizada.. Item 10. Pauta
1260 para novembro. **Item Relato da Comissão de Financiamento.** O presidente solicitou que a
1261 Secretária-Executiva fizesse a conferência de quorum, considerando a minuta a ser aprovada:
1262 Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheira Ana Claudia, Conselheiro Frederico e Carlos
1263 Rogério Nunes. Conselheiros Suplentes: Conselheiras Brenda Ferreira, Maria Auxiliadora e Ana
1264 Carrenho. O Conselheiro José Geraldo procedeu ao relato: “*Memória da reunião da Comissão de*
1265 *Financiamento da Assistência Social, 18 de outubro de 2011, Conselheiros: Carlos Ferrari, José*
1266 *Geraldo, Pedro Ost, Sérgio Wanderly, Eutália Barbosa, Maria da Conceição. Ausência justificada:*
1267 *Brenda Silva. Convidadas: Dulce Helena, Laurimar Batista, FNAS, Eliomar Wesley, SOF,*
1268 *Maurício Albuquerque, Secretaria-Executiva Jamile Calado, Mirele Dantas, Susani Gonçalves.*
1269 *Item 1. Análise do relatório da análise financeira, terceiro trimestre, a diretora Dulce Helena Vaz e*
1270 *a técnica Laurimar apresentaram demonstrativo executivo financeiro de 2011 conforme quadros*
1271 *abaixo, até 30 de setembro, os créditos até dia 30 não estão computados, constam decretos de R\$*
1272 *65 milhões. No geral o percentual está na casa de 70%, não vou ler todos os quadros, se os*
1273 *conselheiros tiverem dúvidas... foram destacados: a execução do BPC e RMV corresponde à*
1274 *descentralização de créditos e repasses do FNAS feitos ao INSS, foi descentralizado 100% da*
1275 *dotação, visto que no termo de cooperação a descentralização deveria ser feita 50% no início e*
1276 *50% até junho. Destacou-se ações 2b30, estruturação da rede básica e 31, rede especial,*

1277 realizadas por convenio ou repasse da Caixa Econômica Federal, se tratando de ações não
1278 continuadas. A resolução foi aprovada para dar continuidade à portaria 7610, a ação 2A65,
1279 serviço de proteção especial a indivíduos e famílias, apresenta 98%, faltando novembro a
1280 dezembro, não computadas as leis de outubro. Há dois decretos na SOFI e um PL para que o
1281 orçamento seja fechado até a competência dezembro. No 8524, adolescente em cumprimento de
1282 medidas sócio educativas e serviços de proteção social especial foram emitidas ordens bancárias
1283 até competência agosto, faltando setembro que é pago até outubro. O FNAS é responsável pelos
1284 recursos da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família, IGD, o orçamento é
1285 descentralizado pela SENARC em favor do SNAS, dos recursos, no valor de R\$ 165 milhões, já
1286 foram executados R\$ 131 milhões. O que corresponde a 86%. Encaminhamento a comissão de
1287 financiamento sugere aprovar o relatório do FNAS, 3º trimestre de 2011, minuta de resolução em
1288 anexo. 2. Apresentação da SOF sobre execução fiscal. O Secretário Eliomar Rios e o técnico
1289 Márcio Oliveira apresentaram as atividades que a Secretaria vem desenvolvendo para
1290 disseminação do assunto na sociedade, em outras palavras, para tornar o orçamento ao alcance de
1291 todos. Encaminhamento. A Comissão de Financiamento sugere pautar em 2012 a apresentação na
1292 Plenária, está vencido, na pauta apresentada pela Presidência Ampliada, foi incluído para
1293 apresentação em novembro. Deliberação do GT caracterização de entidade de assessoramento. Em
1294 cumprimento à deliberação plenária, o GT, resolução 38/2010, que encaminhou assuntos a serem
1295 debatidos, a Comissão de Financiamento debateu o tema queixas contra a falta de recursos,
1296 inexistência de convênios. Após as considerações que tangem a natureza do assunto, a Comissão
1297 entende que se trata de questões relativas ao vínculo SUAS e estratégias para estruturação da rede,
1298 portanto não sendo afeto à Comissão. Encaminhamento. A Comissão sugere, remeter à Comissão
1299 de Política e posteriormente, havendo assunto de competência da Comissão de Financiamento,
1300 pautar ano que vem. Pauta de novembro, execução da 8249 e apreciação final do documento
1301 orientador sobre matéria orçamentária e financeira. Assinado, coordenador José Geraldo França
1302 Diniz.” A seguir, passou à leitura da minuta: “O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
1303 SOCIAL – CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 18,19 e 20 de outubro de 2011, no uso
1304 da competência que lhe conferem os incisos VIII e XIV do artigo 18 da Lei n.º8.742, de 7 de
1305 dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) RESOLVE: Art. 1º - Aprovar o
1306 Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social
1307 (FNAS), 3º trimestre de 2011, apresentado pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de
1308 Assistência Social (DEFNAS), da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), do Ministério
1309 do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), planilha anexa. Art. 2º - Esta Resolução
1310 entra em vigor na data de sua publicação.” No item 1.1, a Conselheira Fátima sugeriu correção,
1311 onde se lia Instituto Nacional de Seguridade Social, leia-se Instituto Nacional do Seguro Social,
1312 página 3. O Conselheiro Clodoaldo sugeriu que nas datas fosse acrescido o ano, com o conselheiro
1313 José Geraldo esclarecendo essa questão, com a data completa sendo colocada no Item 1.
1314 Prosseguindo, o Conselheiro Clodoaldo indicou que o item 1.2, na página 4, falava de algumas
1315 ações, indicando que a estruturação da rede, por convenio, estava com a execução em branco por
1316 não se tratar de ações continuadas, solicitando esclarecimentos. O Conselheiro Renato Saidel
1317 indicou a ação 8662, concessão de bolsa para crianças e adolescentes em situação de
1318 trabalho, página 3, com uma previsão orçamentária de R\$ 27 milhões, sendo executado 66%, .e
1319 indagando se isso havia sido debatido na Comissão, visto que teria que estar perto de 75%.
1320 Indicando questão de ordem, o Presidente em exercício solicitou que o coordenador da comissão
1321 conduzisse os trabalhos, por ter que se retirar um momento. Prosseguindo, o Conselheiro Renato
1322 Saidel observou que haveria aporte de recursos por conta dos PL, mas em contrapartida tinha as

1323 ações com execução próximo de 100%, indagando se isso havia sido questionado e se teria aporte
1324 de recurso maior para essas áreas, visto que a previsão orçamentária estava praticamente cumprida,
1325 restando três meses. Indagou, na página 5, que o FNAS era responsável, orçamento era
1326 descentralizado pela secretaria nacional de renda e cidadania, observando não ter executado nada na
1327 ação 8893, que era o IGD SUAS, por não ter previsão. A Conselheira Leila ponderou que tinha de
1328 aparecer nesse relatório os valores dos projetos de lei aprovados em outubro que a Secretária havia
1329 apresentado 3 PL que complementavam a receita, solicitando que falassem dos valores, do
1330 orçamento que havia sido suplementado. O Conselheiro Pasquini indicou que na página 4, 2583,
1331 2589, aparecia 777%, sendo 77%. O Conselheiro Clodoaldo indicou a página 4, 2 A65, lembrando
1332 que no relatório não eram computadas as leis de outubro, sendo interessante a sua indicação. O
1333 Conselheiro José Geraldo, em relação à ação 7272, informou que o título era gestão e administração
1334 do programa, sendo que na realidade a ação funcionava como reserva técnica para os programas,
1335 não existindo mais no próximo orçamento. Em relação à pergunta das ações 2b30 e 31, o sistema do
1336 SICONV, normalmente as mesmas eram de emendas parlamentares, o sistema abrindo para os
1337 municípios contemplados, para preencher o cadastro, só depois podendo homologar o processo e
1338 empenhar. Com relação à Ação 8862, IGD SUAS, informou que o mesmo não estava
1339 operacionalizado, não tendo como executar e não tendo os critérios. Esclareceu que essa ação, na
1340 realidade era dentro do programa de erradicação do trabalho infantil, que nunca havia conseguido
1341 executar 100%, não podendo colocar 75% de execução. Informou que a execução das ações com
1342 98%, todas estavam sendo repostas, ou pelas três leis que haviam saído ou por PL encaminhado ao
1343 Congresso Nacional agora ou o decreto na Casa Civil, com o orçamento do MDS, no que dizia
1344 respeito à parte orçamentária, estava sendo todo reconstruído. O Conselheiro Renato Saidel citou a
1345 ação 8662, que historicamente não era executada de forma integral, podendo se avaliar os elementos
1346 dificultadores e ter uma ação proativa para colaborar com o Ministério para isso ser executado de
1347 forma integral, não sabendo se via Comissão de Política ou Plenária, com o Conselheiro José
1348 Geraldo esclarecendo que os critérios para 2012 haviam sido mudados, isso já não ocorrendo. O
1349 Conselheiro Renato Saidel solicitou que essas alterações fossem apresentadas ao Pleno, para serem
1350 elemento articulador e apoiar a execução, chegando ao final com 100% executado. Dirigindo-se à
1351 Conselheira Leila, o Conselheiro José Geraldo, observou que não eram recursos externos, mas sim
1352 excesso de arrecadação em receita própria do MDS, incorporada ao orçamento no valor de R\$ 12
1353 milhões. O Presidente em exercício indicou o Item 2. Apresentação da SOF, Item 3. Deliberação do
1354 GT de caracterização. Item 4. Pauta de novembro. O Conselheiro José Geraldo referiu-se à
1355 apresentação da SOF, falando com orgulho desse trabalho e pautando para novembro a
1356 apresentação para o Pleno. Que a idéia era fazer parceria com a SOF para ser parceira na
1357 capacitação dos Conselheiros Nacionais em matéria orçamentária, e depois Conselheiros de estados
1358 e municípios, com a Conselheira Maria Aparecida registrando a bela apresentação da Sofinha,
1359 cartilha de fácil entendimento para todos na questão orçamentária. O Conselheiro Sérgio Wanderly
1360 informou que o CONGEMAS havia convidado para essa participação no encontro nacional,
1361 convidando a todos para levar para suas entidades esse trabalho, parabenizando a Secretaria. O
1362 Presidente em exercício destacou a parceria da SOF, abrindo a votação para a minuta da resolução.
1363 A seguir, a Secretária-Executiva chamou à votação: Conselheira Ana Romano, José Geraldo
1364 França. “Pela aprovação”. Conselheira Fátima, “Pela aprovação”. Conselheira Cinara: “Pela
1365 aprovação”. Conselheira Célia, “Pela aprovação”. Conselheiro Sérgio Wanderly: “Acompanhando o
1366 relator”. Conselheiro Pedro Ost, “Pela aprovação”. Conselheiro Pasquini, “Pela aprovação”.
1367 Conselheiro Clodoaldo, “Pela aprovação e com apoio às considerações do Conselheiro Renato
1368 Saidel.”. Conselheira Maria do Carmo, “Pela aprovação”. Conselheiro Samuel, “Pela aprovação”.

1369 Conselheiro Frederico, “Pela aprovação”. Conselheira Maria Aparecida, “Pela aprovação”.
1370 Conselheiro Carlos Rogério, “Pela aprovação”. Conselheiro José Araujo, “Pela aprovação”.
1371 Conselheiro Renato de Paula, “Pela aprovação”. O Presidente em exercício considerou aprovada a
1372 minuta de Resolução pelos Conselheiros presentes. **ENCERRAMENTO.** O Presidente em
1373 exercício encerrou a reunião para o almoço, convidando a todos a retornarem às 13h30min.
1374 **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o Presidente em exercício passou à Secretária-Executiva para
1375 conferência do quorum: Conselheiros Titulares e na titularidade: Renato Francisco dos Santos
1376 Paula, José Geraldo França, Fátima Rampin, Célia Carvalho, Sérgio Wanderly Silva, Pedro Ost,
1377 Antonio Celso Pasquini, Samuel Rodrigues, Maria Aparecida Godói e José Araujo da Silva.
1378 Conselheiros Suplentes: Maria Socorro Tabosa, Renato Saidel Coelho, Leila Pizzato e Maria da
1379 Conceição Pires dos Santos. **Item Relato da Comissão de Política,** pelo Conselheiro Frederico:
1380 *“Dia 13 de setembro, 13 às 15h, sala 102. Conselheiros: Ana Clara Pontes, Frederico Leite, Jane*
1381 *Pereira, Jose Araújo, José Cruz, Leila Pizzato, Maria Auxiliadora, Maria do Carmo, Marisa*
1382 *Rodrigues. Ausência justificada: Célia Mota de Carvalho e Maria do Socorro. Convidado, José*
1383 *Ferreira da Cruz, coordenador geral da gestão do trabalho do SUAS, Ivo Stefen, consultor do*
1384 *MDS, convite Marlene Meiriz, Secretaria Executiva Carolina Ribeiro, Maria Auxiliadora Pereira.*
1385 *1º ponto, discussão dos indicativos da CBO para nível médio e fundamental. Após a discussão com*
1386 *os trabalhadores do SUAS de nível superior, culminando com o decreto que ratificou a equipe de*
1387 *referência definida pela NOB RH e reconheceu as categorias profissionais de nível superior para*
1388 *atender especificidades socioassistenciais e gestão do SUAS e considerando compromisso do CNAS*
1389 *de reconhecer os trabalhadores de nível médio e fundamental, a Comissão de Política pautou para*
1390 *a reunião o início do debate, na perspectiva do aprimoramento da gestão da qualidade nos serviços*
1391 *socioassistenciais prestados pelo SUAS. O coordenador da gestão do SUAS, senhor José Cruz e o*
1392 *consultor Ivo Stefen fizeram apresentação dos estudos realizados no âmbito da coordenação, em*
1393 *relação ao tema. A referência para o trabalho é a NOB RH 2006 que prevê quantitativo de técnicos*
1394 *de nível médio e fundamental segundo as proteções afiançadas pelo SUAS, nos equipamentos*
1395 *públicos. Proteção social básica, CRAS, por porte, 1, dois técnicos, 2, três técnicos e médio e*
1396 *grande, 4 técnicos de nível médio, CREAS, município de gestão inicial e básica, dois profissionais*
1397 *de nível médio e um auxiliar administrativo. Municípios em gestão plena e estados com serviços*
1398 *regionais, 2 profissionais de nível superior ou nível médio, e dois auxiliares administrativos. Alta*
1399 *complexidade, atendimento em pequenos grupos, casa lar e passagem, cuidador, nível médio um*
1400 *profissional, até 10 usuários por turno, usuário por demanda específica, um cuidador para cada 8*
1401 *usuários quando houver usuário com demanda específica, um cuidador para cada 6 quando houver*
1402 *2 ou mais usuários com demanda específica. Auxiliar de cuidador. Nível fundamental e formação*
1403 *específica. Um profissional para até 10 usuários por turno, um cuidador para cada 8 usuários*
1404 *quando houver usuário com demanda específica, um cuidador para cada 6 quando houver 2 ou*
1405 *mais usuários com demanda específica. 2 instituições de longa permanência para idosos, temos o*
1406 *quadro, profissional, função e escolaridade, temos cuidadores de nível médio, limpeza, alimentação*
1407 *e lavanderia, fundamental. Em seguida foram apresentados dados dos trabalhadores do nível*
1408 *médio, fundamental e superior, no censo SUAS 2010, naquele ano tratando da rede pública,*
1409 *ressaltando que o censo 2011 trará dados da rede privada, podendo se ter numero total dos*
1410 *trabalhadores na rede socioassistencial do SUAS, seus vínculos entre outras informações. O censo*
1411 *2010 apresenta numero de trabalhadores de nível médio, 6 mil, 676, representando 45% e*
1412 *fundamental 52 mil, 24% do total de 220 mil trabalhadores, os CRAS apresentaram número*
1413 *expressivo de trabalhadores de nível médio e fundamental, 34,4% enquanto que 2 mil CREAS*
1414 *apresentaram numero maior de nível superior, 48% do total. O DGSUAS por meio da coordenação*

1415 do trabalho do SUAS vem realizando trabalho por meio de consultorias para subsidiar o MDS na
1416 definição de estratégias para gestão do trabalho e melhoria da qualidade dos serviços sócio-
1417 assistenciais, os serviços serão validados pela SNAS para posterior publicização. Foi finalizado o
1418 1º estudo que faz análise documental da CBO, disponível no site do MTE pelos títulos, descrição
1419 sumária e experiência, disposições gerais para exercício da profissão, e atividades descritas em
1420 relação às profissões de nível médio e fundamental do SUAS, para facilitar processo de
1421 reconhecimento das categorias profissionais de nível médio e fundamental. Está em fase de
1422 construção estudo com análise cruzada dos saberes da CBO para nível médio e fundamental, nos
1423 saberes requeridos pelo SUAS. A CBO trará o reconhecimento de determinada ocupação no
1424 mercado de trabalho brasileiro, é o documento que reconhece, nomeia e codifica os tipos e
1425 descreve as características das ocupações no mercado de trabalho brasileiro. Ela apresenta
1426 grandes áreas de competência e atividades dos trabalhadores nas diversas ocupações, mas não
1427 especifica os conhecimentos, habilidades e atitudes requeridas em área específica, a CBO é
1428 composta por conhecimentos dentro de grandes grupos, 47 subgrupos, 192 subgrupos, 597 famílias
1429 ocupacionais onde se agrupam 2432 ocupações e cerca de 7 mil títulos sinônimos. CBO grandes
1430 grupos, 0, Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares, 1, Membros superiores do poder
1431 público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes, 2 Profissionais
1432 das ciências e das artes, 3, técnicos de nível médio, 4, Trabalhadores de serviços administrativos,
1433 5, trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados, 6, trabalhadores
1434 agropecuários, florestais, da caça e pesca, 7, trabalhadores da produção de bens e serviços
1435 industriais, 8, trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, 9, trabalhadores de
1436 manutenção e reparação. Nesta agenda aponta-se alguns desafios, redefinir as categorias de nível
1437 médio e fundamental na referencia de serviços socioassistenciais do SUAS, unificar os nomes das
1438 categorias profissionais do SUAS, fortalecer processo de formação dos trabalhadores, facilitar
1439 certificação de competência. Todo esse esforço de tipificação dos serviços do SUAS e
1440 reconhecimento e valorização dos trabalhadores será de grande relevância, uma vez que à partir
1441 da descrição dos perfis, com os conhecimentos, habilidades e atitudes ficará mais fácil definir
1442 critérios para concursos, avaliar número de trabalhadores em relação às necessidades do
1443 território, avaliar necessidades dos trabalhadores e essencialmente dar unidade à rede,
1444 melhorando os serviços socioassistenciais. Pauta da reunião de outubro, reunião conjunta com
1445 comissão de políticas públicas do CONANDA, acolhimento de crianças e adolescentes e toque de
1446 recolher, Frederico Souza Leite, coordenador da Comissão de Política.” A Conselheira Leila
1447 destacou a importância da reunião na Comissão, as informações do DGSUAS e a agilidade da
1448 proposta de identificação dos trabalhadores de nível médio, com o Presidente em exercício
1449 concordando com essa colocação, sendo importante ir para a Conferência Nacional com uma
1450 resolução que havia habilitado as categorias de nível superior e com certeza os conferencistas
1451 fariam indagação do andamento do nível médio e fundamental, sendo importante que todo o
1452 Conselho conhecesse esse processo. A seguir, o Conselheiro Frederico passou à leitura da memória
1453 “Comissão de Política, 18 de outubro de 2011, 14 às 18, sala 111, Conselheiros, Ana Claudia,
1454 Célia Mota, Cinara Custódio, Frederico Leite, José Cruz, Maria Auxiliadora Araujo, Maria do
1455 Carmo, Maria do Socorro. Ausência justificada: Ana Clemente, Leila Pizzato, Marisa Rodrigues.
1456 Convidados: José Cruz, coordenador geral de gestão de trabalho do SUAS, Juliana Pereira,
1457 coordenadora geral de serviços especializados e famílias e indivíduos, SNAS, Telma Maranhão,
1458 diretora da proteção social especial, Zora Ionara Torres, DPSS, CNAS, MDS, Secretaria-Executiva
1459 CNAS, Maria Auxiliadora Pereira. A reunião conjunta com a Comissão de Política Pública do
1460 CONANDA, para tratar do acolhimento de crianças e adolescentes e toque de recolher foi

1461 *cancelada pelo CONANDA por motivos operacionais. Encaminhamentos, a Secretaria-Executiva*
1462 *do CNAS entrará em contato com a Secretaria-Executiva do CONANDA para verificar*
1463 *possibilidade da reunião em novembro próximo. Então em cima do ponto foi incluído na discussão,*
1464 *a política nacional de capacitação do SUAS, o coordenador da gestão do trabalho, José Cruz,*
1465 *iniciou a apresentação resgatando a construção histórica da Política Nacional de Capacitação do*
1466 *SUAS, uma vez que ela partiu da reivindicação dos trabalhadores do SUAS, nas conferências de*
1467 *Assistência Social e na necessidade de formação continuada. A Política Nacional de Capacitação*
1468 *SUAS consta como meta do plano decenal, ratificada na 5ª Conferência Nacional e é parte do*
1469 *temário da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. A NOB RH SUAS é marco relevante*
1470 *para o fortalecimento de gestão de pessoas no SUAS e traz capítulo específico para Política*
1471 *Nacional de Capacitação. Em 2010 a SNAS, por meio da coordenação de gestão do trabalho do*
1472 *SUAS, iniciou processo de construção da política, com realização de cinco encontros regionais*
1473 *visando apoiar governos de estado e DF na formação dos planos estaduais de capacitação. Em*
1474 *2010, a SNAS, pela coordenação do SUAS realizou cinco encontros regionais visando apoiar*
1475 *estados e DF na formulação dos planos estaduais de capacitação, metas do pacto de*
1476 *aprimoramento do SUAS, ressalta-se a participação expressiva dos trabalhadores de secretarias*
1477 *estaduais e DF, de consultores e do MDS, em seguida apresentou a Política Nacional de*
1478 *Capacitação que tem objetivo de promover capacitação de gestores, trabalhadores, da rede pública*
1479 *e privada, dirigentes da rede socioassistencial e conselheiros da Assistência Social, fundada nos*
1480 *princípios da educação permanente e interdisciplinaridade visando aprimoramento da gestão do*
1481 *SUAS, qualificação dos serviços e benefícios socioassistenciais e estabelecimento de patamares*
1482 *formativos progressivos para trabalhadores do SUAS. a Política Nacional de Capacitação*
1483 *incorpora acumulo de iniciativas de capacitação do SUAS, propiciando educação permanente*
1484 *garantindo percursos formativos considerando conteúdos acumulados e validados no SUAS, com*
1485 *particularidades territoriais, com adoção de estratégias pedagógicas, que permitam*
1486 *desenvolvimento de competências e habilidades da gestão de serviços e plena expansão de*
1487 *capacidades profissionais. Estão previstas as modalidades: educação presencial, semi presencial e*
1488 *à distancia e apresenta como patamares o nivelamento, capacitação para atender agendas*
1489 *pactuadas nacionalmente, atualização, aperfeiçoamento, especialização lato senso, mestrado*
1490 *profissional estrito, formação nível médio, definição de publico, objetivos e carga. A Política*
1491 *Nacional de Capacitação está centrada na formação profissional por entidade de ensino, tem como*
1492 *objetivo o processo formativo do trabalhador. Para o desempenho de suas funções, evolução na*
1493 *carreira e contrapartida para o SUAS. Os planos de capacitação terão gestão compartilhada, em*
1494 *consonância com princípios e diretrizes da Política Nacional de Capacitação SUAS, considerando*
1495 *especificidades regionais, cabendo a cada instancia o desenvolvimento de atribuições específicas.*
1496 *O monitoramento e desenvolvimento de patamares formativos tem por objetivo acompanhar os*
1497 *patamares efetivos da Política Nacional de Capacitação, visando adequações necessárias para seu*
1498 *aprimoramento e contará com a rede SUAS, CADSUAS e censo como instrumentos. Ressalta-se*
1499 *que a Política Nacional de Capacitação foi apresentada aos secretários estaduais de Assistência*
1500 *Social na reunião do FONSEAS e pactuada na reunião da CIT em outubro. Encaminhamentos. A*
1501 *Política Nacional de Capacitação será entregue formalmente ao CNAS em novembro. Proposta de*
1502 *distribuir a versão preliminar da Política Nacional de Capacitação SUAS na VIII Conferência*
1503 *Nacional de Assistência Social realizar oficina em 2012 com participação dos núcleos de pesquisa*
1504 *das universidades, apresentando às entidades das categorias profissionais associações de ensino e*
1505 *pesquisa e colaboradores do debate que o CNAS aprecia a Política Nacional de Capacitação em*
1506 *março de 2012, sua versão final. 2, serviços desenvolvidos no PAEFI CREAS e no centro de*

1507 *atendimento à mulher em situação de violência, demandas do conselho municipal de Florianópolis,*
1508 *Santa Catarina. A coordenadora da proteção social especial Telma Maranhão apresentou dados*
1509 *do Censo SUAS 2010 com relação a atendimento de mulheres em situação de violência no CRAS,*
1510 *sendo que 75% dos equipamentos informaram que fazem esse tipo de atendimento, representando*
1511 *2º lugar nos atendimentos, o 1º está relacionado ao atendimento às crianças e adolescentes e 3º,*
1512 *viu Araujo, ao idoso, hoje existem cerca de 88 centros de atendimento à mulher em situação de*
1513 *violência e 2155 Centros de Referência Especializada de Assistência Social, CREAS, considerando*
1514 *que estão vinculados à rede socioassistencial que oferta serviços continuados com eixo na*
1515 *centralidade da família e atendimento aos segmentos em risco e os que atendem à mulher por meio*
1516 *de programas sob forma de convênio. Nos municípios onde existem os 2 equipamentos acontece a*
1517 *duplicidade de atendimento, forma de atuação, por outro lado a possibilidade de incorporar a*
1518 *mulher vítima de violência no CRAS, não é bem aceita pelo movimento, por desconhecimento da*
1519 *Política de Assistência Social, a posição da SNAS é a de construção de diálogo envolvendo as duas*
1520 *políticas, visando de um lado esclarecer o modelo de proteção social do SUAS na perspectiva da*
1521 *defesa de direitos de todos os segmentos, inclusive da mulher e de outro a incorporação pelo SUAS*
1522 *da questão de gênero, demandada aos equipamentos que prestam serviços sócio-assistenciais e*
1523 *construção de protocolos para os dois centros serem publicados os cadernos de orientação do*
1524 *CREAS. Serão publicados cadernos de orientação do CREAS, que colaborará para a articulação e*
1525 *entendimento das proteções necessárias à cada segmento atendido. Encaminhamento, a CNAS se*
1526 *reunirá com a secretaria de políticas para mulheres para reunião conjunta e ela trará o resultado*
1527 *da reunião para a próxima reunião da comissão. Frederico Leite, coordenador da Comissão de*
1528 *Política”. O Conselheiro Carlos Rogério observou que, pelo relato não teria encontro do nível*
1529 *médio, indagando se seria somente a Política Nacional de Capacitação. O Conselheiro Frederico*
1530 *esclareceu que o compromisso de discussão de nível médio e fundamental era compromisso político*
1531 *do Conselho, cuja necessidade havia sido colocada durante a discussão do nível superior. O*
1532 *Presidente em exercício discorreu sobre a reunião onde haviam discutido algumas opções políticas*
1533 *para constar na NOB RH e com um amplo debate dos conceitos de gestão de recurso humano,*
1534 *pessoas, de trabalho, sendo feito a opção para usar a palavra gestão do trabalho ao invés de pessoas,*
1535 *por não ser adequado à Assistência Social. Sugeriu que no texto, 2º parágrafo onde dizia “a NOB*
1536 *RH é marco relevante no processo de fortalecimento da gestão de pessoas no SUAS” que fosse*
1537 *substituído por gestão de trabalho, por ter sido uma opção política. A Conselheira Leila parabenizou*
1538 *pela Política Nacional de Capacitação, sendo pensado para chegar aos atores da Assistência Social,*
1539 *ressaltando os encaminhamentos determinados. O Conselheiro Pasquini indicou correção na página*
1540 *2, última linha, certificação profissional, usando ao invés do termo “reconhecido” era*
1541 *“credenciado”. Manifestou dúvida no encaminhamento, sobre quem entregaria formalmente a*
1542 *Política Nacional de Capacitação ao CNAS em novembro, podendo deixar apenas SNAS. O*
1543 *Conselheiro Renato Saidel parabenizou a equipe da Comissão de Política pelo brilhante trabalho,*
1544 *indicando a mudança do inciso 3º do artigo 2º, para inciso 4º, na alínea D do artigo. A Conselheira*
1545 *Maria Aparecida manifestou interesse em conhecer a Política Nacional de Capacitação, que seria*
1546 *entregue ao CNAS em novembro, com a proposta de distribuir a versão preliminar na VIII*
1547 *Conferência Nacional de Assistência Social, questionando se esse seria o momento ideal, podendo*
1548 *tirar o foco da Conferência. O Presidente em exercício esclareceu o encaminhamento da SNAS, de*
1549 *que a proposta não era distribuir na Conferência e deixar para as pessoas discutirem, constando no*
1550 *relato da Comissão o processo a ser utilizado. Que haveria para os atores uma versão preliminar da*
1551 *Política Nacional de Capacitação para balizar os planos de capacitação e o debate que seria aberto*
1552 *em todo país a partir dessa versão. Ressaltou que independente de ser distribuída já havia processo*

1553 desencadeado de formação dos planos estaduais, com diretrizes já apresentadas no documento e que
1554 vindo essa versão para o CNAS, seu debate passaria a fazer parte do processo amplo de debate. O
1555 Conselheiro Frederico complementou que a Comissão havia tido o cuidado que em fevereiro
1556 tivessem a versão final, com um documento base que viesse a ser o ponto das contribuições, não só
1557 do CNAS, mas todos da Conferência, com esse documento sendo aberto às contribuições de todos.
1558 O Presidente em exercício ponderou que na Conferência poderia acontecer o contrário do que a
1559 Conselheira Maria Aparecida apontava, discorrendo sobre o que acontecia nesses eventos, com a
1560 política de capacitação no SUAS sendo para todos seus atores do SUAS., cumprindo a NOB RH. A
1561 Conselheira Célia reforçava as falas, com a preocupação da Conselheira Maria Aparecida sendo
1562 válida, mas que viria reforçar o debate. O Conselheiro Sérgio Wanderly destacou a importância da
1563 capacitação para uma plena gestão de serviços e a completa realização do protagonismo dentro das
1564 políticas públicas. A Conselheira Maria Aparecida manifestou não estar discordando dessa proposta
1565 de uma política nacional de capacitação, mas questionando a falta de discussão do norte dessa
1566 política no CNAS, almejando que isso fosse melhorado em novembro. Ponderou que na
1567 Conferência apresentariam a proposta preliminar, da qual não haviam se apropriado, com os
1568 Conselheiros não podendo esperar esse evento para conhecer a proposta na próxima reunião,
1569 devendo ser encaminhado antes, caso contrário não estariam em condições de discutir o assunto,
1570 com o Presidente encontrando pertinente essa preocupação. O Conselheiro Pasquini, falando sobre
1571 as complicações que poderiam advir desse envio antecipado, sugeriu que a política fosse informada
1572 na Conferência por alguém que estivesse compondo a mesa. A Conselheira Maria do Socorro
1573 destacou o trabalho realizado pela Comissão de Política nessa questão, sendo estratégia da SNAS e
1574 não do CNAS em levar essa proposta preliminar para a Conferência, com a proposição de
1575 melhorias. Que em março a Plenária apreciaria a política nacional de capacitação, com a
1576 contribuição de todas as instituições e com o CNAS definindo essa política. O Conselheiro
1577 Frederico discorreu sobre o avanço na política de Assistência Social e que outras não haviam tido.
1578 Observou que a capacitação vinha a todo momento, indicando essa proposta da SNAS e
1579 concordando com os Conselheiros recebendo antecipadamente o assunto, mas não com sua
1580 publicização durante a Conferência, devendo terem se apropriado da mesma com antecedência.
1581 Após algumas colocações de como seria feita essa apresentação durante a Conferência, a qual não
1582 constava da programação, o Presidente em exercício esclareceu não ser uma simples distribuição
1583 desse material, com 99% dos participantes tendo conhecimento da questão, por atuarem na
1584 Assistência Social. Relatou como o CNAS e a SNAS procediam com relação a esses processos,
1585 destacando a falta de recursos que impedia essa discussão em pequenas oficinas e com a
1586 Conferência propiciando a distribuição da versão preliminar para um maior número de pessoas.
1587 Ressaltou que a novidade dessa versão preliminar e a resposta que seria dada aos trabalhadores com
1588 a formulação de política, constaria na fala do Presidente e que abriria a Conferência, ademais da
1589 Secretária Nacional da SNAS, fala que traria o balanço de todas as ações realizadas para se chegar a
1590 esse evento e onde a política nacional de capacitação estaria presente, sendo realizadas outras
1591 discussões, se isso não fosse suficiente. O Presidente em exercício tranquilizou os Conselheiros,
1592 observando que não seria um material meramente colocado na pasta, com os participantes já tendo
1593 conhecimento prévio dessa política. O Conselheiro Renato Saidel destacou o uso da consulta
1594 pública como uma das tradições na gestão atual do Conselho, podendo ser usada ao invés da versão
1595 preliminar. Que ao invés de se trabalhar só com versão preliminar, a Comissão de Política poderia
1596 fazer esse trabalho para ouvir a população na Conferência. Que no próximo ano o CNAS já teria
1597 todas as contribuições da população em geral, podendo se aprofundar e tomar a decisão mais
1598 qualificada. O Conselheiro Pasquini agradeceu pela Secretaria ter ouvido o CNAS quanto à

1599 certificação, que a capacitação fosse feita apenas em instituições credenciadas pelo MEC.
1600 Concordava com a Conselheira Maria do Socorro, que o Conselho deveria ser consultado e não
1601 trazer apenas para referendar, falando sobre as falhas nas capacitações anteriores. O Conselheiro
1602 Frederico concordava com a proposta do Conselheiro Renato Saidel de consulta pública, mas que
1603 deveriam se apropriar e discutir enquanto Conselho, deixando que viesse da Conferência Nacional.
1604 Que seria interessante que além da oficina colocassem em consulta pública, mas não anterior ao
1605 conhecimento do CNAS e da Conferência, vindo naturalmente pelos atores referendados em seus
1606 territórios. O Presidente em exercício falou sobre as competências das entidades e como poderiam
1607 ser feitas essas parcerias para a execução da política. O Conselheiro Pasquini aparteou que
1608 poderiam ser feitas parcerias, mas não terceirização, com o Presidente em exercício ponderando que
1609 se colocado dessa forma, as entidades poderiam se sentir excluídas do processo, sendo incoerente
1610 com a resolução de assessoramento e defesa. Prosseguindo, colocou que o encaminhamento da
1611 Comissão contemplava o debate, com as ressalvas, passando para o Item 2. Serviços do PAEFI e
1612 Centro de Referência da Mulher. O Conselheiro José Araujo chamou a atenção para os dados do
1613 censo, destacando o alto índice de violência com a mulher e contra a pessoa idosa e criança,
1614 discorrendo sobre os atos praticados contra esses segmentos. Relatou as dificuldades em fazer
1615 denúncias, mas com esse número aumentando nos serviços existentes, registrando o aumento da
1616 violência com a pessoa idosa. O Presidente em exercício sugeriu alteração na redação, página
1617 quatro, discorrendo sobre a discussão com a Secretaria de Políticas para Mulheres, concluindo que
1618 as situações, não apenas de violência, , mas todas na política pública eram atendida nos diversos
1619 projetos. Sugeriu, no parágrafo 2, substituir o texto existente por “Encontra resistência por parte do
1620 movimento de mulheres.”, falando sobre a questão. A seguir, o Presidente em exercício considerou
1621 a memória da Comissão de Política aprovada pelo Pleno. **Item Relato da Comissão de Normas,**
1622 pelo Conselheiro Pasquini: “... as certificações, a diretoria do DRSP, Carolina Stucci, apresentou
1623 informações sobre processos de certificação, falou que houve auditoria da CGU em 10 processos e
1624 o Departamento está construindo manuais de rotina e banco de entendimentos com previsão até
1625 outubro. Também disse que o DRSP está trabalhando nas especificações para construção do
1626 sistema de certificação. Acrescentou que após esses passos a análise poderá ser feita de forma mais
1627 célere. Em seguida, a senhora Carolina Gabas apresentou estatísticas dos processos anteriores e
1628 posteriores à lei 8101 de 2009, no DRSP, como anexo 1. A planilha de processos decididos.
1629 Esclarecendo as dúvidas, informou de grupo na AGU com membros dos 3 Ministérios para
1630 resolver conflitos de competência. Também informou que a Portaria que irá regulamentar os
1631 procedimentos de certificação no MDS, em substituição à instrução normativa, será publicada em
1632 breve. Destacou que a Portaria terá novidades como mecanismo de supervisão das entidades para
1633 verificar se elas mantêm cumprimento dos requisitos. Informou que o DRSP tem articulado com a
1634 Ministra, o Secretário-Executivo e a Consultora Jurídica do MDS para evitar o acúmulo de
1635 processos e prejuízos para entidades decorrente da demora do MDS nas análises, ressaltou que o
1636 DRSP fará teleconferência sobre o censo da rede privada em outubro. Os representantes da
1637 educação, Julio Cesar e Juliane Feijó fizeram uma apresentação sobre certificação no Ministério e
1638 se colocaram à disposição para outras reuniões e esclarecimentos. Encaminhamentos, enviar
1639 arquivos das apresentações e power point do MEC por e-mail a todos os Conselheiros. 2. Solicitar
1640 ao DRSP que inclua dados referentes ao protocolo dos processos, na planilha de processos
1641 decididos. 3. Regulamentar procedimentos internos referentes aos recursos das decisões dos
1642 Conselhos de Assistência Social, DF e estaduais, apresentados ao CNAS. Encaminhamento,
1643 submeter apresentação à plenária a minuta de resolução em anexo 2. 3. Elaborar orientações aos
1644 Conselhos Estaduais sobre como criar... das decisões dos Conselhos. Regulamentar processos para

1645 o CNAS apresentar representação com base no inciso 3º da lei 12101, encaminhamento, submeter
1646 à aprovação do plenário a minuta de resolução, anexo 3. 4. Debater as questões a serem
1647 incorporadas ao documento perguntas e respostas referentes ao funcionamento e atuação dos
1648 conselhos, encaminhamento da plenária de setembro. 4.1, deliberação do CNAS, as entidades que
1649 atuam na saúde e educação com serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos
1650 Conselhos de Assistência Social podem integrar Conselhos de Assistência Social, resposta, somente
1651 terão assentos entidades definidas no decreto 6308, que regulamenta resolução de 2005.
1652 Encaminhamento, reformular pergunta, as entidades na saúde, educação ou outras áreas com
1653 serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos nos conselhos de assistência
1654 social podem integrar os conselhos, resposta proposta sim, desde que tenham serviços, programas,
1655 projetos e benefícios devidamente inscritos, que componham rede sócio-assistencial. Revisar
1656 resolução 237 de 2003 no que se refere a composição dos conselhos, 42, sobre inscrição de
1657 entidades que atuem no assessoramento, garantia e defesa de direitos, alterar parágrafo 3º do
1658 artigo 4º da resolução de 2010 para, as entidades na assessoramento, garantia e defesa de direitos
1659 deverão inscrever-se nos Conselhos de Assistência Social no município ou DF indicando sua sede
1660 no estatuto ou onde desenvolvem ação de assessoramento, garantia e defesa de direitos integrando
1661 a rede socioassistencial na forma da resolução CNAS 27 de 2011. Item cinco, esclarecer dúvida
1662 sobre possibilidade de estrangeiros serem conselheiros. Encaminhamento, elaborar consulta à
1663 CONJUR do MDS. Pauta para próxima reunião. Debater as seguintes questões para o documento
1664 perguntas e respostas referente aos conselhos, em setembro. Um servidor público pode ser
1665 conselheiro da sociedade civil, não há entendimento para servidor representar a sociedade civil,
1666 mas deve se considerar a posição que esse ocupa na gestão pública, assim se orienta que
1667 servidores que estejam exercendo um cargo de confiança representem o segmento governo, ou seja,
1668 não representem segmento da sociedade civil. Dois, apresentar as resoluções conjuntas do CNAS e
1669 do DRSP sobre inscrição e certificação. Debater documento do DRSP incluindo esclarecimento
1670 dizendo que as inscrições são válidas por tempo indeterminado, ainda que antes da publicação da
1671 resolução tenham sido emitidas com prazo, conforme encaminhamento em julho. Foram levantadas
1672 questões para orientação da resolução 16 de 2010 que não estão claras. O que será exigido das
1673 entidades do plano, sugerir pactuar implementação gradual de exigências, como infraestrutura,
1674 alvará, ABNT e recursos humanos, e exigir apenas cumprimento das metas com caráter
1675 continuado, planejado, universal, gratuito e seu pertencimento à política de Assistência Social. As
1676 entidades que ofertam restaurante comunitário poderão se inscrever? O Conselho deverá ser
1677 convidado. As entidades que prestam serviços contratados por prefeituras na co-gestão poderão se
1678 inscrever? Três, revisar resoluções do CNAS, alteradas em função da lei 12435 de 2011. Durante a
1679 reunião ordinária de setembro, o Conselho aprovou o acompanhamento para que a Comissão de
1680 Normas revise a resolução de 2006 que dispõe sobre critérios para regulamentação da previsão de
1681 benefícios eventuais na política pública de Assistência Social. Retomar discussão sobre como
1682 viabilizar a participação do usuário na Política de Assistência Social. Conforme deliberação na
1683 Plenária de agosto, deverão ser escolhidos dois conselheiros para retirar apontamentos da
1684 Comissão de Normas que contou com a presença do professor Edval Bernardino para subsidiar os
1685 debates. A degravação já foi encaminhada aos representantes da Comissão de Normas, mas resta
1686 definir dois conselheiros para cumprimento da deliberação. Elaborar resolução com parâmetros
1687 nacionais para garantia de acessibilidade, inclusive produção de material de comunicação
1688 acessível. Esclarecer dúvidas por e-mail, possibilidade de participação de adolescentes nos
1689 conselhos. A Comissão aguarda resposta da consulta ao Conselho de Juventude, sobre
1690 instrumentos normativos de participação de adolescentes nos conselhos. O relato detalhado do

1691 *conselho municipal de Viamão sobre a resolução do conselho de como se dará a participação do*
1692 *conselheiro aprendiz, que abriu espaço para participação ativa de adolescentes, à partir de 16*
1693 *anos. O Conselho Municipal já foi encaminhado a esse conselho. o CONANDA encaminhou*
1694 *resposta indicando que a participação está sendo debatida pela comissão de reforma política do*
1695 *CONANDA. Possibilidade de criação de resolução no Conselho Municipal para que todas as*
1696 *entidades inscritas tenham no quadro de funcionário um assistente social. Elaborar orientações de*
1697 *como elaborar resolução referente às exclusões do CNAS... revisar a 337... Antonio Celso*
1698 *Pasquini, Comissão de Normas. Segue para os senhores, são... os processos que foram, entraram*
1699 *no MDS, os analisados, os que não foram antes da lei 2101, chamo atenção que antes e depois são*
1700 *mais de 5 mil no MDS. Por esses dados é muito lenta a publicação. Há a justificativa e se pretende*
1701 *acelerar. Ai para os senhores saberem, as entidades trabalhadas e sugerimos a data de protocolo,*
1702 *segue a planilha ai. Vai por e-mail a comunicação do MEC quanto à certificação. Anexo 2 minuta*
1703 *de resolução. Regulamenta procedimentos para o CNAS representar o MDS sobre descumprimento*
1704 *dos requisitos que deram ensejo à certificação. O CNAS em reunião ordinária em outubro, no uso*
1705 *das competências do artigo 18 da lei 8742 de dezembro de 93, LOAS, considerando o disposto no*
1706 *inciso 3 da lei 12101 que dispõe sobre a certificação das entidades de Assistência Social, regula o*
1707 *procedimento de isenção para seguridade social, considerando também o disposto no artigo 16 do*
1708 *decreto de julho de 2010 que regulamenta a lei, para dispor sobre a isenção de contribuições para*
1709 *seguridade, resolve, compete ao CNAS representar ao MDS sempre que, no exercício do controle*
1710 *social constatar descumprimento por entidades de Assistência Social certificadas dos requisitos*
1711 *que deram ensejo à certificação. Os conselhos de estados e municípios deverão regulamentar suas*
1712 *competências de representar ao MDS sempre que constatarem descumprimento em seu âmbito dos*
1713 *requisitos da certificação, especialmente quando houver cancelamento da inscrição da entidade.*
1714 *Parágrafo 2º, as representações de que trata o artigo deverão ser dirigidas ao secretário nacional*
1715 *de assistência social, devidamente assinadas pelo Presidente do conselho, motivadas pela*
1716 *documentação comprobatória, encaminhadas ao protocolo da rede socioassistencial, DRSP, no*
1717 *endereço, 515, bloco b, Carlos Ferrari, Presidente do CNAS". Anexo 3, minuta de resolução,*
1718 *regulamenta recursos aplicados aos Conselhos de DF e de estado de Assistência Social apresentados*
1719 *ao CNAS: "O CNAS em reunião ordinária em outubro de 2011 no uso das competências do artigo*
1720 *18 da lei 8742 de dezembro de 93, LOAS, considerando a resolução CNAS 16 de 2010 publicada*
1721 *na seção 1 do diário oficial, resolve, regulamentar os procedimentos aplicáveis aos recursos das*
1722 *decisões dos conselhos apresentados ao CNAS quanto à inscrição de entidades bem como serviços,*
1723 *programas, projetos e benefícios sócio-assistenciais, bem como recursos. Artigo 2º, os pedidos de*
1724 *recurso sobre indeferimento, cancelamento ou deferimento em grau de recurso serão requeridos,*
1725 *protocolizados e cadastrados no manual de procedimentos aprovado por resolução. Parágrafo 1º,*
1726 *o recorrente deverá apresentar no ato da protocolização do recurso os seguintes documentos,*
1727 *identificação da entidade, nome, CNPJ, endereço, telefone, endereço eletrônico se houver e*
1728 *identidade do presidente. Razões do inconformismo com a decisão, com copia de todos os*
1729 *documentos do CAS DF ou estado, parágrafo 2º, somente serão autuados recursos com*
1730 *correspondente apresentação de todos os documentos exigidos no parágrafo anterior. 3º,*
1731 *verificada ausência de documento de apresentação obrigatória, para instruir o recurso, o*
1732 *recorrente será notificado pelos motivos que impediram autuação e o documento será devolvido.*
1733 *Parágrafo 4º, no caso de apresentação incompleta de documentos para o pedido de recurso, o*
1734 *recorrente, notificado pelo serviço de protocolo terá até 10 dias a contar da ciência da notificação*
1735 *para apresentar os documentos apontados. No caso previsto no parágrafo 4º, atendida a*
1736 *notificação dentro do prazo, continuará valendo a data de protocolo inicial que gerou notificação*

1737 para efeito de tempestividade do recurso, seção 2, da instrução e análise dos recursos. O CNAS
1738 poderá solicitar aos órgãos competentes a realização de diligência in loco visando comprovar a
1739 existência e normal funcionamento da entidade, artigo 8, parágrafo 7º da resolução 16 de 2009,
1740 bem como cumprir informações para adequar instrução do recurso em tramitação. A diligência do
1741 caput terá 30 dias, podendo ser prorrogada por igual período quando justificado por despacho da
1742 Comissão de Normas. Parágrafo 2º, as diligências visando comprovação de existência e normal
1743 procedimento das entidades serão executadas pelos conselhos municipais ou do DF ou pelos
1744 conselhos estaduais de Assistência Social. Seção 3, distribuição dos recursos, finalizada instrução
1745 e análise, proceder se há aos conselheiros mediante sorteio da Comissão de Normas. Em reunião
1746 ordinária cada conselheiro receberá os recursos que lhe forem distribuídos pela relatoria para
1747 julgamento nas reuniões seguintes, a pauta será publicada no diário oficial com cinco dias.
1748 parágrafo 3º, os recursos serão relacionados por assunto, com discriminação do nome da
1749 instituição, no município, da entidade da federação, o número CNPJ. Seção 4, relator, recebido o
1750 recurso o relator apreciará e proferirá voto, poderá baixar em diligência uma única vez, com
1751 pedido para complementação de informação. 2º, a diligência deverá ser cumprida no prazo do
1752 parágrafo 1º, artigo 2º, artigo sexto, o relator fará encaminhamento do voto, artigo 7º, o voto do
1753 relator deverá ser motivado nos documentos do recurso. Nos termos da lei o relator poderá se dar
1754 como impedido por comunicação por escrito quando possuir vínculo com a entidades, ter
1755 participado como perito, testemunha ou se tais acontecerem quando cônjuge, parente, afins, até 3º
1756 grau. Esteja litigando com entidade ou seus dirigentes. Representantes de FONSEAS e
1757 CONGEMAS não farão relatoria de entidades com atuação nos respectivos nos estados e
1758 municípios. A omissão de comunicar o impedimento constitui falta grave para efeitos disciplinares
1759 e éticos, parágrafo 3º, a atuação do conselheiro legalmente impedido no recurso acarretará
1760 nulidade do julgamento. Seção 5, o julgamento obedecerá: identificação da entidade, leitura de
1761 recurso do resumo, esclarecendo pedido e conclusão, manifestação do relator, votação nominal,
1762 conferência dos votos. É vedado julgamento de recursos que não tenham sido incluídos na pauta de
1763 julgamento. Os recursos não julgados nos prazos serão redistribuídos e sem justificativa aceita o
1764 fato será comunicado à Comissão de Ética. Parágrafo 3º, pedido de manifestações serão avaliados
1765 no Regimento Interno do Conselho. Tirada de pauta, ao relator é facultado solicitar a retirada de
1766 pauta de recurso de sua relatoria publicado no diário oficial. Parágrafo único, o recurso retirado
1767 integrará pauta da ordinária seguinte, 7, pedido de vistas, após a leitura do relato, em dúvidas
1768 quanto aos dados, qualquer Conselheiro poderá requerer a interrupção momentânea do
1769 julgamento, o julgamento interrompido para esclarecimento de dúvidas será retomado na mesma
1770 reunião. O Conselheiro que não se julgar suficientemente esclarecido poderá pedir vistas dos
1771 autos. Não se poderá pedir vistas adicional em processo que já tiver sido alvo de pedido de vistas.
1772 O recurso retirado de pauta integrará o julgamento da reunião ordinária seguinte. Da votação, a
1773 votação será nominal e o Conselheiro terá direito a um voto. Em caso de empate o presidente
1774 exercerá voto de qualificação, no pedido de reconsideração. Caberá pedido ao CNAS em 30 dias,
1775 contada a data de recepção de aviso de recebimento. Os pedidos de reconsideração serão
1776 apreciados pela plenária. Dois, os pedidos de reconsideração serão apensados ao recurso. O
1777 pedido terá efeito suspensivo. Da publicidade. Artigo 15, as deliberações do colegiado quanto ao
1778 julgamento dos recursos terão suas resoluções publicadas no diário oficial. Constatado erro
1779 material, a secretaria executiva publicará retificação. Será promovida a inclusão de resoluções
1780 aprovadas e publicadas no diário oficial, na internet, no MDS. Caso seja identificada
1781 incongruência a Secretaria Executiva enviará demanda para a Comissão de Conselhos da
1782 assistência social visando fortalecimento da relação com os conselhos de assistência social. Esta

1783 *resolução entra em vigor na data da publicação e o Carlos Eduardo Ferrari, presidente do CNAS”.*
1784 Item 1, apresentação do relatório. O Conselheiro Sérgio Wanderly falou sobre a morosidade das
1785 ações, com as pequenas entidades sofrendo com essa situação. O Conselheiro Pasquini manifestou
1786 ser essa a preocupação do Conselho, com a apresentação a ser feita trimestralmente, discorrendo
1787 sobre o grande número de processos represados no MDS, e que aumentaria a partir de dezembro
1788 próximo e se essa demora estava sendo discutida. O Presidente em exercício destacou que a
1789 presença da diretora do Departamento na Comissão, informando como o MDS estava tratando essa
1790 questão, com o compromisso de não chegar a oito mil processos parados. Esclareceu como o MEC
1791 tratava da questão, devendo ser feita com cuidado a comparação entre o mesmo e o MDS, visto que
1792 essas instituições, não apenas do ponto de vista estrutural, mas na organização, eram completamente
1793 diferentes. O Conselheiro Pasquini falou sobre a situação, informando que a próxima apresentação
1794 seria em fevereiro, com o Presidente em exercício esclarecendo que sua fala não desconsiderava a
1795 urgência e os problemas que as entidades estavam tendo na ponta. Que não poderia deixar de
1796 informar que na Comissão foram dados esclarecimentos e reafirmado o compromisso de resolver os
1797 problemas, com o Conselheiro Pasquini colocando que as entidades queriam resultados. A
1798 Conselheira Ana Carolina falou sobre a situação e as dificuldades que as entidades passavam, com
1799 os esclarecimentos sobre essa situação tendo sido colocados, tendo que se aguardar a solução. Após
1800 algumas colocações, a Conselheira Leila destacou a fala do Conselheiro Sérgio Wanderly, sendo a
1801 primeira vez que via um gestor público municipal se preocupar com essa situação. Se compunham a
1802 rede socioassistencial nos municípios, em caráter complementar, deveria ser preocupação do gestor
1803 entender os mecanismos, tendo que se solidarizar e pensar em soluções urgentes. A Conselheira
1804 Ana Carolina ponderou ser importante a sociedade civil trazer soluções e pontuar contribuições,
1805 colocando-se à disposição. O conselheiro Renato Saidel concordava e entendia a preocupação essa
1806 preocupação de todos, sugerindo que o assunto fosse prioridade na próxima reunião da Comissão de
1807 Normas. O Conselheiro Pedro Ost lembrou que o Decreto 7237 colocava que os processos deviam
1808 ser analisados em 6 meses, sendo importante uma solução. O Presidente em exercício indicou que
1809 uma das formas de o CNAS contribuir seria pressionar para o concurso público ser realizado o mais
1810 rápido possível. Item 2, procedimentos referentes aos recursos, anexo 2, minuta de resolução. A
1811 seguir, passou à votação da minuta, com os Conselheiros presentes procedendo à sua aprovação.
1812 **Item 3, procedimentos para CNAS apresentar representação com base no inciso 3º da lei**
1813 **12101.** O Conselheiro Sérgio Wanderly falou sobre os procedimentos para orientar processo e rito,
1814 questionando se não haveria uma forma de tornar esse procedimento mais leve, tratando-se mais de
1815 política de Assistência Social, como anteriormente. A Conselheira Fátima registrou a mesma fala
1816 que havia tido na Comissão de Normas, sobre a preocupação com esse excesso de procedimento
1817 proposto, tendo que ter mais fluxo. O Presidente em exercício parabenizou pelo trabalho
1818 apresentado, concordando que os fluxos eram importantes, sugerindo que os procedimentos fossem
1819 repensados. Falou sobre os procedimentos realizados nos estados e municípios e cujo
1820 encaminhamento poderia ser acoplado na minuta, trazendo os conselhos ao invés de solicitar
1821 documentos, com o Conselheiro Pasquini propondo retirar a minuta e trazê-la na próxima reunião.
1822 Após colocações sobre a possibilidade de atrasar ainda mais, a Conselheira Leila sugeriu incluir o
1823 FONASEAS, sendo o porta-voz de todos no diálogo proposto, sugestão acatada assim como nova
1824 apresentação da minuta pela Comissão de Normas. **Item 4, questões da Comissão de Conselhos**
1825 **para Comissão de Normas, do documento de perguntas e respostas, 4.1.,** O Presidente em
1826 exercício discorreu sobre a importância dessa questão em decorrência do momento que viviam na
1827 Assistência Social, de reordenamento inclusivo, ponderando sobre a impossibilidade de abranger
1828 todas as situações. Falou sobre a inclusão das entidades que não eram de Assistência Social,

1829 manifestando preocupação de ordem jurídica, formais, institucionais, com a LOAS falando em
1830 entidades de Assistência Social quando se referia à composição dos conselhos, discorrendo sobre a
1831 legislação existente a respeito. Informou que preocupada com essa situação, a Comissão havia
1832 encaminhado a revisão da resolução 237, sobre a composição dos conselhos, tendo que se ter
1833 clareza sobre o encaminhamento a ser dado sobre a participação dessas entidades, sendo que aquela
1834 que tivesse sua habilitação negada, poderia recorrer por vias judiciais. Ressaltou que outra questão
1835 era sobre as entidades que tinham serviços, programas, projetos atuarem no controle social em pé de
1836 igualdade política e ética com as de Assistência Social, o que poderia causar um problema na ponta
1837 entre as mesmas. O presidente em exercício ponderou que, pensando nessas questões, seria
1838 interessante aprofundar a questão, para dar a melhor resposta, quando mudassem a orientação
1839 estilada na resolução e em decreto. O Conselheiro Renato Saidel discorreu sobre a legislação e o
1840 que trazia sobre entidade de Assistência Social, sendo que para inscrever o serviço, tinha de estar no
1841 estatuto, tendo que cumprir as determinações. Ponderou que quando fossem fazer interpretação da
1842 lei existiam alguns critérios que deveriam ser atendidos, mas que os questionamentos sempre
1843 estariam presentes. Destacou a importância das entidades na composição dos conselhos,
1844 comprometendo-se a trazer, juntamente com a Conselheira Ana Carolina, a base legal dessa
1845 questão, fazendo-se uma resolução baseada na legislação. A Conselheira Ana Carolina relatou o
1846 entendimento colocado na Comissão de Normas, sendo importante a participação da sociedade
1847 civil, destacando o que a legislação trazia sobre a participação dessas entidades, sendo importante
1848 contribuir nesse processo. O Presidente em exercício indagou se o Pleno havia entendido seu
1849 questionamento, manifestando sua preocupação com o diálogo entre a entidade e o Conselho
1850 Municipal, manifestando sua dúvida com relação ao que a lei 12101 trazia sobre entidade
1851 beneficente, levando aos Conselhos Municipais o entendimento de indeferimento que poderia
1852 prejudicar essas entidades, as quais tinham o direito de entrar na justiça. Concordou com o
1853 encaminhamento do Conselheiro Renato Saidel, visto a preocupação em tratar essa questão da
1854 melhor forma possível, com a colaboração de outras pessoas. A Conselheira Eutália, destacando a
1855 situação delicada, concordou com o encaminhamento do Conselheiro Renato Saidel de aprofundar o
1856 assunto para que o CNAS não tivesse que responder sobre uma situação que gerasse problemas
1857 futuros, com a concordância da Conselheira Leila, que falou sobre o embasamento dessa resolução.
1858 Destacou que o Conselho não poderia obrigar uma entidade a ser somente de Assistência Social
1859 para ser também reconhecida nesse espaço, considerando os procedimentos que poderia
1860 desencadear. A Conselheira Ana Carolina concordou com essas colocações, falando sobre o
1861 trabalho realizado por entidades com grandes receitas da educação, mas que desenvolviam muito
1862 mais projetos, programas e serviços no âmbito da Assistência Social. Ressaltou ser favorável a que
1863 trouxessem o embasamento sugerido pelo Conselheiro Renato Saidel, falando sobre o entendimento
1864 do STF sobre o que era entidade de Assistência Social. Destacou ser esse um processo de mudança,
1865 não sendo tão difícil que não pudessem se manifestar, ressaltando a urgência dessa questão,
1866 considerando a proximidade das eleições no CNAS e nos municípios. O Conselheiro Pedro Ost
1867 colocou a importância da questão econômica, destacando que o artigo 1º da Lei 12.101 deixava
1868 claro que todos estavam contemplados, observando que a questão era simples, com o CNAS
1869 querendo ou não que essas entidades participassem, as quais tinham que estar aptas para
1870 desenvolver os projetos correspondentes. O Presidente em exercício discorreu que o que estava em
1871 tela não era posicionamento contra a participação das entidades, mas sim como procederiam para
1872 ampliar essa participação com segurança e tranquilidade às entidades e aos Conselhos Municipais.
1873 Que se queria entidades fortes para que o estado fosse forte. Solicitou que os encaminhamentos
1874 fossem nessa linha, sendo consenso com relação à proposta do Conselheiro Renato Saidel falou

1875 sobre a situação, observando que a Comissão de Normas iria elaborar ou apresentar na próxima
1876 Plenária uma resolução tratando do tema. Que poderia encaminhar uma proposta para a Comissão,
1877 que disponibilizaria para os Conselheiros, chegando a um consenso e para não ter que marcar uma
1878 data específica. O Conselheiro Pasquini indagou se as entidades que atuavam na área da saúde,
1879 educação e em outras áreas que possuíam serviços, programas, projetos beneficentes inscritos nos
1880 conselhos de Assistência Social, podiam integrar a composição dos conselhos de Assistência, sendo
1881 competência do Conselho se posicionar. Observou que o encaminhamento era revisar a resolução
1882 237, que tratava da composição dos conselhos, ponderando se seria bom para a Assistência Social
1883 estar com a sociedade civil e que esse segmento inscrevesse seus programas e projetos no Conselho
1884 Municipal e fossem reconhecidos, e fizessem parte do controle social. Que a Comissão de Normas
1885 ou não? Eu acho que é essa a posição que nós temos que ter aqui. Que a sua proposta era revisar a
1886 resolução 237 e não uma nova resolução, com o compromisso do Pleno de concordar com o
1887 ingresso das entidades para fazer a composição dos conselhos de Assistência Social. O Conselheiro
1888 Clodoaldo concordou com a fala do Conselheiro Pasquini, complementando que o foco de todos era
1889 o usuário da Assistência Social. Que ficava difícil falar em legitimidade se aquelas entidades que
1890 desenvolviam atividades no campo da Assistência Social, não estivessem representatividade nos
1891 Conselhos Municipais e questionando o porquê de terem que esperar se esse encaminhamento era
1892 de consenso de todos. O Presidente em exercício, citando as falas anteriores, ponderou que estavam
1893 discutindo forma, não mérito, o qual já estava consensuado. Que a discussão era sobre a melhor
1894 forma de encaminhar a questão e sair do CNAS uma orientação que chegasse claramente no
1895 município e nas entidades. O Conselheiro Pasquini indagou se estavam saindo do posicionamento
1896 de as entidades que tinham seus programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos,
1897 poderiam participar da composição dos Conselhos. O Presidente em exercício esclareceu que
1898 estavam saindo com essa posição, o que estavam discutindo era sobre o como iriam publicizar essa
1899 decisão e como se organizariam para esse encaminhamento. O Conselheiro Renato Saidel destacou
1900 que a Resolução 237 precisaria de alteração em um artigo, fazendo, juntamente com a Conselheira
1901 Ana Carolina, nessa ou na próxima reunião, uma revisão dessa norma e encaminhando e
1902 questionando como operacionalizariam a participação de todas as entidades que tivessem
1903 programas, serviços e projetos inscritos no Conselho, com o Conselheiro Pasquini indicando o
1904 compromisso que fosse aprovado em novembro. Para a memória da Comissão, o Presidente em
1905 exercício indicou que o Conselho aprofundaria o assunto traria em resolução na próxima reunião,
1906 com a Conselheira Ana Carolina registrando a concordância com esse posicionamento. **Item 4.2.**
1907 **Resposta sobre a inscrição de entidades que atuam no assessoramento e defesa. Item 5,**
1908 **Esclarecer a dúvida sobre a possibilidade de estrangeiros, tem um encaminhamento de**
1909 **elaborar a consulta,** não havendo colocações nesses itens, ademais da pauta da Comissão. O
1910 Conselheiro José Araujo solicitou a inclusão no item 3, da revisão da Lei 212/2006 e da 39/2010,
1911 que tratava do mesmo assunto . O Presidente em exercício indagou se havia mais alguma colocação.
1912 Em não havendo, considerou aprovada pelo Pleno a memória da Comissão de Normas. A
1913 Conselheira Leila solicitou permissão para participar da Comissão de Normas no próximo mês,
1914 ademais da Comissão de Política, da qual já era membro. O presidente em exercício concordou com
1915 essa solicitação, mas tendo que ver a conformidade da Comissão de Política. **Item Relato da**
1916 **Comissão de Conselhos.** A Conselheira Eutália procedeu à leitura da “*Memória da reunião da*
1917 *Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social do CNAS, 18 de Outubro de*
1918 *2011, local Sala 108 do CNAS, horário das 10:00 às 13:45. Conselheiros presentes: Eutália*
1919 *Barbosa Rodrigues (coordenadora), Fátima Aparecida Rampin, Cinara Custódio, Clodoaldo de*
1920 *Lima Leite, Maria Aparecida de Amaral Godói de Faria, Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo,*

1921 Samuel Rodrigues, Leila Pizzato, Maria Conceição Pires dos Santos, Sérgio Wanderly. Ouvintes:
1922 Maria Dolores da Cunha Pinto, Débora da Conceição. Ausências justificadas: Brenda Ferreira
1923 Silva, José Ferreira Cruz, Renato Francisco dos Santos Paula, Renato Saidel Coelho, Marisa
1924 Rodrigues da Silva, Jane Pereira Clemente. Assessoria da Secretaria de Gabinete: Liliane Neves
1925 do Carmo (coordenação), Fernanda Pandovam, José Alves dos Santos, Lilian da Silva Guedes.
1926 Ponto 1: definir estratégias para o acompanhamento sistemático da atuação dos Conselhos de
1927 Assistência Social dos municípios citados no acórdão TCU número 2.809/2009, quanto ao
1928 cumprimento das exigências do referido acórdão. Como é de conhecimento dos conselheiros, o
1929 TCU realizou a auditoria de natureza operacional (no período de Setembro de 2008 à Março de
1930 2009) em 40 municípios selecionados, sendo eles: no estado do Acre, Acrelândia, Plácido do
1931 Castro, Rio Branco e Xapuri; no Amapá, Ferreira Gomes, Macapá, Mazagão, e Porto Grande; em
1932 Goiás, Alexânia, Luziânia, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso; no
1933 Pernambuco, Gravatá, Recife, Santa Cruz Capibaribe, Taguatinga do Norte e Taquaritinga do
1934 Norte e vertentes; em Roraima, Amajari, Boa Vista, Bonfim, Rorainópolis e São João da Baliza;
1935 Rio Grande do Sul, Caxias do Sul, Esteio, Flores da Cunha, Garibaldi e Porto Alegre; no Sergipe,
1936 Aracaju, General Mainardi, Japarutuba, e Santo Amaro das Brotas; Santa Catarina, Araquari,
1937 Brusque, Florianópolis, Santo Amaro da Japarutuba e Santo Amaro da Imperatriz; São Paulo, São
1938 Paulo, Araçoiaba da Serra, Capela do Auto e Itapetininga; e no Distrito Federal. Os resultados da
1939 auditoria decorreram do acórdão do TCU 2.809/2009 onde foram apontados 27 achados de
1940 auditoria. Os achados estão aí na nota de rodapé. Importante ressaltar que os objetivos da
1941 auditoria constituíram em: a) avaliar a forma de aplicação dos recursos federais transferidos pelo
1942 Fundo Nacional de Assistência Social para fundos municipais de Assistência Social, Fundo a
1943 Fundo, e outras formas de transferências, e avaliar o acompanhamento e fiscalização pelo MDS
1944 desses recursos descentralizados; b) avaliar o controle exercido sobre os fundos municipais de
1945 Assistência Social e o grau de fiscalização das entidades e organizações de Assistência Social a
1946 cargo dos Conselhos Municipais de Assistência Social; c) avaliar a estrutura de atendimento dos
1947 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e dos Centros de Referência Especializados de
1948 Assistência Social (CREAS), nos municípios selecionados, bem como analisar o
1949 controle/acompanhamento exercido pelo MDS sobre esses mesmos centros. O item 9.11 do acórdão
1950 número 2.809/2009 determinou à Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), que em
1951 conjunto com o CNAS, elaborasse e encaminhasse ao Tribunal um plano de ação contendo
1952 cronograma para a adoção das medidas necessárias à implementação das recomendações e
1953 determinações prolatadas, com a indicação dos respectivos responsáveis. Em março de 2010 a
1954 SNAS entregou à Secretaria de Assuntos do TCU, o plano de ação onde são detalhadas as
1955 providências a cargo da Secretaria e do CNAS para superar a situação fática descrita pelo
1956 relatório de auditoria. Assim como objetivo de proteger o direito à Assistência Social dos cidadãos
1957 dos municípios citados e propiciar a oportunidade para superação das dificuldades administrativas
1958 que causaram as falhas apontadas, o CNAS deliberou pela realização da oficina de trabalho
1959 conjunto de pactuação do plano de providências do SUAS, com gestores e conselheiros de
1960 Assistência Social, organizada parceria com a SNAS em outubro de 2010, em Brasília. A Secretaria
1961 Nacional notificou os municípios citados a comparecer na oficina, e o CNAS, entendendo que os
1962 fatos apresentados pelo relatório do TCU são questões que possivelmente acontecem em outros
1963 municípios, convidou os demais conselhos estaduais e respectivos órgãos gestores, tendo em vista
1964 discutir as questões apontadas. Participaram 215 pessoas, estando presentes todos os estados e o
1965 DF, representados da seguinte forma: 42 municípios representados, 42 Conselhos Municipais de
1966 Assistência Social, 26 Conselhos Estaduais de Assistência Social e do DF, e 17 representantes de

1967 *comissões intergestoras bipartite, sendo: Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás,*
1968 *Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do*
1969 *Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo, Tocantins e Piauí. 9 gestores estaduais e do DF, sendo: Acre,*
1970 *Distrito Federal, Goiás, Pernambuco, Roraima, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e*
1971 *Sergipe. Na oficina, os designados receberam informações e instruções para a elaboração e*
1972 *implantação das providências necessárias a sanar as questões apontadas pela auditoria do TCU, e*
1973 *uma vez considerados devidamente informados e esclarecidos, os seus designados retiraram junto*
1974 *à secretaria do evento, um envelope contendo formulários e instruções de procedimentos para*
1975 *elaborar o planejamento das providências que serão adotadas para superar as situações relatadas*
1976 *pela auditoria do TCU. No documento, denominado Plano de Providência, constam as questões*
1977 *apontadas no já mencionado acórdão, e cada município completaria com as ações a serem*
1978 *executadas pelo executivo municipal. Também deveria apontar o tempo necessário responsável*
1979 *pela execução das ações. Esse documento, devidamente assinado e rubricado por cada município,*
1980 *passou a fazer parte do processo de auditoria e sua execução vem sendo monitorada pelos*
1981 *respectivos órgãos gestores estaduais de assistência social, bem como pelo CEAS e o CASDF. A*
1982 *partir do relatório de acompanhamento elaborado pelos órgãos gestores estaduais, o CNAS e o*
1983 *TCU devem ser informados da sua superação das questões apontadas no acórdão. Os municípios*
1984 *tiveram o prazo de até 20 de dezembro de 2010 para apresentaram o plano de providências, e os*
1985 *estados até 20 de Dezembro para apresentarem o plano de apoio. A Comissão entende que o CNAS*
1986 *vem cumprindo as determinações, bem como as recomendações apontadas no acórdão, conforme*
1987 *relato apresentado pela Secretaria Executiva, por meio da Coordenação de Acompanhamento aos*
1988 *Conselhos, das ações já realizadas pelo Conselho até o momento. Tendo em vista aprimorar as*
1989 *ações do CNAS e o cumprimento das recomendações do acórdão, essa Comissão apresenta o plano*
1990 *de trabalho para o acompanhamento sistemático da atuação dos Conselhos Estaduais de*
1991 *Assistência Social junto aos municípios citados no acórdão, bem como o Conselho de Assistência*
1992 *Social do DF. O prazo para o cumprimento desse plano é de outubro de 2011 a novembro de 2012.*
1993 *Plano de Trabalho, 1ª atividade: encaminhar aos Conselhos Estaduais de Assistência Social e o*
1994 *CAS/DF pedido de informações atualizadas sobre a implantação dos planos de providência*
1995 *implementados pelos municípios e CAS/DF citados no acórdão, bem como os planos de*
1996 *acompanhamento dos CEAS junto aos conselhos municipais. Prazos: 1º pedido de atualização,*
1997 *outubro de 2011; 2º pedido de atualização, Março de 2012; 3o pedido, Julho de 2012; 4o pedido,*
1998 *Outubro de 2012. Acompanhamento: os conselhos estaduais que responderam à solicitação até o*
1999 *dia 11/11, os conselhos estaduais que apresentaram as informações atualizadas. Resultados*
2000 *alcançados, número de CEAS que acompanham de forma sistemática os conselhos municipais dos*
2001 *municípios citados no acórdão. Número de conselhos municipais apontados no acórdão com as*
2002 *questões já sanadas. Atividade 2: apresentar relatório de acompanhamento à plenária do CNAS.*
2003 *Prazos: 1º relatório, novembro de 2011; 2º relatório, abril de 2012; 3º relatório, agosto de 2012;*
2004 *4º relatório, novembro de 2012. Encaminhamentos, 1.1: apresentar à plenária de outubro o plano*
2005 *de trabalho para acompanhamento das ações dos CEAS junto aos conselhos municipais para o*
2006 *cumprimento das questões apontadas no acórdão. 1.2: repassar à SNAS as informações sobre*
2007 *ações e resultados dos trabalhos realizados pelo CNAS no que tange ao acompanhamento das*
2008 *ações dos Conselhos Estaduais de Assistência Social. 1.3: solicitar à SNAS/MDS informações*
2009 *quanto ao cumprimento junto aos estados sobre o andamento dos planos de apoio a serem*
2010 *executados por esses junto aos municípios citados no acórdão. 1.4: aprimorar a atuação do*
2011 *Conselho Nacional de Assistência Social, reforçando a responsabilidade da atuação dos CEAS no*
2012 *que tange ao acompanhamento dos Conselhos Municipais de Assistência Social, principalmente os*

2013 apontados no acórdão. 1.5: aprimorar as estratégias da Comissão de Acompanhamento aos
2014 Conselhos de Assistência Social para acompanhamento aos Conselhos Estaduais de Assistência
2015 Social, visando seu fortalecimento, construir fluxos para repasses sistemáticos de informação dos
2016 CEAS para o CNAS, elaborar instrumental para subsidiar os CEAS e o Conselho de Assistência
2017 Social do DF na elaboração de seu planejamento, e dar ciência aos gestores das recomendações e
2018 orientações enviadas aos conselhos. 1.6: definir calendário de encontros sistemáticos do CNAS
2019 com os Conselhos Estaduais de Assistência Social e do CAS/DF. Item 2: questões a serem incluídas
2020 no documento “Perguntas e Respostas Sobre a Atuação e Funcionamento dos Conselhos de
2021 Assistência Social”. Nova pergunta: de quem é a responsabilidade do repasse de informações
2022 sobre as ações do conselho em gestões anteriores? A LOAS define em seu Artigo 16 que os
2023 Conselhos de Assistência Social são as instâncias deliberativas do SUAS, de caráter permanente e
2024 composição paritária entre governo e sociedade civil. O caráter permanente se refere ao fato de
2025 não haver descontinuidade de atuação e nem de quem responde por essas instâncias. Cada gestão é
2026 responsável pelas ações realizadas no período de seu mandato, porém o repasse de informações,
2027 seja para o CNAS, Censo SUAS, Ministério Público, TCU, dentre outros, é de responsabilidade da
2028 gestão atual. Os conselheiros são agentes públicos, segundo a lei 8.429/92, e em função disso
2029 devem observar os princípios da administração pública: legalidade, moralidade, publicidade,
2030 eficiência e impessoalidade, e o princípio infraconstitucional da supremacia do interesse público.
2031 Os atos do Conselho devem ser divulgados de modo a dar ampla publicidade e conhecimento à
2032 sociedade em geral, permitindo que as futuras gestões tenham condições de se apropriarem das
2033 informações e assim repassá-las quando solicitadas. Complemento para a pergunta de número 4
2034 do documento “Perguntas e Respostas”: qual órgão é responsável por manter a estrutura física e
2035 de recursos humanos do Conselho? Conforme o parágrafo único do Artigo 16 da LOAS, redação
2036 dada pela lei 12.435/2011, os Conselhos de Assistência Social estão vinculados ao órgão gestor de
2037 Assistência Social, que devem promover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento,
2038 garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes à
2039 passagens e diárias de conselheiros, representantes do governo e da sociedade civil, quando
2040 estiverem no exercício de suas atribuições. E no que tange à questão dos recursos financeiros
2041 destinados à manutenção e funcionamento do conselho, é necessário que haja previsão de recursos
2042 no orçamento dos respectivos órgãos gestores. Em função disso recomenda-se que essas condições
2043 estejam previstas na lei de criação do conselho, conforme o já mencionado no Artigo 16 da LOAS e
2044 na Resolução CNAS número 237/2006, em seu Artigo 20, o texto que será incluído. Essas condições
2045 devem ser regulamentadas por meio de ato administrativo do órgão público, e definidas no
2046 regimento interno do conselho. Deve-se levar em consideração que os conselheiros de assistência
2047 social realizam um serviço público relevante de forma não-remunerada, tendo como função
2048 precípua o exercício do controle social da política pública de Assistência Social. Item 3, informes.
2049 3.1, Balanço Geral do Censo SUAS, Conselhos 2011 até 17/10: os Conselhos Estaduais e o
2050 CAS/DF que responderam ao Censo SUAS 100% das questões: Ceará, Sergipe, Rio de Janeiro,
2051 Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. 1.297 Conselhos Municipais responderam ao Censo
2052 SUAS/2011, correspondendo a 23,31% dos municípios brasileiros. Este ano o Censo SUAS está
2053 atrelado à nova política de senhas para acesso à Rede SUAS, definida pela Portaria do MDS
2054 número 15, 17/12/2010, que dispõe acerca do sistema de informação do SUAS, Rede SUAS, e dá
2055 outras providências. E para que o Conselho receba a nova senha deve seguir os seguintes passos:
2056 atualizar os dados no CAD-SUAS, inclusive o item pessoa física, que consta na aba de recursos
2057 humanos do Conselho ou do gestor. O Conselho deve atualizar os dados completos dos
2058 Conselheiros que estão na gestão atual, bem como do Secretário-Executivo, pois os

2059 *administradores da senha, bem como o adjunto, devem estar no Cadastro para que possam assumir*
2060 *essa responsabilidade. Posteriormente o Conselho deve enviar correspondência eletrônica para a*
2061 *[rede.suas@mds.gov.br](mailto:redesuas@mds.gov.br), solicitando o login e senha provisória da nova política, indicando o*
2062 *responsável pela senha, bem como o adjunto. Após o recebimento do login, a senha provisória do*
2063 *Conselho deve fazer o cadastro dos responsáveis pelas senhas, titular e adjunto. Diante disso, a*
2064 *Secretaria-Executiva do CNAS, por meio da Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos,*
2065 *envia correspondência eletrônica aos Conselhos todas as segundas e quintas, com orientações*
2066 *sobre o Censo SUAS/Conselhos 2011, e atualização dos dados dos Conselhos no CADSUAS, e*
2067 *ainda busca informações de Conselhos que se verifica está com duplicidade na informação sobre o*
2068 *presidente. Até o momento são 274 Conselhos Municipais nessa situação. Essa é uma das situações*
2069 *em que não é possível o envio de senha provisória. O Censo SUAS/Conselho teve a sua primeira*
2070 *versão em 2010 com uma adesão de 5.246 Conselhos Municipais, correspondendo a 94,28% do*
2071 *total. O prazo final para responder o Censo SUAS/Conselho 2011 foi prorrogado para 18 de*
2072 *novembro de 2011. Para ampliar a participação dos Conselhos no Censo SUAS, contamos também*
2073 *com o apoio e empenho dos Conselhos Estaduais para mobilização dos Conselhos Municipais, que*
2074 *recebem, por meio da Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos, informações sobre os*
2075 *municípios que ainda não preencheram o questionário. Item 4, Proposta de Pauta da Comissão em*
2076 *Novembro, 4.1: dar continuidade ao debate acerca das estratégias para a superação das questões*
2077 *referentes ao funcionamento e atuação dos Conselhos de Assistência Social apontados no Censo*
2078 *SUAS/Conselho 2010. 4.2: retomar o debate sobre as questões apontadas no consolidado da*
2079 *consulta pública sobre o processo eleitoral dos representantes da sociedade civil no CNAS, e sobre*
2080 *como viabilizar a participação dos usuários nos Conselhos. 4.3: elaborar orientações para a*
2081 *implementação da Resolução CNAS número 27/2001 sobre a caracterização das ações de*
2082 *assessoramento e de defesa e garantia de direitos, e ainda preparar a capacitação aos Conselhos*
2083 *Estaduais sobre a matéria para maior divulgação e apropriação do assunto. Eutália Barbosa*
2084 *Rodrigues, coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social”.*
2085 **Item 1. Item 2.** O Conselheiro Renato Saidel sugeriu a colocação de um parágrafo sobre a
2086 responsabilidade da Secretaria-Executiva na organização dessas informações, considerando sua
2087 importância e não havendo esse entendimento em alguns Conselhos, com a concordância da
2088 Conselheira Eutália e Conselheira Leila sobre reforçar essa questão. **Item 3. Informes.** O
2089 Conselheiro Renato Saidel sugeriu que os conselhos revisassem a lista de membros, considerando a
2090 duplicidade existente e a permanência de nomes que não constavam mais no conselho, conforme
2091 orientação da SAGI. **Item 4. Proposta de pauta da Comissão.** O Conselheiro Renato Saidel
2092 indicou o item 4.2, que falava sobre o processo eleitoral e a participação dos usuários, o que
2093 também estava sendo discutido na Comissão de Normas, estando na proposta de pauta para a
2094 próxima reunião, questionando se seria ou não o mesmo assunto, caso em que os dois GTs
2095 poderiam trabalhar juntos. A Conselheira Eutália relatou que a Comissão havia feito a consolidação
2096 da consulta pública e uma apresentação nesse Pleno, com a deliberação sendo que como norma
2097 estava discutindo a participação do usuário, e que pudessem fazer uma reunião conjunta,
2098 aproveitando a vinda do professor Edval, para aproximar os dois debates. Que na Comissão de
2099 Conselhos não haviam entendido que essa matéria estava sendo encaminhada para a Comissão de
2100 Normas, o que poderia ser discutido, com a mesma ficando com a responsabilidade de discutir e
2101 trazer para o Pleno, o qual deveria deliberar sobre essa questão, podendo fazer uma discussão em
2102 conjunto, sobre os assuntos semelhantes. O Presidente em exercício concordou com a proposta de
2103 fazer pauta conjunta, com o encaminhamento da Conselheira Eutália contemplando a questão. A
2104 seguir, o Presidente em exercício considerou aprovada pelo Pleno a memória da Comissão de

2105 Conselhos. **ENCERRAMENTO**. Nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício agradeceu
2106 a presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos
2107 pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta
2108 Ata, aprovada em reunião de de de dois mil e onze.